

Antônio Eymard Cavalcante Porto

UMA CIDADE CONTRA SEUS CORONEIS

Tese de Mestrado em Antropologia Social
Apresentada ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Esta-
dual de Campinas, UNICAMP.

Orientadora: Prof. Dra. Bela Feldman Bian-
co.

*Exemplar de Arquivo
de Antropologia Social
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas
depois de sua apresentação
em 1988. My A.C.*

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1988

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

CLASSIF	<u>T</u>
AUTOR	<u>P838c</u>
VI	EX
TOMBO BCI	<u>9949</u>
<u>BC</u>	

CM-00030598-5

AOS PÓSTEROS

Deus permitiu que eu chegasse à velhice para ver a luta fratricida em minha muito amada terra, luta que o Governo da República não teria promovido se outro fosse o seu modo de sentir, de pensar, e tivesse uma noção precisa de seus deveres, de suas obrigações para com os outros homens, de suas responsabilidades como chefe de Nação. Deus concedeu-me um pouco de vigor físico, de energia mental para escrever a desgraçada história desse tempo, tão desgraçada que aos vindouros parecerá inverossímil.

Coube-me a tarefa de ser o cronista dos infortunios do Ceará nesse meio século. Tive de contar a fome de todas as secas naquele período. Não sei qual foi mais terrível: se a seca de 1877 se a sedição do Juazeiro.

(...) (THEOPHILO: 1922).

I N D I C E

Introdução	I
<u>Primeiro Capítulo</u>	
O Ceará e seu Contexto Sócio Histórico	11
. Formação da Sociedade Cearense	11
. Início do Processo de Supremacia do Litoral em Relação ao Sertão	17
. A República Velha e a Consolidação da Oligarquia Acioly	30
<u>Segundo Capítulo</u>	
Theóphilo e o Contexto Sócio-Político do Ceará na Primeira República	39
. O pensamento de Rodolpho Theóphilo	58
<u>Terceiro Capítulo</u>	
A oligarquia em luta com as camadas médias urbanas: comercian- tes, caxeiros e a Queda da Oligarquia Acioly.....	71
<u>Quarto Capítulo</u>	
A queda da oligarquia e a derrota do movimento urbano	98
O Movimento de Deposição da Oligarquia	98
. Ascensão de Rabello ao Governo do Ceará	110
. A Sedição de Juazeiro	122
Conclusão	135
Anexo	139

I N T R O D U Ç Ã O

Meu principal objetivo neste trabalho é o de analisar o desempenho político das camadas médias, e em especial dos setores comerciais destas camadas, no movimento que culminou na deposição de Nogueira Acioly do governo do Ceará no ano de 1912. Minha primeira intenção ao assumir esta questão como tema de dissertação foi a de reconstituir a dinâmica sócio-política destes setores urbanos, através da história de vida e carreira política de um dos principais protagonistas da história do período, o farmacêutico e escritor Rodolpho Theóphilo. A falta de material de peso (cartas, diários, livros de memória), que possibilitassem uma reconstrução mais detalhada das preocupações, paixões e ideais de Theóphilo, serviram no entanto para mostrar a inviabilidade de tal proposta de trabalho.

Resolvi então adotar uma estratégia mista que unisse tanto o pouco que eu pudesse juntar da fragmentada história do farmacêutico, quanto do período em que ele viveu e atuou. Rodolpho Theóphilo deixa então de ser o fio condutor deste trabalho, para se tornar num dos principais pontos de referência ao qual esta reí sempre recorrendo na tentativa de dar uma alma à densidade que parece ser inevitável aos estudos de natureza acadêmica.

O que me fez chegar ao atual tema de minha tese de mestrado, foi uma pesquisa que pretendia levar adiante e cujo foco centrava-se na forma como se deram a implantação e consolidação das instituições e do saber médico no Ceará. Com este objetivo comecei a levantar todos os dados históricos disponíveis e que de alguma forma estivessem relacionados com o assunto; casos de acusação de charlatanice, epidemias, inaugurações e discursos inaugurais de hospitais e cemitérios, relatórios da Inspeção de Higiene etc.

A medida que me aprofundava na minha pesquisa o problema da vacina foi mais e mais me chamando a atenção, por ser bastante mencionado de forma polêmica em textos e documentos publicados nas três primeiras décadas da República Velha (1890/1920).

As pesquisas preliminares indicavam que a divisão das pessoas entre par

tidárias e adversários de um programa de vacinação coincidia de certa forma com posições políticas definidas, em relação à oligarquia cearense. Isto me levou a crer que a discussão referente à vacina representava apenas o evento mais explícito de toda uma divergência política entre a oligarquia que governava o Estado e alguns setores da população de Fortaleza.

O pivô de toda esta questão, o farmacêutico e escritor Rodolpho Theóphilo, decidiu promover por sua conta e risco uma campanha de vacinação antivaríola em Fortaleza, em 1901, com vacina que ele mesmo produzia. Esta iniciativa foi duramente combatida pelo governo Acioly através da imprensa situacionista. As críticas e perseguições por parte da oligarquia não cessaram mesmo depois que o Instituto Manguinhos, maior instituição biomédica da época (1), deu parecer favorável à vacina produzida pelo farmacêutico, o que demonstra que as preocupações do Governo com o assunto iam além das questões de ordem sanitária.

Na defesa de Theóphilo aglutina-se expressivo número de pessoas descontentes com o governo de Nogueira Acioly. A solidariedade ao farmacêutico confundeu-se em vários momentos com críticas à administração estadual em seus mais diversos aspectos, sendo a politização do problema evidente.

Esta disputa trava-se num período dominado pelo arbítrio dos coroneis, onde os canais institucionais de expressão de opinião e participação eram praticamente nulos. Os acordos existentes entre grupos oligárquicos regionais e nacionais chamados de política dos governadores (2), eternizavam as oligarquias no governo dos Estados. As fraudes eleitorais e o voto a descoberto possibilitavam não só a negociação do voto, bem como a punição dos eleitores que optassem por candidato de oposição ao poder estabelecido. O caráter meramente formal de instituições como o sufrágio livre e a liberdade de expressão, leva os grupos sociais não envolvidos e beneficiados pela oligarquia no poder, a criarem formas de contestação muitas vezes não tão óbvias. Daí talvez a ênfase dada pela literatura sobre o

(1)

(2) BASBAUN, 1968: 197

Nordeste na Primeira República, aos agentes e objetos mais explícitos da trama política da região, no caso coróneis, jagunços e fanáticos. As populações urbanas e suas estratégias de luta política, muitas vezes encobertas por subterfúgios, são geralmente deixadas de lado pelos estudiosos do período que consideram esses segmentos sociais como meros apêndices das oligarquias.

A disputa entre Rodolpho Theóphilo e a oligarquia Acioly parece representar uma destas formas escamoteadas de atuação política. A predominância de pequenos e médios comerciantes, comerciários e profissionais liberais descontentes com a ordem vigente, entre os indivíduos que apoiavam a campanha de Theóphilo era evidente. Por uma série de razões que serão colocadas adiante este grupo parecia em sua maioria oriundo das camadas médias.

O peso do setor mercantil na economia de Fortaleza, fazia com que o comércio fosse, direta ou indiretamente, o principal gerador de rendas e de empregos para boa parte deste estrato social, tornando os termos camadas médias e setor comercial quase que sinônimos. A representatividade deste setor no que diz respeito à composição e dinâmica das camadas médias de Fortaleza no período é evidente, tanto é que as organizações de classe mais organizadas e mobilizadas no período eram a Associação Comercial do Ceará e a Fenix Caixeiral que representavam, respectivamente, os interesses dos comerciantes e comerciários.

A importância do comércio na composição dos setores intermediários da população de Fortaleza, bem como no movimento de deposição da oligarquia Acioly o fazem particularmente relevante para qualquer estudo sobre as camadas médias cearenses durante a Primeira República. É por esta razão que concentrarei o foco de observação desse trabalho nos segmentos mais dinâmicos e por isto mesmo mais representativos no que se refere ao desempenho dos setores médios da cidade no período — no caso o pequeno e médio comércio e os comerciários.

A literatura sobre o desempenho político dos setores intermediários no Brasil, é relativamente vasta e estou, no momento, baseando-me principalmente nos trabalhos de Fausto (1976), Forjaz (1977), Saes (1973) e Santa Rosa (1976). A partir dessa literatura, escolho, como definição do segmento social em que se enquadram os grupos aqui em estudo, o termo "camadas médias" na forma como é utilizado

tanto por Saes como por Forjaz, que como tantos outros estudiosos tem como ponto de partida as teorias marxistas (3). A questão em evidência neste trabalho me leva, no entanto, a não acatar totalmente a posição destes dois estudiosos quando se referem à forma de atuação prevista para os setores médios.

Tanto Saes como Forjaz referem-se a atuação dos setores médios, durante a Primeira República como sendo de relativa passividade e ajustamento aos interesses oligárquicos. Além disso, não se aprofundam no papel desempenhado pelos setores intelectuais oriundos dessas camadas. Segundo estes autores, as reivindicações das camadas médias se limitariam a meras demandas de cunho econômico relativas aos seus anseios de consumo.(4) Tais idéias entram em contradição com o que se verifica a partir do caso de Rodolpho Theóphilo, em sua disputa com o governo oligárquico de Nogueira Acioly. Theóphilo chegou a perder sua cátedra de professor do Liceu do Ceará, por fazer críticas ao poder estabelecido. Além disto condenava de forma severa a estrutura vigente no país, inclusive censurando a concentração da propriedade fundiária e a monocultura, dois dos principais pilares das oligarquias. (5)

Além do mais, se levarmos em conta a luta armada que derrubou o poder oligárquico em janeiro de 1912 e que contou com o apoio maciço do setor comercial, bem como de grande número de profissionais liberais, perceberemos que esses setores intermediários da população não eram tão afeitos assim às soluções institucionais e pouco violentas, como nos fazem crer alguns estudos sobre o assunto. A situação de abuso do poder, agravada pela morte de crianças durante a repressão policial à passeata da liga feminista em apoio a Franco Rabelo — candidato das oposições à presidência do Estado — em dezembro de 1911 e não a perspectiva de uma se -

(3) As camadas médias ou "pequena burguesia" é uma das áreas cinzentas da análise marxista e tem sido referida, ora como parte de uma classe dicotômica, ora como um segmento de classe, separado da grande burguesia. (MARX e ENGELS 1974: 89). Para Saes e Forjaz as camadas médias, devido a seu caráter heterogêneo e intermediário não se constituiriam enquanto classe e sim enquanto estratos, uma vez que no que se refere a sua posição dentro da estrutura de produção, estariam em situação incompatível com ambos os polos antagônicos dentro das relações de produção.

(4) SAES, 25 e FORJAZ: 21

(5) "O senhorial, figura execrada das sociedades corrompidas, havia desaparecido com a regeneração do homem. A terra do reino fora dividida em hectares e distribuída entre os que queriam lavar, de acordo com o número de pessoas da família". (THEÓPHILO, 1922: 65)

lução institucional para esta crise, parecem ter levado estes setores, tradicionalmente caracterizados pela moderação, a travar verdadeiras batalhas de rua com a polícia da oligarquia e a apoiar a luta armada que depôs os Acioly do poder.

Estes fatos me sugerem uma questão que creio fundamental para o presente trabalho — teriam os setores médios neste momento deixado de se comportar como estrato de classe, assumindo uma identidade própria? As idéias apresentadas por Thompson (6) sobre o conceito de classe social me parecem bastante convenientes como subsídios para um maior esclarecimento a respeito do desempenho político dos setores médios. Para eles as classes só podem ser definidas enquanto tal, se forem levados em conta, além das relações de produção, as variáveis "relação histórica" e "consciência de classe". Em outras palavras, a consciência de classe, que é segundo ele a forma pela qual as experiências vividas ao nível das relações de produção são captadas em termos culturais, não seria a mesma para o mesmo grupo social em diferentes momentos. As circunstâncias conjunturais é que determinariam uma maior ou menor identidade e coesão entre os membros de um grupo social.

Creio pois, que estes modelos teóricos que tratam do desempenho dos setores médios na Primeira República, por se situarem em um alto grau de abrangência e generalização, tendem muitas vezes a limitar as explicações a estes "possíveis campos de ação" de que disporiam os indivíduos, deixando-se muitas vezes de levar em conta razões outras não incluídas nestes modelos, ou situações e configurações históricas específicas. Neste contexto, a descontinuidade verificada entre as teorias mais gerais e o caso aqui abordado deve-se, a meu ver, além do grande grau de abrangência e generalização destas teorias, à tendência de se centrar os estudos sócio-políticos, a nível nacional, nos centros hegemônicos do período em questão.

Não se pode negar, — é claro, a extraordinária importância e peso numérico proporcional desempenhados pelas camadas médias de uma cidade como São Paulo no início do século. Há, no entanto, uma tendência quase que geral, por parte dos estudiosos, em focar aí seu interesse, quando se propõem a estudar as camadas médias no Brasil da Primeira República. Esse tipo de atitude pode muitas vezes le-

(6) THOMPSON, 1963.

var a se tomar o geral pelo particular, ou seja; a se ver como característico do Brasil de um determinado período fatos passados em uma região de maior peso político e econômico.

Não pretendo com isto mostrar a impossibilidade de se construir modelos mais abrangentes que ajudem a compreender uma realidade mais geral. Defendo no entanto, devido ao próprio caráter totalizante destas construções, que sejam levados em conta, à medida do possível, um número bem maior de elementos envolvidos na realidade que se quer abordar, evitando-se assim uma ênfase excessiva em determinados pontos de maior representatividade.

A definição dos setores intermediários da população dentro das relações de produção e principalmente, dentro das lutas e transformações políticas da sociedade brasileira, constitui-se em um dos pontos mais controvertidos e nebulosos das ciências sociais no Brasil. O grande peso desempenhado por este setor na política e na dinâmica social, principalmente a partir da revolução de trinta, faz com que toda ênfase seja dada ao estudo destes setores da população a partir de então. Sobre o período de formação e consolidação destas camadas sociais, tão importante inclusive para uma melhor compreensão do processo revolucionário de 1930, muito pouco foi feito. E aqui, faço minhas as palavras de Saes e Cardoso (7). Para ambos, as classes sociais não foram suficientemente estudadas no Brasil da Primeira República, principalmente no que diz respeito às camadas médias e sua formação. Com este trabalho tentarei, dar alguma contribuição nesta área sem ter no entanto qualquer pretensão de esgotar o assunto.

Antes no entanto, de partir para a discussão mais específica, ou seja, o desempenho político dos setores médios no Ceará, no início do século farei uma rápida explanação do conceito camadas médias na forma como será empregado neste trabalho. Quando me refiro aos setores intermediários da população, utilizando termos plurais como camadas ou segmentos, faço isto tendo sempre em vista a diversidade em sua composição cultural, social e econômica.

Para a teoria marxista clássica estes setores jamais poderiam ser considerados enquanto classe e sim como apêndice de classe, visto sua constituição

(7) CARDOSO, 1977: 71, SAES, 1975: 12

heterogênea que abrangeria grande número de trabalhadores não diretamente ligados às atividades produtivas. Nesta perspectiva existiriam, numa ordem capitalista, apenas duas únicas classes antagônicas, constituída por um lado pelos detentores dos meios de produção, que se colocariam estruturalmente em oposições aos vendedores de força de trabalho (8).

Para uma linha mais recente e que vê a definição de classe dentro de um ponto de vista mais dinâmico, ou seja, a partir do confronto entre as forças sociais, que em determinado momento histórico se antagonizariam, os setores intermediários somente poderiam ser vistos enquanto classe se mobilizados em torno de um projeto político próprio, onde assumissem as rédeas de um movimento de transformação social (9). Em outras palavras, as classes sociais não se definem apenas a partir da posição que os indivíduos ocupariam em comum nas relações de produção (10). O nível que poderia ser denominado de econômico, embora fundamental, não seria em si, no entanto, suficiente na conceituação de classe social. A explicitação do choque de interesses existentes entre grupos sociais, em um programa que objetivasse a explicação da situação vivida, bem como fornecesse estratégias de transformação da ordem vigente, seria ponto fundamental na constituição deste conceito.

A estrita relação existente entre conceito de classe e um projeto político aglutinador, como foi acima referido não esgota esta definição. Thompson, por exemplo, apesar de concordar com a importância da existência de tal projeto político, vê a ocorrência destas mobilizações sociais em torno de um programa comum, como fenômeno historicamente determinado em momento de crise social.

(8) MARX, K. e ENGELS, F., 1976: 58

(9) CARDOSO, 1977, ALBUQUERQUE, 1977, THOMPSON, 1979, SAES, 1975.

(10) A posição social de um segmento, dentro das relações de produção não se constitui em si, no elemento determinante de uma classe social. Como afirma Albuquerque, "saber que relações de produção predominam em tal e tal categoria social ou tal e tal camada da população apresenta um interesse particular. Não o de decidir quem é proletário e quem não o é, mas de saber quais são as posições de classe suscetíveis de predominar na ação dessa categoria ou camada social. (Albuquerque 1977-21).

"Se nós paramos a história em um dado período, então não haverá classe mas simplesmente uma multiplicidade de experiências. Mas se observarmos estes homens em um período adequado de mudança social, notaremos padrões nos seus relacionamentos, em suas idéias e instituições. Classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história, e, finalmente esta é a única definição" (11)

Tal enfoque é fundamental na compreensão do papel político desempenhado pelas camadas médias, uma vez que este segmento social apresenta uma composição heterogênea e, conseqüentemente, uma situação dúbia dentro das relações de produção, o que dificulta sua identidade e identificação com cada uma das duas forças polarizadas na luta de classe.

Se por um lado, boa parte dos setores médios compõe junto com o proletariado, a massa (de vendedores da força de trabalho) assalariada da sociedade, por outro aquele se diferencia deste, em termos de remuneração, status e nível cultural. Dentro da lógica capitalista, a reprodução social desta categoria de trabalhadores mais especializados, implica em remuneração maior pelo seu trabalho, uma vez que sua reprodução social requer nível de consumo mais alto.

Ao meu ver a forma com que Marx demonstra o processo como se dá o valor à força de trabalho, pode perfeitamente explicar, pelo menos em parte a diferenciação deste valor entre as várias categorias de trabalhadores. Segundo Marx, "o valor da força de trabalho é determinado como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por conseqüência, à sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela incorporado. Não é mais do que a aptidão do indivíduo vivo. A produção dela supõe a existência deste. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. Para manter-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou

(11) THOMPSON, 1979

o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. (...) Demais, a extensão das chamadas necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país, e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares". (12)

Além disto, mesmo dentro da faixa intermediária da população, há uma razoável diferenciação de trabalhadores quer pelo nível de instrução, renda e prestígio social. Pensando desta forma coloco aqui a seguinte questão: que pontos comuns possibilitariam que se tratasse toda esta gama de categorias sociais como camadas médias? Em primeiro lugar, e aí parece haver uma coincidência entre vários estudiosos, camadas médias seria toda a população situada entre o proletariado e a burguesia urbana. Para Basbaum (13), por exemplo, o que uniria as camadas médias urbanas em uma só categoria seria, além desta situação intermediária dentro das relações de produção, o anseio comum de um dia chegar a ter as condições sociais que possui a burguesia. A forma de alcançar tais metas geralmente através da ascensão individual e não por intermédio de um projeto coletivo de transformação da ordem vigente, como é, pelo menos potencialmente, o caso do proletariado.

Um outro aspecto é levado em conta na distinção que se faz entre as camadas médias e o resto dos trabalhadores. Esta distinção refere-se à natureza do trabalho que prevaleceria em cada categoria social. Seria predominante entre o operariado o uso da força física que estaria no geral associada ao trabalho produtivo.

Já entre os setores intermediários o trabalho não manual e consequentemente não diretamente ligado à produção se constituiria em um traço predominante.

Se nas sociedades capitalistas a remuneração pelo trabalho tem relação direta com o grau da especialização do trabalhador que por sua vez relaciona-se ao custo de sua reprodução social, as camadas médias por contarem com grande

(12) MARX, 1975: 191

(13) BASTAUM, 1968: 171

número de trabalhadores especializados, tenderiam normalmente a apresentar também, no geral, um nível de renda e de consumo superior ao do operariado. Assim sendo, quando utilizo o termo "camadas médias", estou me referindo ao segmento social situado entre o proletariado urbano e a grande burguesia, onde predominariam formas de trabalho não diretamente ligadas à produção. A diversidade de categorias abrangidas por este termo, incluiria desde o profissional liberal, o funcionário público e pequenos empresários e comerciantes até os trabalhadores da indústria, comércio e bancos que realizam trabalho não-manual.

No caso do Ceará a grande importância do setor comercial na economia agro-exportadora do Estado e principalmente na vida de Fortaleza, seu principal porto, bem como a preponderância numérica do pequeno e médio comércio e dos caixeiros dentro deste setor da economia, faz com que as definições das camadas médias da cidade no período se confundam com a própria definição de pequenos e médios comerciantes e caixeiros. Além disto o papel desempenhado pelo setor comercial na mobilização política que teve como consequência a queda da oligarquia Acioly em 1912, coloca esta fração das classes médias como foco privilegiado de qualquer estudo sobre o desempenho político das camadas intermediárias em Fortaleza durante a Primeira República. Assim sendo decidi tomar como ponto de observação para meu estudo, a ação e posicionamentos das camadas médias comerciais e comerciais. No entanto, sendo a diversidade de ocupações e heterogeneidade de interesses dois dos pontos básicos na definição dos setores intermediários da sociedade, o estudo feito a partir deste segmento das camadas médias não se propõe a ser representativo na compreensão da dinâmica destes estratos sociais como um todo. Ao contrário, pretendo com este estudo dar apenas uma contribuição ao esclarecimento do intrincado quadro que é a República Velha no referente ao desempenho dos setores intermediários. Tal estudo não terá portanto qualquer pretensão generalizadora constituindo-se assim em mais um ponto de reflexão sobre a ação política dos setores médios urbanos.

I CAPITULO

O CEARÁ E SEU CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO

Como foi visto anteriormente, os estudos das realidades nacionais, principalmente em países de grandes dimensões territoriais, tendem a ser construídos predominantemente a partir de suas regiões de maior peso econômico e político e conseqüentemente generalizadas para as demais regiões. O fato de o Ceará não se incluir entre os Estados hegemônicos do Brasil, acarreta uma natural desinformação do público em geral sobre sua realidade e particularidades. Isto me obriga a iniciar este trabalho com um capítulo onde trato da formação da sociedade cearense em suas especificidades, bem como em suas relações com o contexto mais geral em que esta se insere. Dois aspectos receberão aqui particular atenção, por se apresentarem como fundamentais na compreensão do desempenho tanto de Rodolpho Theóphilo, quanto das camadas médias de Fortaleza. De um modo geral, são eles o surgimento e predominância da mentalidade coronelística como elemento norteador da prática política dos donos do poder e o desenvolvimento do comércio e conseqüente processo de urbanização e diversificação da população de Fortaleza.

Iniciarei minha dissertação com a história deste Estado, à partir dos primórdios do processo da ocupação portuguesa de seu território.

Formação da Sociedade Cearense

A ocupação do Ceará se deu principalmente a partir da criação extensiva de gado, que funcionou como atividade complementar à indústria açucareira que se desenvolveu na zona da mata a partir do século XVI. A pecuária, desde seu início, representou papel secundário na economia colonial, tendo como função o fornecimento de carnes, animais de tração e transporte para a região produtora de açúcar. Este empreendimento econômico no entanto, embora não voltado para o mercado exportador, sofria com a oscilação dos preços do açúcar no mercado externo por se encontrar intimamente dependente dos centros consumidores do litoral.

Duas razões contribuíram em muito para a exploração do território que mais tarde veio a se constituir no Estado do Ceará. A primeira foi uma das condições impostas na concessão das sesmarias e que estabelecia que a área concedida

veria ser economicamente aproveitada no prazo máximo de 3 anos. As fazendas de gado se constituíam, assim, ao contrário dos engenhos, no empreendimento mais barato e mais rápido de se instalar. Em segundo lugar, um decreto do rei D. Pedro II de Portugal, datado de 1701 (1), determinava que as terras distantes até dez léguas do litoral estariam reservadas ao cultivo de cana, obrigando os sesmeiros interessados na criação do gado a buscarem novas terras sertão adentro. O estabelecimento das primeiras fazendas de criação começa a ocorrer desde meados do século XVII. Apesar de seu enorme litoral, o povoamento do Ceará se deu de fato a partir do interior. As levas de população adentravam este novo território, em sua grande maioria, através dos sertões da Paraíba e de Pernambuco. Há uma dinamização neste movimento após 1707, período em que cresce o número das entradas procedentes da Bahia e de Pernambuco, que ajudaram no reconhecimento das características das pastagens do interior. A partir de então, um número de sesmeiros cada vez maior acorre ao sertão cearense, em busca de terras fartas e de pastagens propícias à criação de gado.

Esta ocupação não se verificou, no entanto, de forma pacífica. Grandes lutas se travaram entre os invasores e os índios que habitavam a região, provocando verdadeiro genocídio da população primitiva (2). As fazendas se caracterizaram desde os primeiros anos da colônia, pelo seu forte esquema defensivo e ofensivo, formando verdadeiros estados autônomos com exército e leis próprias. Era em torno das fazendas que gravitava o cotidiano das populações do Ceará de então. O sertão exerceu pois, com a criação do gado, hegemonia em relação à vida cearense durante todo o período colonial.

"De conformidade com dados de 1872, a população do Ceará, chegava a 61.408 habitantes. Existiam 972 fazendas e 87 engenhos. Estes se localizavam no Vale do Cariri. As principais fazendas de criação se situavam, em grau decrescente de importância, na ribeira do Icó (157 fazendas), no Inhamuns (138 fazendas) e em Sobral (105 fazendas). (3)

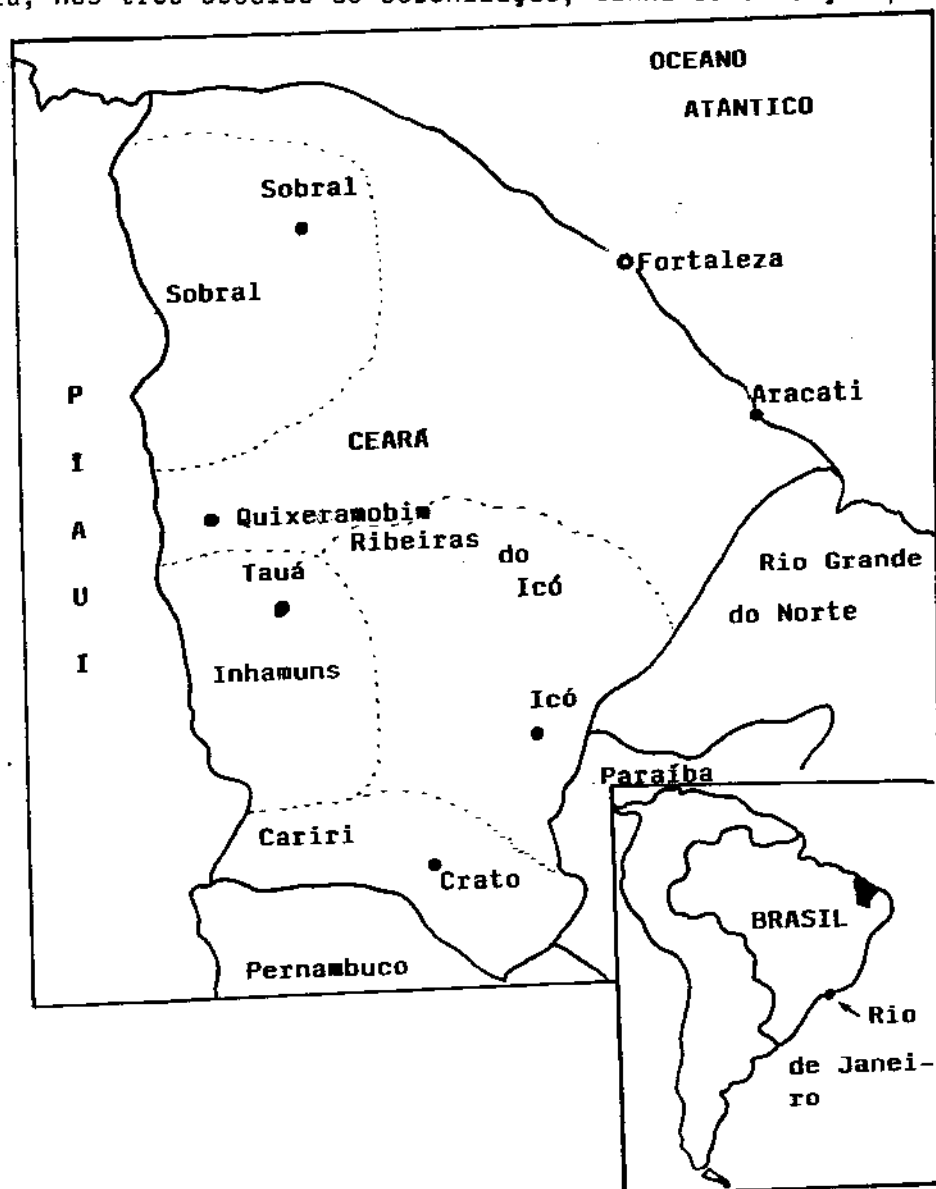
Se tentarmos localizar em um mapa todos os pontos acima citados, será

(1) PAIVA, 1979: 47, PINTO, 1980: 96.

(2) MENEZES, 1934: 80-81, PAIVA, 1979.

(3) PAIVA, 1979: 50

fácil perceber a importância do sertão na vida do Ceará de então. Ao contrário da economia açucareira, implantada em uma faixa relativamente estreita ao longo da costa nordestina e extremamente dependente dos portos e dos comerciantes do litoral (que eram também os banqueiros da época), a pecuária que adentrou o interior, favoreceu uma dispersão populacional, tendo como principal núcleo social a fazenda. Fortaleza, nos três séculos de colonização, tinha como função principal



apoio logístico à navegação existente entre Pernambuco e o Maranhão, não exercendo nenhum papel de peso na economia da capitania.

Uma peculiaridade que caracterizará a colonização cearense é a pouca importância assumida pelo trabalho servil na economia da região, o que a diferenciará de outros pontos do Brasil onde a produção era sustentada pelo trabalho escravo. Isto se deveu principalmente ao fato da criação de gado, atividade produtiva que predominou durante todo o período colonial não requerer grande contingente de mão-de-obra. Os fazendeiros preferiam ter a seu serviço trabalhadores livres que

eram remunerados com um em cada seis bezerros nascidos.

Com o incremento da indústria de carnes e de couros, em fins do século XVIII, motivado pelo aumento da demanda desse produto na Zona da Mata e Minas Gerais, algumas cidades litorâneas foram surgindo e ganhando alguma importância no contexto desta região. Granja, Acaraú e Aracati são exemplos deste fenômeno, situando-se Aracati como principal centro urbano e porto cearense já no final do século XVIII.

"Aracati, por seu contacto constante com Pernambuco, foi a cidade que mais prosperou, apresentando um aspecto de grande centro comercial, com desenvolvido comércio, sociedade rica, prédios custosos e igrejas luxuosas, construídos no século XVIII."(4)

Fortaleza, sede administrativa da capitania, reduzia-se neste período a uma fortificação em torno da qual situava-se uma pobre povoação com ruas de terra (5).

A economia cearense era sustentada pela criação e industrialização do gado e secundariamente por uma agricultura de subsistência, que mais servia para manter funcionando a pecuária, que sem sombra de dúvidas, se constituía na principal atividade econômica. Os núcleos urbanos eram, nesta época, verdadeiras extensões das fazendas e dependentes dos senhores de terra mais poderosos. Os cargos públicos das vilas e cidades eram ocupados pelos proprietários mais influentes e seus familiares. O sertão e a criação de gado eram os dois pontos em torno dos quais gravitava de forma absoluta a vida do Ceará, durante quase toda a fase colonial.

O desenvolvimento da indústria e do comércio da carne seca e das solas, e consequente crescimento de centros urbanos litorâneos, não alteraram em muito o ritmo de vida e a predominância da vontade dos fazendeiros na ordem sócio-política de então (6). Este surto das "oficinas de carne" representou, no entanto, o primeiro passo no processo de urbanização do Ceará. A vila do Aracati apresentava vida bastante dinâmica, como se pode constatar pela descrição abaixo referida.

(4) PAIVA, 1979: 50 cita ALVES, 1953: 55

(5) MENEZES, 1869: 207 e STUART, 1896: 134

(6) JANOTTI, 1981: 17

"A tal ponto avulta a indústria pastoril, que Maranhão, Pernambuco e Bahia foram abastecidos pela carne charqueada saída pelo Aracati, abatendo-se anualmente 20.000 reses. A seca de 1792 liquidou, porém, esse comércio". (7).

Além da prolongada seca de 1790-1793, que provocou enorme prejuízo e desorganização para a atividade pecuária, o apogeu do Aracati é grandemente abalado pelas mudanças administrativas da metrópole, para o Ceará no fim do século XVIII. Ao tornar-se capitania independente de Pernambuco no ano de 1799, o primeiro governador do Ceará tem como principal preocupação a imposição da sede administrativa sobre as demais vilas cearenses. Uma das medidas práticas imediatas do novo governo, foi a abertura de caminhos que ligassem Fortaleza ao interior (8). Outro procedimento adotado a partir de então — é reforçado pela mudança na orientação da administração colonial para com o Brasil, em virtude da transferência da corte para o Rio de Janeiro — foi um maior rigor na imposição das leis metropolitanas e na arrecadação do fisco, o que implicou numa maior interferência por parte do Estado colonial na autonomia que gozavam os senhores de terra (9). Esta constante tentativa, por parte do estado colonial e centralizador, em impor sua lei às fazendas, levou os senhores de terra a se predisporem contra a ordem que se tentava estabelecer a partir da metrópole, ocasionando com isso as primeiras mobilizações mais ou menos organizadas dos senhores de terra de que se tem notícias no Ceará.

A crescente insatisfação vivida pelos grandes proprietários em relação a administração real, foi aos poucos canalizada e tomando corpo nos movimentos republicanos e de independência, que começaram a surgir no Ceará a partir dos primeiros anos do século XIX. Já em 1817, a capitania experimenta os primeiros movimentos insurrecionistas contra o domínio colonial, com a adesão do grupo liderado por José Martiniano de Alencar, a partir da vila do Crato, ao movimento revolucionário de caráter republicano que se irradiava de Pernambuco (10).

(7) MENEZES, 1934: 54

(8) THEBERGE, 1869: 207 e STUART, 1896: 134

(9) MONTENEGRO, 1980: 51

(10) PAIVA, 1979: 38

O domínio do fazendeiro sobre a vida da população cearense neste período era incontestável e absoluto. Ele era a autoridade máxima de vastas extensões de terra, bem como de todos que nela habitassem, formando na massa populacional dele dependente, verdadeiros exércitos, mobilizados sempre que preciso para resolver questões de terra, água, disputas eleitorais e mesmo crimes passionais.

O clã dos Feitosa, no sertão dos Inhamuns, ou dos Pinto de Mesquita nas ribeiras do Acaraú, são exemplos que demonstram com clareza a dimensão do poder destes senhores de terra, no período colonial, bem como no novo Estado advindo da Independência (11).

Nesta situação de supremacia quase absoluta dos senhores de terra, associada a um isolamento e dispersão das propriedades ao longo do território cearense, era difícil para o aparelho de Estado colonial se impor como uma presença efetiva. Os grupos armados comandados por um fazendeiro fugiam ao controle das autoridades reais e imperiais que, na necessidade de preservar a integridade territorial do Brasil, se viram forçadas a dar-lhes um status legal ou quase legal como unidade militares.

"Tendo sido a violência assim institucionalizada, a transformação do poder privado em poder público foi um processo rápido. Por volta do fim do século XVIII, os principais plantadores e criadores da colônia receberam títulos militares de coronel ou capitão-mor, complementando seu prestígio social e econômico" (12).

Isto não significava no entanto, que estes "coronéis" não tivessem a quem dar satisfação dos seus atos. Existia toda uma rede de regras e compromissos que poderia resultar, para seus infratores, na incompatibilização com outro coronel aliado, ou na transferência da proteção dada pelas autoridades constituídas a um potentado inimigo, ou ainda na perda de sua clientela para outro chefe político (13).

(11) Os descendentes do Sargento-Mor João Pinto de Mesquita (que em Carta-Patente de 2 de outubro de 1755 era confirmado pelo Rei Dom José de Portugal, no posto de Sargento-Mor de Cavalaria do Regimento do Distrito de Acaraú), continuam a exercer influência sobre a vida cearense durante o Império e a Primeira República, através das famílias Paula Pessoa, Acioly e Fontenelli, todas ligadas por consanguinidade ou casamento a este clã. (MACEDO, 1980, CHANDLER, 1981 e PINTO, 1980).

(12) PANG, 1979: 25 .

(13) JANOTTI, 1981: 61.

O contato cada vez maior dos grandes fazendeiros com o aparelho de Estado, bem como a centralização gradativa e conseqüente interferência do poder real nos interesses dos potentados, levaram estes a se mobilizarem na tentativa de barganhar mais poder e autonomia. Após as lutas de independência, os senhores de terra que haviam reunido suas forças de forma mais organizada para dar cabo da resistência portuguesa no Piauí, esperavam maior participação na máquina administrativa do novo Estado. A dissolução da Assembléia Constituinte por D. Pedro I em 1824 (14) e conseqüente imposição de uma constituição de caráter centralizador, frustrou no entanto os anseios destes chefes políticos, que se mobilizam em torno de um movimento separatista denominado Confederação do Equador (15). Este movimento tinha como principal objetivo, a independência do Nordeste em relação ao Império do Brasil, criando aí uma confederação de Estados com governo republicano. A independência e a República proporcionariam a ascensão e consolidação institucional dos senhores de terra como chefes do novo Estado (16).

Início do Processo de Supremacia do Litoral em Relação ao Sertão

A derrota dos confederados no Ceará, com a execução em praça pública, em Fortaleza, de poderosos proprietários, significou também juntamente com a seca de 1824-25 a vitória do litoral sobre o sertão. A capital e as autoridades constituídas, representantes do governo Imperial, se impõem perante o resto da província. No entanto, a autonomia de que gozavam os coronéis não desapareceu e sim sofreu modificações e se tornou mais complexa. O coronel que antes tinha como referencial quase que absoluto para seus atos, a tradição e seu latifúndio, é obrigado a levar cada vez mais em conta o Estado, como forma de angariar poder e prestígio, ou mesmo como único meio de sobreviver às perseguições de coróneis inimigos. Desta maneira, a percepção do poderio de um senhor de terra, deixa de ser somente questão de família ou entre famílias. O caso da disputa entre Pinto Madeira e José Martiniano de Alencar, durante e após a Confederação do Equador, é um exemplo bastante claro da amplitude que tomaram as desavenças entre coróneis, que chegam a recorrer e a manipular instâncias estatais para punir seus adversá-

(14) CALMON: 1937: 52-53.

(15) PAIVA: 1979: 38

(16) PAIVA:

rios (17). A prisão e fuzilamento do negociante e criador Pessoa Anta é outro exemplo desta situação — ele é delatado por seu inimigo como conspirador durante a Confederação do Equador e executado em Fortaleza a 30 de abril de 1825 (18).

"Se as famílias precisavam conservar suas prerrogativas tradicionais, por necessidade, tinham de dominar esses novos elementos de poder introduzidos no seu meio" (19).

A constante oscilação entre os dois partidos, Liberal e Conservador, no poder, tática aplicada pelo governo imperial para governar de forma centralizante enfraquecendo os potentados, criava um ciclo vicioso de punições e vinganças dos que em cada momento dominavam a situação contra seus inimigos. Exemplo disto é a campanha lançada pelo governo conservador do Presidente Ignácio Silveira da Mota (1850) contra os Feitosa, uma das famílias que controlavam o partido liberal na província, acusada de promover e dar abrigo ao banditismo em suas propriedades (20). Impotentes diante da máquina do Estado, dominada por seus recentes inimigos pessoais e na impossibilidade de lançar contra esta os métodos tradicionalmente empregados para resolver questões políticas em seu território, os Feitosa recorrem à justiça contratando um advogado renomado, Benedito Marques Acauã, para dirigir a defesa. Este advogado passa a divulgar, através da imprensa liberal da capital, artigos afirmando que os Feitosa não eram os únicos nos Inhamuns a proteger fugi-

(17) STUART, 1913: 46-49, MONTENEGRO, 1976.

(18) STUART, 1910: 446, NOGUEIRA, 1894.

(19) CHANDLER, 1981: 75.

(20) Até este momento os Feitosa pareciam gozar de impunidades e prestígio diante das autoridades da província, colaborando politicamente com os Fernandes Vieira, a família conservadora mais importante da região e do Ceará de então. Apesar de os Feitosa chefiarem as hostes liberais nos Inhamuns, membros desta família eram regularmente nomeados por governos conservadores para cargos públicos, inclusive para altos postos na Guarda Nacional e na força policial da área de influência desta parentela. (CHANDLER, 1981: 107). Esta situação no entanto parece sofrer alteração, segundo Chandler, a partir de uma disputa, entre Antonio Martins Chaves (Chefe dos Feitosa) e Francisco Fernandes Vieira, relacionada com uma venda de terra e que produziu enorme desentendimentos entre ambos. (CHANDLER, 1981: 108).

tivos da justiça e acusava que quem dera refúgio ao maior número deles não era outro senão Francisco Fernandes Vieira, o Barão de Icó, pai do dirigente principal do partido Conservador da província. Além disto denunciava serem os Feitosa vítimas de perseguição do governo conservador por motivos políticos.(21).

Apesar das críticas e acusações recíprocas que eram feitas pelos chefes políticos sobre atos de violência e proteção a criminosos dada pelos seus adversários, o uso da força e o abuso de poder eram práticas rotineiras dos potentados da época. Este aparente escrúpulo dos latifundiários em relação à violência privada constituía-se em elemento constantemente manipulado por grupos de poder local e tinha por objetivo a demonstração ao poder público, do reconhecimento pelo coronel da soberania do Estado — que no momento tentava se impor como única instância detentora da lei e da ordem.

A gradativa estruturação do Estado nacional, e sua conseqüente centralização, deram maior complexidade às relações entre os vários níveis de poder regional e o poder central, exigindo, em conseqüência uma crescente sofisticação dos interlocutores entre o governo e os potentados locais. É neste espaço que se verifica a ascensão dos profissionais liberais, como representantes diretos dos interesses dos grandes proprietários, junto ao aparelho administrativo estatal.

Os segmentos populares não desempenhavam nenhum papel nas decisões políticas. Estas eram resolvidas entre senhores de terra e grandes comerciantes e viabilizadas dentro do código e da ética da burocracia de Estado, através da figura do bacharel — geralmente parente de sangue ou por afinidade dos grandes proprietários. O monopólio dos meios de produção, proporcionado pelo latifúndio, criava como única forma de acesso à terra, para os agricultores pobres, sua sujeição à relações impostas pelo latifundiário e que implicavam na lealdade total ao proprietário, em caso de luta com outro coronel.

"Compunha-se esse grupo de pequenos arrendatários, pequenos proprietários, moradores e jornaleiros. (...) Suas condições de vida e trabalho eram precárias. Como moradores ou agregados de uma grande propriedade, habitavam por favor nas terras do senhor, numa si-

(21) CHANDLER, 1981: 114

tuação instável, podendo a qualquer momento serem expulsos, perdendo as benfeitorias e inclusive, a "roça". Não tinham a necessária liberdade para decidir suas vidas e mesmo a contragosto eram convocados, não podendo se recusar, para realizar tarefas nada legais sob o mando arbitrário do coronel" (22).

A lei para o homem sem posses, era a vontade do proprietário. A ação do Estado, (através das decisões dos juizes, resoluções das câmaras municipais, ações da política, etc.), dificilmente eram perceptíveis para esta massa de população, por chegar até ela intermediada ou reinterpretada pela figura do fazendeiro. As únicas saídas frente a este tipo de autoritarismo eram a acomodação, o abandono da terra, ou o banditismo. (23)

É neste clima de patriarcalismo e abuso de poder que vai se formar tanto a ideologia do grande contingente populacional da nova nação quanto, principalmente, a visão patrimonialista dos futuros dirigentes políticos do Império e da República.

A centralização político-administrativa, juntamente com o desenvolvimento da produção e comércio do algodão, representou ponto fundamental para o desenvolvimento de Fortaleza como grande centro da província.

Como foi mostrado anteriormente, até o princípio do século XIX, Fortaleza não exercia nenhum papel de peso na vida sócio-econômica do Ceará. A vila do Aracati era o principal centro comercial da província, concentrando a maioria da produção e exportação de carne seca e couros, bem como do algodão, que ainda era produto secundário na balança comercial cearense. Icó constituía-se como outro núcleo de peso, intermediando a produção do sertão para o litoral.

Com a Independência, as diretrizes administrativas do Império concorreram no entanto para centralizar nas capitais das províncias todo o poder de decisão, transformando-as em principal ponto de alocação de obras e recursos públicos. Os portos do litoral constituíam-se em lugar ideal para se controlar a arrecadação de impostos e fiscalização da exportação. (24) Este projeto centraliza

(22) MONTEIRO, 1981: 19.

(23) MONTEIRO: 1981: 20-21

(24) Com a abdicação de D. Pedro I e advento da regência, há um relativo afrouxamento na política centralizadora do Império. Esta fase é, no entanto, curta e não implica em nenhuma mudança significativa nas diretrizes administrativas implantadas com a Independência. COSTA. 1977: 183

dor é dinamizado a partir de 1850, ao instalar-se o Segundo Reinado, reduzindo ainda mais a já pequena autonomia que gozavam os governos provinciais. Algumas resoluções tomadas a partir de então contribuíram para reforçar o papel das sedes administrativas, no contexto das províncias. A escolha dos juizes de paz deixa de ser feita pelo voto direto dos cidadãos dos distritos. Além disto, as câmaras municipais perdem a prerrogativa de indicar os candidatos aos cargos de Juiz de Paz. (25) O monopólio do comércio exterior do Ceará por Fortaleza, com a transformação da alfândega do Aracati em Mesa de Rendas em 1851, é outra providência tomada pelo governo Imperial. Esta medida não se justifica se levarmos em conta o montante de impostos sobre comercialização exterior, arrecado neste porto em 1851 e que era quase equivalente ao recolhido na capital. Segundo Lemenhe (26) tal medida só pode ser entendida, como mais um meio de se exercer o controle da economia da província de forma concentrada.

A abertura e melhoria das estradas, ligando Fortaleza às férteis regiões serranas e produtoras de Baturité e Maranguape, é outra mostra da centralização das benfeitorias nesta praça. Como observa o Senador Pompeu, nenhum recurso era despendido com o melhoramento da via Aracati-Icó, a mais importante para o comércio do Aracati. (27)

As medidas de ordem administrativa, juntamente com a proximidade de Fortaleza em relação a suas regiões produtoras, contribuíram em muito para sua maior expansão. O aumento na demanda européia de algodão e o monopólio por Fortaleza do comércio exterior consumaram a predominância da capital em relação ao resto da província.

O algodão está ligado à economia cearense, desde os seus primórdios. Já em fins do século XVI este produto, cultivado pela população autóctone, figura entre os principais bens que os silvícolas do litoral trocavam com os corsários franceses e holandeses por manufaturados. (28)

(25) LEMENHE, 1983: 34

(26) LEMENHE, 1983: 73

(27) LEMENHE, 1983: 135

(28) GIRÃO, 1947: 66-67 e STUART, 1924: 85

O interesse europeu pelo algodão nativo, localmente conhecido como manim ou manyú, aumentava e fazia com que o rei de Portugal, em resolução de 8 de junho de 1621, recomendasse a Martin Soares Moreno, o primeiro capitão-Mor do Ceará, o aumento do seu plantio. (29) O cultivo de algodão não assume, no entanto, peso tão importante, quanto o gado, que até o início do século XIX constitui-se na principal atividade econômica da capitania.

O início do cultivo mais intensivo desta fibra se dá de fato a partir da década de setenta do século XVIII, através da iniciativa do comerciante português Antônio José Moreira Gomes, que se compromete a comprar todo o algodão que fosse produzido pelos agricultores da serra de Uruburetama. (30)

Com a seca de 1790-93, também denominada "grande seca", e consequente desorganização da atividade pecuária, os fazendeiros passam a produzir algodão consorciado à pecuária, como forma de diminuir sua dependência do gado, muito mais vulnerável às intempéries. Na primeira década dos anos 1800 o algodão já se constituía no principal produto de exportação da então capitania do Ceará, sendo Fortaleza o mais importante entreposto de exportação do produto. (31).

É no entanto, com a incorporação mais definitiva do Brasil ao mercado mundial, a partir da década de 50 do século passado, proporcionada pelo desenvolvimento da indústria têxtil européia e pela difusão na população daquela região do velho mundo, do hábito de consumo de produtos tropicais (café, tabaco, chocolate), que se incrementa a produção e comércio de algodão cearense para o mercado inglês. Esta dinamização da economia não representou, no entanto, nenhuma alteração significativa no contexto geral da província, no que se refere ao desenvolvimento

(29) GIRAÔ, 1947: 67

(30) "Em 1777 a Serra de Uruburetama produziu 78 arrobas de algodão, que Moreira Gomes comprou e remeteu a Julião Potier, estabelecido na Bahia. No ano seguinte, ascendia a 234 arrobas, vendidas para Lisboa, e ao fim do século somente a colheita daquela zona orçava pelas 5.000 arrobas." (SOUZA, 1954: 13).

(31) "Em 1 de janeiro de 1800 o primeiro governador do Ceará, Bernardo Manoel de Vasconcelos, anuncia ao ministro D. Rodrigo o estabelecimento de casas de inspeção e arrecadação do imposto de 160 réis, sobre cada arroba de algodão no porto de Mucuripe (Fortaleza) e na vila de Santa Cruz do Aracati". (STUDART, 1896: 134).

vimento de núcleos urbanos nas regiões produtoras. Excetuando-se Fortaleza e em menor escala Icó e Sobral (núcleo que centralizava toda a produção e comércio do noroeste cearense), a vida nas vilas do interior permaneceu mais ou menos inalterado. Para Lemenhe (1983:58), isto se deveu à forma como se dava o comércio de então — as transações comerciais eram feitas diretamente entre produtores e os comerciantes do litoral, sem nenhuma intermediação a nível local.

"Reunido pelos latifundiários, o algodão era conduzido em lombo de burro à vila intermediária já referida (Icó), ou diretamente às vilas do litoral, como já se fazia na comercialização dos couros e peles." (32)

O maior vínculo da economia cearense ao mercado exterior, proporcionado pelo desenvolvimento da produção de bens primários de importância para a indústria manufatureira do velho mundo, atrai para a sua sede administrativa sucursais de companhias européias. (33) Neste dinamismo econômico outros produtos são acrescentados à balança comercial. Pode-se citar como exemplo desta diversificação na pauta de exportação, o início da comercialização do café (1845), de cera de carnaúba (1845), borracha de maniçoba (1840), entre outros. (34)

Nos anos 60, há um grande incremento na procura do algodão cearense pelo mercado exterior, em virtude da guerra civil americana haver desorganizado a produção dos Estados Unidos, principal fornecedor desta fibra para a Inglaterra. Os preços altamente favoráveis, pagos pelo produto, criaram enorme euforia. Os proprietários de terra preferiam pagar 1\$280 diários a trabalhadores livres, a

(32) LEMENHE, 1983: 58.

(33) MENEZES: 1937: 62.

(34) A cera de carnaúba por exemplo, que consta nas estatísticas comerciais já desde 1845, tem seu comércio estimulado a partir de 1870, graças à influência da Casa Inglesa e da firma francesa Boris Freres. (SOUZA, 1954:15) Já a borracha de maniçoba, começa a ser explorada a partir de 1840. De 1845 a 1898 a exportação deste látex, é feita basicamente pelo Ceará. De 1897 em diante a maniçoba passa a ser cultivada em outros estados do Nordeste. (BELLO, 1907). O café que tem seu cultivo iniciado na Serra de Baturité, em 1822, ganha peso na balança comercial na província, colocando-se de 1850 a 1855 como o segundo item na exportação do Ceará.

dispor de seu reduzido plantel de escravos (35). Neste período, verifica-se a emigração, para a capital, de grandes proprietários de terra, suas famílias e suas fortunas. Esta tendência de centro de atração de população, desempenhada por Fortaleza, acentua-se com e após a seca de 1877. (36) A partir de então a já existente hegemonia da sede administrativa consolida-se.

Desta forma, o crescimento urbano de Fortaleza verifica-se principalmente a partir da política de centralização administrativa e comercial do Império, que a torna principal núcleo de drenagem dos recursos produzidos na província e, conseqüentemente, centro de atração preferido pelo excedente populacional rural, bem como pelas vítimas das secas. Não se verifica, paralelo a este crescimento, nenhum desenvolvimento expressivo de uma atividade industrial. As poucas indústrias existentes, que surgem a partir dos anos 1880, tem como principal atividade o beneficiamento de algodão. Amora (1978), atribui o surgimento deste incipiente núcleo manufatureiro, à crise de mercado sofrida pelo algodão, com a normalização da produção americana após o fim da guerra civil.

A produção destas fábricas era a de tecidos grosseiros para as classes populares e para o ensacamento de matéria prima, óleos vegetais, cigarros e chapéus.

"Na capital há fábricas de sabão, uma de tecidos, fundições de ferro, várias fábricas de cigarro e de charutos, de chapéus, refinações de açúcar; fabrica-se o vinho de ca

(35) O peso da mão-de-obra escrava na economia do Ceará nunca chegou a ter a importância assumida nos canaviais da zona da mata, região de mineração ou cafezais do sul. Isto se deve, em primeiro lugar, ao tipo de exploração econômica que aí se estabelece durante todo o período colonial (criação de gado), não requer grande contingente de mão-de-obra e em segundo, a alta cotação que o escravo passa a ter, após a proibição do tráfico, em 1850 e que provocou, principalmente durante as secas, a transferência de grande número de cativos para outras regiões do país com economia mais dinâmica. "Na seca de 1877, foram embarcados para o sul 1.725 escravos; em 1878, 2.909; em 1879, 1.925; em três anos mais de 6.500 escravos, um quinto mais ou menos do que tinha toda a província:" (DENIS, 1909: 282).

Esta fase de assalariamento do trabalhador rural é relativamente curta. Com a normalização da produção da América do Norte, após 1871, o preço do produto cai rapidamente, voltando a prevalecer a meação como forma de relação de produção entre o proprietário e o agricultor.

(36) MENEZES, 1937: 162

ju e de outras frutas, produtos farmacêuticos, como diversos preparados da jurubeba, de urucú, etc. que começam a ser exportados em alguma escala. (37)

Esta industrialização é no entanto incipiente, não exercendo grande importância na economia da província, (bem como de sua capital), por se constituir em geral, de pequenos estabelecimentos com produção relativamente reduzida. A atividade comercial de importação e exportação representa o sustentáculo da economia cearense de então, estando a totalidade das grandes fortunas da época ligadas à produção e exportação de produtos primários ou importação e comércio de manufaturados.

O crescimento de Fortaleza está ligado pois, a um maior dinamismo no comércio e serviços, a um paralelo desenvolvimento do aparelho administrativo estatal, e à migração rural-urbana. Este fenômeno parece ser a regra para o crescimento urbano das cidades brasileiras durante o Império. (38)

A maior ligação da economia cearense ao capital internacional exercerá influências apenas ao nível da circulação de mercadorias, sem provocar grandes alterações no âmbito da produção. (39) A partir dos anos 1860 inicia-se uma expressiva sofisticação na vida de Fortaleza, com algum reflexo nos núcleos urbanos próximos da capital. Este fenômeno é demonstrado em artigo de José Carlos Junior.

"Não há pior desgraça para uma pequena cidade do interior do que chegar-lhe o caminho de ferro às portas. (...) vão-se a poesia e singeleza dos costumes, e começa o monstro de fogo a trazer da capital diariamente o espírito de imitação, (um espírito mais nocivo que o da cana) que faz com que as pequenas cidades vivam a macaquear continuamente as grandes, da maneira mais

(37) THEÓPHILO, 1883: 45 .

(38) COSTA, 1977: 200, WEFFORT, 1978: 75.

(39) OLIVEIRA, 1977: 35.

burlesca e alejona. (...) Não tardam vir chegando as cartolas e os pianos; besuntam-se as matutas com pó de arros e os matutos com literatura, e aparecem pelas paredes a torre Eiffel e o homem do bacalhau; o barbeiro adorna a sala com as inevitáveis odaliscas de fisionomia inglesa ou espanhola." (40)

Fortaleza sofre alguma alteração na qualidade de sua população, o que de alguma forma contribui na diversificação das formas de relação social existentes. Era bastante comum no Império e na Primeira República as famílias de posse mandarem seus filhos estudar na Europa. Isto é fácil de ser constatado quando verificamos a biografia de pessoas importantes ou o depoimento de integrantes das elites cearenses da República Velha. Além disto, os métodos e a ideologia do ensino implantado no país após a Independência, obedecia aos moldes europeus.

As relações de produção no campo, no entanto, continuam norteadas pelas regras da meiação e moradia, impostas pelo grande proprietário, através do monopólio da terra e do complexo latifúndio-minifúndio. Esta realidade, como foi abordada anteriormente, tinha reflexos a nível político, resultando daí a sujeição da massa sertaneja à vontade dos senhores de terra.

A dispersão na ordem sócio-econômica e conseqüente afrouxamento no controle da população rural, provocada pelas secas, liberava grande contingente humano que, tentando sobreviver à situação de crise, emigrava para as serras e cidades do litoral ou agregava-se em grupos de salteadores conhecidos como cangaço. As formações destes grupos armados não assumiam nenhum caráter organizado de luta de classes, sendo seus componentes na maioria das vezes reabsorvidos pelos fazendeiros, na composição de seus exércitos particulares.

"Inúmeros movimentos sociais e políticos do Nordeste, da Bahia, do Pará, (...) apontados como fluxos de anarquia, bandi -

(40) CARLOS JUNIOR, José, Carta à Padaria, O Pão, Fortaleza, 1 de março de 1895, p. 4-5.

tismo, pilhagem, não passam de movimentos sociais desses elementos que ainda não aprenderam a falar a linguagem das reivindicações modernas. Movimentos inconscientes, revoltas que explodem sem direção, sem programa, dos choques obscuros, das forças de classes desorganizadas, caóticas, num tremendo período de formação histórica." (41)

Para se ter uma idéia do papel da seca como fator de desagregação e instabilidade na já turbulenta vida sertaneja, basta que se observe que "de 1877 a 1915, por exemplo, quatro secas atingiram a região, desorganizando completamente a produção durante 12 dos 38 anos do período, liquidando por completo com a produção de subsistência e com os rebanhos" (42) A capital da província, é duramente atingida por estas situações de crise. Na seca de 1877, por exemplo, a população de Fortaleza, que era de 30.000 habitantes, passa a 125.000 no ano seguinte, devido à migração. Fortaleza, capital e localidade mais próspera, é também o principal centro de atração dos flagelados da seca, que buscam nela meio de sobreviver ou alternativa à emigrar para a Amazônia. Tais calamidades faziam com que aumentasse a dependência dos coronéis do sertão, em relação aos comerciantes das serras úmidas, vales e litoral, menos atingidos por estas intempéries e em especial em relação ao comércio de importação e exportação de Fortaleza. Verifica-se por outro lado, a transferência, por parte de grandes produtores rurais, de parte de seu capital para a atividade comercial de Fortaleza, como forma de diminuir sua vulnerabilidade em situações de seca.

O setor comercial e principalmente o grande comércio voltado para o mercado externo parece assumir um peso cada vez maior na política estadual. As dívidas contraídas pelos latifundiários do interior com comerciantes do litoral, durante os períodos de seca prolongada, possibilitavam a consolidação do

(41) MENEZES, 1937: 79.

(42) DÓRIA, 1981: 45.

poder político de muitos proprietários de casas comerciais. Numa fase de ausência de redes bancárias, a fonte de créditos acessível a um produtor em dificuldade, era composta pelo capital dos homens do comércio. Tal situação dava margens a grandes negociações políticas, utilizando-se os currais eleitorais dos senhores de terra como elemento de possíveis acordos. São inúmeros os exemplos de comerciantes possuidores de patentes de coronel ou barão e com grande influência na política cearense do Império e da República. São exemplos disto o coronel João Cordeiro, o Coronel José Francisco da Silva Albano, depois Barão de Aratanha e o Barão da Ibiapaba, entre outros.

O setor comercial de Fortaleza, por concentrar a maior parte dos negócios efetuados no Estado, exerce enorme influência na vida do Ceará durante e após a República Velha. Neste setor da economia, as relações entre os comerciantes importadores e exportadores estabelecidos na capital e sua clientela interiorana, é de grande dependência. No último quartel do século passado, era o seguinte o quadro que apresentava as relações entre o comerciante da cidade e seus fregueses interioranos.

"... cada firma atacadista de Fortaleza era dona exclusiva de determinada clientela do interior, constituída dos chamados "fregueses arregimentados" que se submetiam inteiramente aos interesses dos seus fornecedores." (43)

A influência que o setor comercial exercia em relação à vida da província, tendo inclusive poder de arregimentar eleitorado, faziam-no peça fundamental no jogo político do Ceará. Grandes nomes da política cearense do período monárquico e da República Velha, estão diretamente ligados ao comércio

(43) SOUZA, 1954: 16

e posteriormente à indústria e aos serviços.(44)

A ampliação do peso econômico-administrativo de Fortaleza, em relação à província, passa a requerer maior desenvoltura dos meios de comunicação e transportes. É desta forma que a iniciativa privada, com capitais do comércio local e tendo à frente o Barão de Ibiapaba, (importante comerciante e um dos líderes do partido liberal), inicia em 1872 a construção da primeira ferrovia cearense, ligando Fortaleza à serras de Maranguape (45) e Baturité. Também de iniciativa particular local é a instalação do serviço telefônico da cidade, pela firma Pontes Medeiros & Cia. na década de oitenta do século passado. Fortaleza passa a comunicar-se por telégrafo com o Rio de Janeiro em 1881 e inaugura-se o transporte de bondes à tração animal e iluminação à gás desde 1862.

O desenvolvimento de toda esta infra estrutura de sustentação do comércio e conseqüente modernização dos serviços urbanos da capital, possibilita a emergência de uma população mais diversificada que a existente no campo ou nas pequenas vilas e cidades do interior. Esta nova camada social (composta de funcionários públicos, profissionais liberais, empregados de escritórios, caixeiros e pequenos comerciantes), significava uma alteração substancial na vida e nos costumes de Fortaleza, bem como na relação (política) dos todos poderes locais, como este novo segmento social.

A disseminação de idéias e costumes europeus no seio da população urbana letrada, bem como o desenvolvimento do ensino público, constituem-se em elementos importantes no surgimento de uma mentalidade nova e com reivindicações específicas. Desta maneira, já em 1866, críticas às péssimas condições de trabalho e remuneração dos funcionários públicos de escalão médio, bem como ,

(44) Os Paula Pessoa, o Barão de Ibiapaba, os Justa eram todos importantes comercialmente. O Senador Pompeu um dos principais acionistas da estrada de ferro de Baturité e proprietário, juntamente com Nogueira Acioly da primeira fábrica de tecidos do Ceará, (1882). Este setor receberá especial atenção neste trabalho, uma vez que exerceu papel fundamental nas críticas e movimentos que culminaram com a deposição de Nogueira Acioly do Governo.

(45) Pacatuba, região bastante citada neste trabalho, e terra de berço do pai e de muitos familiares de Theóphilo, faz parte da serra de Maranguape.

a ocorrência de prisões arbitrárias em Fortaleza, são veiculadas em jornais da capital. (Aurora Cearense nº 20 de 28 de outubro de 1866).

Isto não significa, no entanto, nenhuma quebra de fato no domínio que os coronéis exerciam na população de então. A dependência dos setores médios e intelectualizados, em relação às oligarquias e aos grandes comerciantes (que eram sua fonte de emprego), dificultava o surgimento de um projeto político alternativo por parte destes grupos, numericamente inexpressivos. Além disto, a forma como era estruturado o jogo de poder, inviabilizava qualquer tentativa de transformação institucional destes setores, na ordem vigente, regida pela força, fraude, elitismo e clientelismo. Restava como única opção para estes indivíduos marginalizados do processo eleitoral, a associação a uma dissidência oligárquica como meio de dispor com alguma desenvoltura dos canais abertos pelos jornais de oposição, à divulgação de suas reivindicações e como meio de galgarem postos de decisão, na eventual subida destes coronéis de oposição ao poder.

A República Velha no Ceará e a Consolidação da Oligarquia Acioly

A República e o sufrágio universal, ampliam a faixa da população com direito a opinar nos assuntos de Estado, ao conceder direito de voto a todos os brasileiros maiores de 21 anos, alfabetizados e de sexo masculino. Por outro lado, a nova ordem traz em seu bojo a federação tão almejada pelos coronéis, o que implica em maior autonomia para os chefes políticos de cada unidade federal. O voto de cabresto e os currais eleitorais, favorecidos pelo voto descoberto, são incorporados como prática corrente da vida republicana.

A implantação da nova ordem não acarreta nenhum revezamento dos donos do poder no domínio da política cearense. Com excessão do Coronel João Cordeiro, os republicanos históricos — muito inexpressivos em termos numéricos e organizacionais — são excluídos na formação da "nova" elite política. antigos grupos oligárquicos do Império, (os Pompeu, os Paula Pessoa, os Ibiapaba e os Acioly), continuam disputando entre si o controle do governo do Estado. O

golpe de Floriano a 23 de novembro de 1892 e a conseqüente derrubada do governo deodorista do General Clarindo de Queiroz, que era apoiado pelo grupo Paula Pessoa, viabilizam a ascensão e monopólio da máquina do governo cearense pelos Acioly. A derrubada do General Clarindo, promovida pela Escola Militar do Ceará e indiretamente apoiada pelos Acioly e Comendador Boris (grande comerciante do setor de exportação e importação), significou também o alijamento dos Paula Pessoa e Ibiapabá, aliados de Clarindo, do acesso ao poder. Esta disputa entre o grupo comandado por Nogueira Acioly e a dissidência que tinha à frente o Conselheiro Rodrigues Junior (genro do Senador Francisco de Paula Pessoa e seu herdeiro na chefia do grupo Paula no partido liberal), continua por todo o longo período de governo da oligarquia. Tanto é que a porta-estandarte na passeata da Liga Feminista pró-Ceará Livre, em apoio à candidatura de Franco Rabelo (genro de Clarindo de Queiroz), em 1911, era Odele de Paula Pessoa, filha do Dr. Francisco de Paula Rodrigues chefe da dissidência dos Paula Rodrigues e neto de Rodrigues Junior. Como se pode perceber havia uma íntima relação entre parentesco e política partidária no Ceará da República Velha (46).

Tudo isto ocorre em um momento peculiar de nossa história, quando os governos dos estados gozam de maior autonomia, o que favorece em muito o monopólio das políticas estaduais pelas oligarquias locais.

O controle da máquina eleitoral por um único grupo, impossibilitado no Império pelo poder moderador, que fazia oscilar no governo conservadores e liberais — é viabilizado pela maior autonomia política dos Estados em relação ao poder central, com o advento da federação republicana. É também um período em que as camadas médias buscam um espaço maior de participação na política da República. No caso específico do Ceará, a fase é marcada pela mais longa oligarquia da história da República Velha, que vai de 1895 a 1912. Verifica-se, principalmente em seus últimos oito anos de existência, forte resistên

(46) LEWIN, 1979: 264

cia da população urbana de Fortaleza e em especial dos comerciantes voltados para o mercado interno, uma vez que as famílias francesas Boris e Gradwal que monopolizavam o comércio de exportação e importação no Ceará mantinham boas relações com o governo de Nogueira Acioly e não pareciam ser afetadas em seus interesses pela política oligárquica.(47) O trecho do documento divulgado pela Associação Comercial do Ceará em 5 de janeiro de 1912, que transcrevemos abaixo, mostra de forma bastante clara a situação tensa que dominava as relações entre o governo do Estado e o setor comercial neste período. "Sabem todos que nos anos de 1904 e 1905, ferido em seus interesses pela imposição de tributos gravosos, inconstitucionais e vexatórios, viu-se ele (o comércio) na contingência de manter luta franca com o poder executivo, disputando o seu direito perante os tribunais do país." (48)

O rompimento entre o comércio de Fortaleza e a oligarquia, deve-se, segundo Silva (1982:136), à excessiva taxaço que vitimava o comércio estadual e interestadual. A política fiscal de Acioly privilegiava o comércio de exportação e importação com impostos mais leves, o que parece ter feito com que os Boris e os Gradwall se mantivessem neutros durante a mobilização que depôs a oligarquia em janeiro de 1912, e que teve o apoio do comércio de Fortaleza.

A nova ordem partidária que surge com o fim do Império era federalista e não nacional, no que pretendia ser coerente com a ideologia federativa da República, ou seja, os partidos republicanos existiam em cada uma das unidades da federação independentes uns dos outros. "Esses partidos, baseando seu poderio nos coronéis e nas oligarquias estaduais mais fortes, organizavam as listas dos candidatos aos cargos eletivos, federais, estaduais e municipais, fiscalizavam as eleições, elaboravam as atas e empossavam os eleitos das listas (49).

(47) SILVA, 1982: 136 .

(48) THEOPHILO, 1914: 366.

(49) FRANCO, 1974: 59.

Este processo de distribuição de cargos e privilégios, não conseguia satisfazer aos anseios de todos os "coronéis" (chefes políticos) provocando constantes rompimentos nos quadros da oligarquia e o surgimento de uma oposição — igualmente oligárquica...

Devido a não existência de organizações nacionais, o centro político de decisões do país iria se estabelecer, "na zona que era, ao mesmo tempo, centro geográfico, econômico e demográfico do país. Esta zona se constituiu pela união dos dois grandes estados de Minas e São Paulo" (50). Quem monopoliza as sucessões políticas da República a nível federal durante o período que se estende até 1930 são os P.R. (Partidos Republicanos) de São Paulo e de Minas. O Rio Grande do Sul que era outro Estado de grande peso econômico e que, consequentemente, poderia ter importância na imposição de um seu candidato à presidência da República, aceita a posição de neutralidade em troca da não interferência do governo federal na política do Estado. (51)

Esta forma de barganha de poder que foi inaugurada no governo de Campos Salles, e que de imediato passou a ser conhecida como "política dos governadores", foi de grande importância na perpetuação das oligarquias estaduais, que se mantinham no poder por meio de constantes pactos com o governo central monopolizado pelo eixo Minas-São Paulo. A conjuntura política estadual era uma reprodução em escala menor da estrutura em que se apoiava o poder a nível nacional. Desta forma toda a política estadual era controlada por uma conjugação de grupos que se perpetuavam no poder sob a chefia suprema do Comendador Acio-ly, não dando nenhuma margem de participação de fato a uma opinião pública que começava a ganhar peso nas cidades. Os setores mais ilustrados das camadas médias não tinham outras saídas senão a cooptação ou a marginalização total dos processos decisórios do Estado e da nação. O que restava aos membros deste seg

(50) FRANCO, 1974: 59.

(51) "Borges de Medeiros mantém seu estado isolado, de 1898 até 1928; somente Getúlio Vargas modificará esta política". (CARONE, 1971: 215).

mento discordante da situação em vigor, era o espaço aberto pelas páginas dos periódicos pertencentes a grupos de poder local que disputavam com a situação o domínio político do Estado. Isto no entanto, não representava nenhuma possibilidade de mudança na ordem pública existente, uma vez que os interesses dos proprietários destes jornais de oposição não diferiam em muito dos defendidos pelo grupo instalado no poder. Parece pois, que os setores intelectuais, ao mesmo tempo em que eram utilizados, se aproveitavam deste espaço surgido da divergência entre coronéis utilizando-se da cobertura garantida por esta situação, como meio de estimular a formação de uma opinião pública que viesse respaldar suas tendências.

São constantes as denúncias de fraudes eleitorais, bem como a punição dos funcionários públicos que não votavam nos candidatos da situação.

"Foi demitido de ajudante fiscal da Intendência Municipal o Sr. Augusto Cabral, pelo simples fato de não ter votado no Comendador Acio ly." (52)

Para a maioria da população, o arbítrio e a vontade suprema dos coronéis, constituíam as únicas regras conhecidas de política. Esta massa populacional analfabeta, não tinha nenhum acesso às idéias novas, veiculadas pelos jornais.

O voto universal, confere no entanto importância a estes indivíduos, na medida em que passam a se apresentar como contingente eleitoral passível de ser arregimentado pelas forças políticas em disputa. É desta forma que se explica a ênfase dada pelos setores oposicionistas intelectuais à alfabetização

(52) CAVALCANTE, Waldemiro, desmandos de Oligarca, Jornal do Ceará, Fortaleza, 14. de abril de 1904, p. 2.

da população, visto ser a imprensa a principal arma de que dispunham na divulgação de suas idéias. Waldemiro Cavalcante (53), no eidotiral do primeiro número do Jornal do Ceará, ao apresentar os objetivos da nova folha, deixa evidente esta preocupação.

"Nosso primeiro trabalho seria o de despertar a Nação da profunda indiferença que lavrava as camadas populares pelas coisas públicas. (...) O plano desta folha é servir de melhor modo os interesses da comunidade cearense, fazendo da imprensa um meio de ensino popular (54), comércio decente de idéias, veículo de progresso, repositório completo de informações"(55).

A máquina eleitoral, no entanto, juntamente com o pouco alcance e eficácia desta estratégia, inviabilizava qualquer esforço no sentido de uma conscientização da população em relação a seus direitos. Os resultados dos pleitos eram adulterados pelos grupos detentores do poder. Além disto, o voto descoberto, ao permitir o reconhecimento da escolha de cada eleitor, possibilitava a negociação do voto bem como a punição dos eleitores que não votassem segundo a vontade de um chefe político.

É neste clima de impotência diante da situação vigente, que as oposições urbanas muitas vezes se mostram simpáticas à intervenção do exército e à implantação de uma ditadura militar, como meio de moralizar a República chegando mesmo a reivindicar tais medidas. (56). O movimento Revisionista, que tem à frente o Senador e Tenente Coronel Lauro Sodré, e que é apoiado no Ceará pelas

(53) Waldemiro Cavalcante participou do movimento literário de contestação à ordem vigente, denominado "Padaria Espiritual", juntamente com Rodolpho Theóphilo. Além disto foi professor exonerado do Liceu do Ceará e da Escola Normal pelo governo de Nogueira Acioly, um ano antes de montar o jornal de oposição "Jornal do Ceará".

(54) Este jornal publica regularmente lições ensinando as primeiras letras, com o título de "Ensino Intuitivo".

(55) Editorial do Jornal do Ceará, Fortaleza, 14 de abril de 1904, p. 2.

(56) COSTA, 1977: 204.

pelas forças de oposição à oligarquia, é um bom exemplo deste fenômeno.(57)

O Jornal do Ceará, que era, juntamente com o Unitário, o principal veículo das idéias revisionistas no Ceará, publicava constantes notas condenando as condições em que se encontrava o Estado Brasileiro e louvando as qualidades do exército, que é muitas vezes apresentado como único meio de regeneração nacional.

A respeito do fracassado levante da Escola Militar do Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1904, o Jornal do Ceará publica manifesto de louvor ao líder do movimento, Tenente Coronel Lauro Sodré, bastante elucidativo da situação de então.

"A metralha há de ainda varrer a Praia Vermelha, arrebatando a vida de milhares de jovens militares, mas a queda dos brutos que governam criminosamente o Brasil não tardará. (...) Dentro das escolas militares há livros e balas; sonhos que voam mais alto que o fenix e brilham mais que um astro; há penas e canhões, conhece-se Comte e Hotchkiss, Aristóteles e Kropatschech, Descartes e Armstrong; Bichat e Krupp, Leibnitz e Whituortk, Newton e Nordenfeld.

Dentro das escolas militares há luz, há heroísmo, há honra, há dignidade, há moral e há respeito eternos! Só ali reside a honra do Brasil". (58)

A insignificância numérica, a multiplicidade de interesses e a consequente desorganização política dos setores médios, além do distanciamento que estas camadas tinham e procuravam manter em relação à população pobre — como forma de se diferenciar em relação a esta — dificultava o surgimento de um programa político alternativo, mais geral para o País.

As formas de relação de trabalho, marcadamente paternalistas e auto-

(57) MONTENEGRO, 1980: 79.

(58) RABELO, João de Melo, Manifesto de Louvor a Lauro Sodré, Jornal do Ceará, Fortaleza, 26 de novembro de 1904, p. 1.

ritárias, a visão patrimonialista, que a grande massa popular tinha introjetado no referente as coisas públicas, contribuíam para acentuar ainda mais este distanciamento. O povo só se mostrava presente nos eventos políticos municipais, estaduais e nacionais, como massa de manobra, votando com seu coronel, ou como jagunço, promovendo o espancamento, saque ou até o assassinato dos inimigos políticos de seus patrões. (59)

A caracterização da política como assunto exclusivo das elites, é algo sempre presente até na utilização dos termos escolhidos pelas oposições urbanas, para definir os elementos que praticavam algum ato de rebeldia ao governo. Frases adjetivadas como:

"Se achavam no Café do Comércio alguns moços da nossa melhor sociedade (60); "não eram homens da plebe, não, pelo contrário eram homens de certa cultura e bem nascidos." (61)

pareciam ter como principal preocupação evitar que se confundisse estes "moços" com a massa popular o que, se ocorresse, tiraria toda legitimidade de qualquer reivindicação. A situação social deste novo segmento era assim, ambígua, pois se por um lado não podia se colocar em pé de igualdade com os todo-poderosos da terra, por outro, era diferente da massa analfabeta e miserável da população, evitando ser confundido com esta.

(59) "Para a eleição de Câmaras de 1880 os liberais Paulas se coligiram com os conservadores Graúdos e os conservadores Miúdos com os liberais Pompeus. No dia da eleição e ainda cedo, os dois primeiros grupos, com o seu numeroso eleitorado ou antes com o seu inumerável cabroeiro, ocuparam, militarmente a Sé: e quando, por volta das nove horas, os Miúdos e Pompeus, também acompanhados de um eleitorado da mesma espécie, se aproximavam daquela Igreja, foram atacados e repelidos à faca, cacêtes e tiros pelos ocupantes. Travava-se então uma verdadeira batalha campal em frente à matriz." (NOGUEIRA, 1954: 172).

(60) Sobre o choque de alguns indivíduos com a polícia, no referido café, após "ordeira e entusiasmada aclamação" feita ao nome dos candidatos oposicionistas às eleições estaduais. (CAVALCANTE, Waldomiro, Brutalidade Policial, Jornal do Ceará, Fortaleza, 12 de abril de 1904, p. 1.).

(61) Refere-se aos participantes de uma manifestação realizada no centro de Fortaleza contra a reposição de Nogueira Acioly — 25 de janeiro de 1912. (THEOPHILO, 1914: 157).

O espaço de atuação destes setores, assim como sua própria condição sócio-estrutural, eram indefinidos, num ambiente onde as discussões e interferências nas coisas públicas eram monopólio exclusivo dos grandes proprietários. É desta forma que a atitude de Theóphilo pode ser caracterizada como prática política, na medida em que ele fazia parte de um segmento que reivindicava direito de opinião e participação política na vida da Nação. Assim sendo, ao me referir à trajetória política de Rodolpho Theóphilo, não estou entendendo o termo "política" apenas em seu aspecto mais formal. Entendo-o, também, como a luta que um indivíduo trava, na busca de impor suas idéias e interesses. Em outras palavras, a trajetória política seria a relação de caráter informal que um indivíduo teria com o poder econômico e político, via parentesco, amizade, etc. como meio de angariar vantagens.

É no contexto que acabo de descrever brevemente que vai se inscrever a trajetória política de RT, examinada a seguir.

II C A P I T U L O

THEÓPHILO E O CONTEXTO SOCIO POLÍTICO DO CEARÁ NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O nome de Rodolpho Theóphilo é muito citado nos documentos, livros, periódicos e mesmo relatórios da Inspetoria de Higiene ao Presidente do Estado, escritos na, ou a respeito da vigência do governo oligárquico Acioly no Ceará. Este homem, que nunca tomou parte ativa na política partidária do Estado, esteve sempre envolvido, no entanto, com os movimentos culturais e de contestação encabeçados pelas camadas médias de Fortaleza. Sua ação vai desde o apoio à luta pela abolição da escravidão no Ceará, passando pela publicação de trabalhos de história crítica à política do governo da oligarquia, até a participação na "Padaria Espiritual", movimento literário contestatário responsável pela publicação de inúmeros livros e de um periódico denominado "O Pão". Este movimento (Padaria Espiritual) teve relativa repercussão nacional, despertando a atenção entre outros literatos brasileiros da época, de Pardal Mallet, Coelho Neto, Clovis Bevilacqua, Araripê Junior e Machado de Assis.

"Fundada no café Java, instalou-se oficialmente, com o maior estardalhaço, na sua primeira sede, à Rua Formosa 105, no dia 30 de maio de 1892". (...) "Padaria Espiritual foi o nome dado por Antonio Sales a uma sociedade cearense de letras, cujo aspecto irreverente, revolucionário e inconoclasta só encontra símile no movimento que saíria trinta anos depois, com a Semana de Arte Moderna". (1)

Theóphilo nasceu em 1853. Era seu pai o médico formado pela Faculdade da Bahia, Marcus José Theóphilo, filho do próspero comerciante português estabelecido em Fortaleza, Manoel José Theóphilo. Sua mãe chamava-se Antônia Sarmiento e era filha de Cláudio Mendes Sarmiento e Maria Gaspar de Oli

(1) NAVA, 1974: 85.

veira, cearenses radicados na Bahia. Talvez seja por esta razão que Theóphilo nasceu na Bahia, onde seu pai estudou medicina e morou nos primeiros anos de casamento.

A situação social de Theóphilo ao nascer, garantia-lhe alguns privilégios, visto ter seu pai uma profissão de grande prestígio e que propiciava uma boa situação social. Esta posição social é no entanto abalada pela morte prematura do pai em 1864, obrigando-o a trabalhar desde cedo como caixeiro, em loja do marido de sua prima, Coronel José Francisco da Silva Albano, o Barão de Aratanha. Seu pai morreu ainda moço, aos 43 anos, deixando poucos recursos e seis filhos na orfandade. (2).

A condição social que ocupava enquanto caixeiro era para ele motivo de grande inquietação. Theóphilo se auto definia, então como "desclassificado" e sem nenhum direito, ou ainda como "criado de serviço".

"O caixeiro, neste tempo, era igual a um criado, ou valia menos ainda. A saúde de um escravo inspirava mais cuidado, porque o escravo tinha valor intrínseco, valia dinheiro, e o caixeiro não". (3) No ano de 1868 ele e outros cinquenta caixeiros tentam organizar-se em uma associação de classe.

"Sabendo os patrões do fato no dia seguinte, foi por eles considerado um ato de indisciplina e mandaram que se acabasse a sociedade, que morria ao nascer."(4)

Seus esforços para poder estudar, (estudava a partir das oito horas da noite, quando o comércio fechava), e para posteriormente ingressar num cui

(2) Sobre a situação financeira do pai, foi possível saber apenas que no ano de 1850 este é convidado para exercer a profissão no Aracati, mediante o partido de dois contos de réis pagos por José Teixeira Castro, proprietário de grande farmácia nesta cidade, (STUDART 1913: 230), e que foi chefe interino da polícia da então província do Ceará de 28 de outubro a 11 de novembro do ano de 1852. (VITOR, 1943: 33-34)."

(3) THEÓPHILO, 1919: 67.

(4) THEÓPHILO, 1927: 6-7.

so superior, demonstra muito bem a importância que tinha na época a formação acadêmica, como meio de ascensão social. O mesmo escreve, ao referir-se às péssimas condições de trabalho que então tinha como caixeiro:

"Continuei na minha labuta do comércio, cada vez mais convencido do que só o livro me libertaria." (5)

Rodolpho Theóphilo não pôde realizar seu grande sonho que era o de seguir a mesma carreira de seu pai por falta de condições financeiras. Em novembro de 1872, parte para o Recife para fazer o exame preparatório com o objetivo de ingressar no Curso de Farmácia da Escola de Medicina da Bahia. O empréstimo que consegue do governo da província não era suficiente para que ele por lá se mantivesse o tempo necessário para terminar os estudos em Medicina que tinham a duração de cinco anos.

As relações entre os comerciantes e seus empregados, era então de extremo autoritarismo, sendo necessária a interferência de Henrique Justa (grande proprietário na serra de Pacatuba, amigo do pai de Theóphilo e futuro sogro de sua irmã), para que esse recebesse permissão do patrão para deixar a loja e ir estudar Farmácia na Bahia. Foi também graças a empréstimos conseguido por Henrique Justa, junto à Assembléia Provincial, que Theóphilo teve condições financeiras para se diplomar. Este empréstimo foi pago por Theóphilo, no ano de 1878, sob forma de medicamentos cedidos ao Orfanato de Fortaleza durante todo o ano.

Henrique Justa teve grande influência na ascensão social de Theóphilo, que o define como "meu maior amigo, a quem devo em parte o que sou e também a formação de meu caráter". (6) A aproximação entre Rodolpho Theóphilo e Henrique Justa, deu-se graças à gratidão que Engrácia de Paula Justa, esposa deste fazendeiro, tinha para com o pai de Theóphilo, seu vizinho em Pacatuba no

(5) THEÓPHILO, 1927: 57.

(6) THEÓPHILO, 1905: 71.

tempo de solteira e que tinha ajudado muito sua família. A oportunidade para Engrácia retribuir os favores do pai de Theóphilo surge quando aos treze anos de idade Theóphilo é acometido de uma bronquite. Engrácia ao tomar conhecimento da enfermidade do rapaz (talvez através de relação que tinha com a família Albano da qual Theóphilo era empregado), convence o marido a convidá-lo a convalescer em sua propriedade na serra de Aratanha. Theóphilo, que até então não conhecia Henrique Justa, é convencido a aceitar o convite por sua mãe que lhe explica o motivo da generosidade daquela senhora. Assim o farmacêutico refere-se a generosidade de Engrácia, baseando-se em informações de sua mãe.

"Moça de uma família muito pobre, mas muito virtuosa, que fora nossa vizinha e muito protegida de meu pai. O serviço que ela queria me prestar era feito à memória de seu amigo, de seu médico, de seu protetor." (6)

Theóphilo parte para a Bahia em 1873, onde permanece por três anos. Com o fim de seu curso em 1876, retorna ao Ceará e monta uma pequena farmácia em Pacatuba, terra natal de seu pai. No ano seguinte muda-se para Fortaleza, e começa a ter participação em movimentos de contestação urbanos, como o abolicionismo e a Padaria Espiritual.

A Padaria Espiritual, já referida anteriormente tinha como uma de suas principais características, a crítica às instituições e valores vigentes na época. O pensamento positivista e as contradições da República brasileira, eram muitas vezes ironizados por seus redatores. Exemplo disto é este trecho do artigo que abaixo transcrevemos e que se refere a introdução de hábitos europeus nas festas de natal do Ceará, inclusive à transformação no estilo dos presepios. "Os três reis magos tinham vistosas fardas de generais, e se não usavam barretes frígios também coroa não traziam para que não perigassem as instituições ante tanto rei junto. (...) E um dos reis, aquele que ficava mais para o escuro, sustinha na mão uma bandeira com esta outra frase cabalística do positivismo: — Viver às claras." (7)

(6) THEÓPHILO, 1905: 71.

(7) CAVALCANTE, Waldemiro, Os Quinze Dias, o Pão, Fortaleza, 15 de janeiro de 1895, p.1.

As críticas à política oficial de saúde, no entanto, constituíram aparentemente, sua principal batalha, levando-o a entrar em choque com a oligarquia Acioly e a juntar-se a outros indivíduos, na censura à ordem vigente e na luta por uma maior participação nas decisões políticas.

Este combate dá-se principalmente ao nível ideológico, pois tenta atingir os seus fins através de argumentação que põem em xeque os baluartes e valores da ordem vigente, buscando denunciar suas contradições.

Um aspecto constante nesta discussão é o da utilização que cada facção em disputa faz de elementos culturais partilhados pelos indivíduos envolvidos no caso. A objetividade científica e o pensamento liberal são pontos bastante enfatizados por ambas as partes em toda esta disputa. Parece haver neste caso concordância e coincidência sobre as potencialidades que determinados valores apresentavam como objetos passíveis de manipulação. (8)

Os dados disponíveis indicam que toda a argumentação utilizada, tanto por Theóphilo quanto pelo governo oligárquico, era calcada em dois pontos básicos: a crença na objetividade do saber médico por um lado e, por outro, as obrigações dos governantes para com seus governados e a forma correta de se governar. Em outras palavras, a objetividade da ciência era contraposta aos ideais liberais da República, que não eram cumpridos na prática. As incoerências existentes entre a constituição republicana e a prática política oligárquica, é alvo constante das críticas das oposições. Theóphilo, por exemplo, afirma ao ser exonerado em 1905 de sua cátedra no Liceu do Ceará (onde lecio

(8) Neste ponto minha proposta de trabalho encontra-se apoiada na construção teórica desenvolvida por Durhan que estabelece as diferenças entre os conceitos de cultura e ideologia. Em sua opinião "qualquer elemento cultural pode ser utilizado ideologicamente, mas não o é sempre nem necessariamente — admite-se entretanto, que alguns sejam mais suscetíveis que outros a manipulação desse tipo". Ainda segundo a autora "a ideologia diz respeito à luta pelo poder entre grupos que podem representar classes, segmentos de classes ou mesmo categorias sociais, mobilizados em função de seus interesses, luta esta na qual sistemas simbólicos permitem atribuir significados específicos a certas ações de modo a legitimar uma ordem existente ou contestá-la, marcar fronteiras entre grupos em conflito ou dissimular diferenças entre grupos aliados". (DURHAN, 1980: 7).

nava desde 1878).

"Este ato do governo prova que ele procede conforme a afeição ou desafeição que tem ao indivíduo, mostrando deste modo a má compreensão que tem de seus deveres e de sua responsabilidade como governo. (9)

O modelo ideal de ordem social espelhado em moldes europeus e americanos, bem como o compromisso com a civilização e o progresso, de muito bom tom para quem pertencia ou almejava pertencer às elites, era constantemente contraposto pelas oposições urbanas às ações brutais e arbitrárias dos governantes.

É neste clima que Theóphilo age, tentando interferir na ordem existente. Suas idéias, veiculadas principalmente pelo Jornal do Ceará, onde era um de seus redatores — estavam quase sempre em choque com os interesses do grupo estabelecido no poder. Sua condenação à forma fraudulenta como se davam as eleições neste período e ao abuso de poder da oligarquia, além da exigência de melhor assistência sanitária à população, eram pontos que aproximavam suas reivindicações dos anseios de maior participação dos setores médios, que emergiam e ganhavam peso na época. No entanto, estas eram, também as críticas que as dissidências oligárquicas faziam ao regime estabelecido, por se acharem excluídas do acesso ao poder. Desta maneira, esta argumentação tanto poderia servir aos interesses de classe dos setores médios emergentes, como para forçar um revezamento dos coronéis no poder, tão almejado pelas dissidências oligárquicas. É pois, a partir deste ponto de convergência de interesses, que parece ter surgido, através da imprensa dissidente, (mantida por coronéis de oposição), um espaço de atuação e um meio de divulgação para as idéias e anseios dos setores médios.

(9) THEÓPHILO, 1905: 44-45.

No campo econômico, as divergências de interesses existentes entre Theóphilo e a administração Acioly são bem objetivas e tornam-se evidentes, quando se lê as críticas que este faz à política fiscal do governo estadual. Antes ainda de se incompatibilizar com a oligarquia de forma mais decisiva, Theóphilo monta, em meados da última década do século passado, uma pequena fábrica de vinho de frutas e um pequeno laboratório de especialidades farmacêuticas. Os altos impostos cobrados pelo governo de então, são apontados por ele como a principal causa do fracasso parcial destes empreendimentos. A este respeito Theóphilo diz o seguinte:

"O Estado se associou a mim, taxando os produtos. (...) O Estado, tendo uma idéia muito falsa de economia, taxava com pesados impostos as indústrias ao nascer e as ia asfixiando." (10)

Neste ponto Theóphilo parece partilhar da mesma insatisfação de outros pequenos comerciantes e industriais do período. Este tipo de crítica é comum, se verificarmos a imprensa ou depoimentos e memórias de habitantes de Fortaleza na época. (11)

No entanto, qualquer esforço destes setores, no sentido de fazer valer sua opinião nas decisões político-administrativas do Estado, era logo frustrado pela prepotência e mentalidade patrimonialista, vigente entre as classes dirigentes de então.

As críticas ao governo estadual eram tomadas como desacato e punidas com energia, obrigando inúmeras pessoas da oposição a deixar o Ceará, para fugir à repressão da política local. Dois telegramas publicados pelo Jornal do Ceará, referentes à repercussão do rompimento de João Brígido (dono

(10) THEÓPHILO, 1919: 131.

(11) SILVA, 1982: 136 e BEZERRA FILHO e THEÓPHILO, Jornal do Ceará, Fortaleza, 30 de março de 1904.

do Jornal Unitário), com a oligarquia Acioly, e procedentes de Belém e Manaus respectivamente, demonstram muito bem a importância deste êxodo de vítimas de perseguições políticas.

"A maioria dos que chegam (a Belém) entre os quais contam-se bacharéis e empregados públicos, foram aí vítimas da oligarquia Acioly." ou ainda: "Foi assaz intensa, pela mesma, a adesão de solidariedade dos cearenses aqui (Manaus) expatriados, ao movimento libertador que aí surgia." (telegramas, Jornal do Ceará, Fortaleza, 18 de maio de 1904, p. 2).

A oligarquia parecia exercer grande pressão sobre os elementos insatisfeitos com a política vigente, empregando métodos violentos para fazer calar as dissidências.

Algum fator, no entanto, parece ter poupado Theóphilo das medidas mais drásticas comumente aplicadas pela oligarquia a seus adversários, limitando-se o campo desta disputa aos jornais locais e à medidas de caráter jurídico, como foi o caso de sua exoneração da cátedra do Liceu em 1905. Era comum naquela época o espancamento ou prisão dos adversários políticos de Nogueira Acioly, por policiais à paisana.

A posição ocupada por Theóphilo o coloca muito próximo dos grupos dominantes. Primeiro, ele fazia parte de um segmento minoritário, constituído pelos profissionais liberais com formação superior. Era desta minoria ilustrada que o poder oligárquico recrutava a maior parte de seus homens de primeiro escalão, sendo o próprio oligarca advogado formado na escola do Recife. O peso assumido pelos profissionais liberais pode ser mais facilmente compreendido, se analisamos as transformações ocorridas nas relações entre coronéis e governo, com o desenvolvimento e consolidação do aparelho estatal. A gradativa estruturação do Estado nacional, e sua conseqüente centralização, de

ram maior complexidade às relações entre os vários níveis do poder regional e do poder central, exigindo, em consequência uma gradativa sofisticação dos interlocutores, tanto do governo quanto dos potentados locais. É neste espaço que se verifica a ascensão dos profissionais liberais, como representantes diretos dos interesses dos grandes proprietários junto ao aparelho administrativo estatal.

O valor dado pelas elites dirigentes aos homens letrados, durante a República Velha, é facilmente constatado quando verificamos os dados apresentados por Paiva, no que se refere aos requisitos e condicionantes sociais fundamentais à ocupação de cargos de decisão no Ceará da época.

"Estes condicionantes se referiam ao fato do candidato possuir certas qualidades, entre as quais se sobressaíam a educação de nível superior — os bacharéis, como magistrados e advogados — contribuíram com os maiores percentuais na formação da elite política, principalmente na órbita da Câmara dos Deputados, seguidos dos padres — e a posse de um título da Guarda Nacional e ser fazendeiro — no caso dos membros da Assembléia Legislativa Provincial".
(12)

Este traço isoladamente não parecia no entanto conferir qualquer tipo de salvaguarda, visto encontrar-se, entre os indivíduos que se expartriavam fugindo à perseguição do governo estadual, muitos bacharéis. (13). A ele, Theóphilo aliava, em segundo lugar, laços de parentesco importantes para ajudar a aprender aquela questão. Ele é definido por vários informantes que chegaram a conhecê-lo, ora como pobre, ora como remediado. No entanto, se levar-

(12) PAIVA, 1979: 204.

(13) Resta saber o tipo de pressão sofrida por estas pessoas e que as fizeram abandonar sua terra. Análise da situação social de várias vítimas da repressão oligárquica seria fundamental na avaliação dos valores que nortravam a ação do grupo estabelecido no poder em relação às forças de oposição. Isso no entanto não foi possível de ser realizado devido a inexistência de dados mais detalhados que permitissem recompor a história de vida dessas vítimas da perseguição política.

mos em conta o peso que as relações de parentesco tinham na ascensão política de um indivíduo durante a República Velha, Theóphilo tinha grandes predicados para ocupar cargos de decisão. Sua genealogia está repleta de nomes de políticos e pessoas de prestígio e poder econômico. (14) Era seu tio afim e padrinho, José Antônio da Costa e Silva, dono de imensas propriedades na serra de Pacatuba e quem pagou seu primeiro ano de estudo. Seu tio, o advogado Manuel Theóphilo Gaspar de Oliveira, irmão de seu pai, foi Deputado Geral pelo Ceará e diretor do Liceu, nomeado a 25 de abril de 1849. Eram seus primos afins, (casasados com as três filhas de Marica Theóphilo sua tia, com José Antonio da Costa e Silva) o Barão de Aratanha, importante comerciante do setor exportador e importador, Antonio Gonçalves da Justa, também comerciante do setor exportador e importador e político de destaque do partido conservador e José Antonio da Justa, deputado provincial em dois biênios e proprietário rural em Pacatuba. (15) Além disto, o pai de Raimunda Theóphilo, sua esposa, era o comendador Antônio Cabral de Melo, homem destacado e proprietário de fazenda na serra de Pacatuba.

Sua nova condição social, adquirida com o curso de Farmácia, (diploma-se em 1876) — além do prestígio que seu falecido pai lhe conferia por ter sido médico em Pacatuba, cidade de seu sogro — parece ter contribuído para a aproximação entre Theóphilo e a família de sua futura esposa. Um outro aspecto que pode ter aberto as portas da casa dos Cabral para o farmacêutico foi o casamento de seu primo Juvenal Galeno (filho de José Antônio da Costa e Silva, rico proprietário de terras em Pacatuba e casado com Maria do Carmo Theóphilo, irmã do pai de Rodolpho Theóphilo), com a filha mais velha do Comendador Cabral em 1876, dois anos antes do casamento de Theóphilo.

(14) Ver genealogia de Rodolpho Theóphilo em apêndice.

(15) A influência dos Albano e Justa no setor de exportação foi grandemente abalada pela concorrência das casas francesas Boris Freres e Gradwol que passa a ocorrer de forma mais intensa a partir dos anos oitenta do século passado. (BARROSO, 1973).

A maior proximidade com as elites, a partir do parentesco (além da sua condição de intelectual e da fama de benemérito), parecia de certa forma reservar-lhe uma certa garantia.

Ao acompanharmos o desenrolar da história do Ceará durante o período oligárquico de Nogueira Acioly, será fácil constatar que as soluções violentas dadas aos problemas criados pelas oposições ao poder estabelecido parecia ser uma constante. No entanto, se nos detivermos mais detalhadamente nas formas e consequência de toda esta violência, fica bem claro que a política repressiva da oligarquia, agia obedecendo a determinados parâmetros diferenciadores. Estas distinções se davam em função da classe, relação de parentesco e amizade, grau de instrução e até mesmo devido a alguma especialidade pessoal, que tornasse um determinado indivíduo, digno de respeito público. É claro que cada uma destas determinantes não garantia isoladamente a impunidade ou a punição de qualquer cidadão. A interrelação entre os vários fatores, é que davam a configuração da situação específica de cada pessoa frente ao aparelho de controle social montado pela oligarquia.

O estudo da situação de cada grupo diante da lei e da ordem oligárquicas, forneceria material de grande importância na compreensão da estrutura de poder e do jogo de interesses, existentes no Ceará deste período. Creio que, a partir da observação da situação particular de Theóphilo, no que se refere ao poder oligárquico, alguma luz pode ser lançada sobre esta discussão.

Tanto quanto sua posição estrutural, algumas peculiaridades do desempenho de Theóphilo, contribuíram para a definição particular de sua figura. Sua situação estrutural o assemelhava a muitos outros indivíduos habitantes de Fortaleza no início do século, e que como ele eram profissionais liberais, escritores, jornalistas e opositores ao governo estadual estabelecido. No entanto, enquanto o jornalista Américo Facó é espancado por policiais à

paisana, por fazer críticas ao governo oligárquico, isto para não falar das inúmeras prisões arbitrárias feitas a opositoristas, a perseguição a Theóphilo dava-se unicamente através da imprensa situacionista e, quando de sua demissão da cátedra do Liceu do Ceará, a oligarquia teve a preocupação de forjar um expediente legal para demiti-lo. (16) Esta preocupação é aparentemente injustificável se levarmos em conta, por exemplo, o espancamento e prisão do Capitão da Guarda Nacional e Gerente do Jornal do Ceará, Antonio Clementino, por policiais à paisana, durante o dia.

O fato de Theóphilo jamais ter pleiteado qualquer cargo de mando na política local, poderia tê-lo também definido, para os donos do poder, como uma ameaça menor e desta maneira menos digna das atenções da repressão oligárquica.

Theóphilo nunca almejou ocupar nenhum cargo na política do Estado. Como ele mesmo afirma, ao se referir às perseguições sofridas de parte da oligarquia.

"Pensei que não me filiando à política - gem da terra, vivendo exclusivamente para os meus livros e no meu laboratório farmacêutico, dando uma parcela de meu tempo ao bem público, escapar do garrote do governo e enganei-me." (17)

Isto não significa, no entanto, que Theóphilo tenha se absterido de participar da vida pública local. Enquanto cidadão ele teve grande atuação política, pois mostrou-se sempre comprometido com a problemática social do Ceará, criticando através da imprensa e de seus livros, a administração estadual em vários aspectos.

O traço mais marcante de Theóphilo e constantemente invocado, seja

(16) Lei Estadual nº 748 de julho de 1904.

(17) THEOPHILO, 1905: 55.

por documentos da época ou através do depoimento de pessoas ainda vivas e que chegaram a conhecê-lo, é o de seu papel de benemérito. Este é um dos pontos fundamentais a ser levado em conta na tentativa de esclarecer os mecanismos que resguardavam Theóphilo da violência do governo estadual.

A benemerência de Theóphilo é um aspecto de sua ação que parece dotá-lo de popularidade, por ser um dado socialmente valorizado. Tanto é que o mérito destas práticas não chega em nenhum momento a ser contestado mesmo pelos membros da oligarquia. As ações desinteressadas parecem ser tidas, por todos, como altamente virtuosas. Meton de Alecanr, intendente de higiene no período de 1911, em suas críticas a Theóphilo não tenta em nenhum momento dissuadir ninguém de que os atos de benemerência tenham relevância. Tenta, isto sim, provar a não existência de atos desinteressados na campanha de vacinação levada a cabo por Theóphilo.

Além do mérito da campanha de vacinação implementada por Theóphilo, a própria qualidade da vacina por ele produzida, era alvo constante da crítica do Intendente de Higiene, como também de campanhas promovidas pelos jornais da situação. Estes jornais preveniam a população para que evitasse a vacina de Theóphilo por esta estar contaminada.

A discussão em torno da vacina se apresentava apenas como ponto mais visível de toda uma disputa que envolveria interesses mais amplos. Haja visto o caráter cáustico da obra não-ficcional e histórica de Theóphilo, cheia de críticas severas à administração Acioly, que vão além das questões de ordem sanitária.

A questão da vacina

Como foi mostrado anteriormente, a não existência de canais que expressassem os anseios e viabilizassem a participação política dos setores descontentes com a conjuntura da República Velha, faz com que as insatisfações dos grupos e indivíduos de oposição muitas vezes tenha se manifestado por meios não explicitamente políticos. Este é pelo menos o caso da questão da vacina que

tanto no Ceará quanto no Rio de Janeiro foi manipulada como forma de combate aos governos estadual e federal respectivamente. No Ceará, a vacina mesmo não sendo um recurso premeditadamente escolhido por Theóphilo para combater a oligarquia, assume dimensões políticas inevitáveis por interferir em área de competência do Governo do Estado. A íntima relação entre saúde pública e política era então fato inegável. Já em fins do século passado a medicina vinha reivindicando e ganhando o seu espaço de atuação e controle na vida do cidadão, colocando-se lado a lado com a ciência jurídica na normatização da ação coletiva e interferindo aí sempre que julgado necessário. (18)

A indisposição dos médicos Dr. Pedro Borges, presidente do Ceará de 1901 a 1904 (e preposto da oligarquia Acioly) e Dr. Meton de Alencar, intendente de higiene de 1904 a 1908, com relação à campanha de vacinação, pode ser interpretada como uma reação à intromissão de um farmacêutico em sua área de atuação. No entanto, o significado político que passa a ter a campanha de Theóphilo, parece impedir a formação de uma defesa em bloco por parte dos médicos de Fortaleza da vacinação como exclusividade da medicina. Os descontentamentos mais gerais e a dimensão política assumida pela campanha de Rodolpho Theóphilo torna a luta pela vacinação uma das bandeiras das oposições, sendo apoiada por grande número de médicos de Fortaleza.

A idéia de que a vacinação no Ceará do início do século constituiu-se em objeto de manipulação ideológica e que a disputa em torno de sua implementação representou interesses políticos mais amplos, ficou clara para mim quando procurei comparar a situação do Distrito Federal com a deste Estado, durante a campanha de Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro. Um primeiro ponto observado, ao traçar este paralelo, foi o das especificidades apresentadas no que se refere a iniciativa tomada em relação à vacinação em cada uma destas

(18) MACHADO, 1978: 247, e ainda CAMPOS, 1980 e SANTOS 1980.

unidades da federação. (19) Enquanto no Rio de Janeiro ela resulta da ação governamental, no Ceará ela é patrocinada por particulares. Tanto na Capital da República, como no Ceará, a vacina é usada como arma política ora pela situação, ora pela oposição, assumindo no entanto caráter distinto em cada um destes dois pontos do país.

No Rio, as medidas autoritárias adotadas por Rodrigues Alves, no que se refere à vacinação, são utilizadas contra seu governo pelas oposições descontentes com a política econômica desfavorável tanto para as classes populares quanto para os industriais. Um grupo de militares positivistas comandados por Teixeira Mendes e pelo Senador Lauro Sodré, insufla os ânimos populares pregando a resistência à vacinação, tentando com isto desestabilizar o Governo de Rodrigues Alves, e ascender ao poder através de um golpe de Estado. (19a.)

No Ceará, o problema da vacinação também ganha dimensão política, assumindo no entanto características diversas das que se verificam no Rio de Janeiro. Aí a crítica se faz à displicência do governo oligárquico, em implementar uma campanha de vacinação rigorosa que impeça a propagação da varíola no território do Estado. Diante da passividade do governo em iniciar a vacinação da população, o farmacêutico Rodolpho Theóphilo adquire a aparelhagem e os conhecimentos necessários na Bahia e passa a fabricar por sua própria conta a vacina, começando logo em seguida, com o apoio de alguns médicos da cidade, a vacinação da população. (20)

Ainda no segundo mês do início de sua campanha de vacinação no dia 16/02/1900, Theóphilo recebeu em sua casa para serem vacinados o Governador Pedro Borges (21), preposto da oligarquia Acioly no poder e amigo íntimo do

(19) A campanha de Oswaldo Cruz tem início no Rio de Janeiro com a lei de 31 de outubro de 1904 que impôs a vacinação para todo o território nacional.

(19a.) SEVCENKO, 1984:3.

(20) SOARES, 1912: 41 e PESSOA, 1910: 190.

(21) PESSOA, 1910: 190-192.

farmacêutico (22), além do Deputado Federal (e filho de Nogueira Acioly) Dr. Thomas Pompeu Pinto Acioly e sua esposa. Os insistentes pedidos feitos então por Theóphilo para que o governador tornasse obrigatória a vacina no Ceará, através de notas e posteriormente de críticas publicadas nos jornais de oposição e a recusa do governo em implementar tal medida, foram, segundo ele, o ponto inicial de toda a disputa que irá se desenrolar anos a fio até a queda da oligarquia em 1912. Esta atitude faz voltar contra ele a ira do governo oligárquico que passa a persegui-lo, chegando inclusive a patrocinar uma campanha de difamação da qualidade da vacina por ele produzida, através dos jornais situacionistas.

No entanto, o estopim de todo o confronto com os donos do poder foi a publicação, em 1901, do livro Secas do Ceará — Segunda Metade do Séc. XIX, que traça um histórico crítico especialmente das últimas secas de 1888, 1889 e 1900. A seca de 1900 havia trazido em seu bojo, como de praxe, a varíola, que, a partir de agosto, começa a atacar os milhares de retirantes vindos do interior do Estado e que, por não terem conseguido embarcar para a região amazônica, arranchavam-se à sombra das árvores dos subúrbios e das praças públicas de Fortaleza. Para se ter uma idéia das dimensões assumidas pela varíola nestes momentos de crise e desnutrição, dos 120.000 mortos vitimados pela seca de 1877, dois terços pereceram de varíola. Já na seca de 1878 foram enterrados em um só dia no cemitério da Lagoa Funda, subúrbio de Fortaleza, mil e quatrocentos cadáveres.

No ano de 1900 Theóphilo parte para a Bahia com o objetivo de adquirir técnicas e aparelhagem a fim de dar início à sua campanha de vacinação.

(22) Segundo depoimento de seu neto Dr. Fernando Theóphilo, Pedro Borges teria sido noivo da irmã mais velha de Theóphilo, costumando visitar a família do farmacêutico quando de suas temporadas no sítio "Alto da Bonança" para onde chegou a levar por algumas vezes um piano para animar o ambiente. Além disso o irmão de Pedro Borges, Heitor Borges, foi sócio com Theóphilo em sua primeira farmácia aberta em Fortaleza em 1878.

Após montar um laboratório de produção de vacina em 1901, Rodolpho Theóphilo começa a empregá-la, percorrendo todas as manhãs os subúrbios, vacinando de casebre em casebre, chegando mesmo a pagar pessoas para se deixarem vacinar. Durante o período da tarde, de uma às três horas, atendia aos que acorriam a sua casa, muitas vezes com a colaboração de médicos amigos seus. Além disto muitos médicos da cidade praticavam a vacinação em seus consultórios, utilizando a linfa fornecida gratuitamente por ele. Um grupo de quarenta comissários é por ele indicado para receber e propagar a vacinação por outras localidades do interior. Este trabalho teve como resultado a extinção da varíola do território do Estado pelo período de sete anos. (23)

Com a publicação de seu livro Varíola e Vacinação no Ceará em 1905, ano em que volta a governar Nogueira Acioly, as relações entre Theóphilo e o governo estadual já de muito estremecidas, se radicalizam. "A folha oficial publicava diariamente avisos ao povo prevenindo-o contra a vacina de Rodolpho Theóphilo" (24) É importante observar que no ano anterior foi sancionada na capital da República, a lei federal que tornava a vacinação obrigatória em todo o território do país. Esta lei não repercutiu no Ceará com o mesmo estardalhaço com que foi recebida no Distrito Federal, uma vez que o governo estadual não tomou nenhuma medida no sentido de impor a vacinação, sendo, ao contrário, o mais combativo setor de oposição à vacina que era feita por iniciativa particular. Tudo isto vem confirmar uma vez mais a descentralização administrativa durante a República Velha e o constante não cumprimento de leis federais ao nível dos Estados. Prevalencia muitas vezes uma atitude mais retórica do que prática das autoridades estaduais, além disto o que parecia estar em jogo, neste caso, era, muito mais do que a questão da vacina, as desavenças existentes entre quem promovia a vacinação e os interesses políticos da oligarquia. Neste contexto, vale afirmar que Rodolpho Theóphilo, era

(23) SOARES, 1912: 38.

(24) PESSOA, 1910: 190.

crítico mordaz da "política corrupta", levada a cabo pela oligarquia já desde os tempos da "Padaria Espiritual". (25)

Um caso que teve grande repercussão foi o publicado pela folha oficial "A República", sobre a morte de uma menina em consequência de meningite, que o jornal atribuiu à vacina. Entre outros, o Dr. Meton de Alencar, Inspetor de Higiene do Estado, no período de 1904 a 1908, também, ocupou-se do caso da menina, não se arriscando no entanto a afirmar com certeza ter sido a vacina a causa da meningite. Em trecho de seu relatório ao Governador do Estado de julho de 1906, observa: "Não queremos nem podemos, por falta de assistência no caso, dizer que fôra a vacinação a causa determinante da meningite, mas afirmamos sem hesitar que um tal fato poderia se dar sem alterar a ordem natural dos fenômenos patológicos. Era possível que a linfa, não manipulada sob os moldes traçados pela higiene moderna, contivesse os streptococcus graves, encontrados facilmente disseminados no ar, na água, no solo e sobre a pele, e, se assim é, fora de dúvida está que a propagação da infecção às meninges produziu a meningite que tanto intrigou ao Sr. Rodolpho Theóphilo por não compreender o mecanismo pelo qual a vacinação podia ser causa determinante da meningite.

Diante de todas estas críticas, Theóphilo remeteu um lote de sua vacina para que fosse examinada pela diretoria de Higiene no Rio de Janeiro. O parecer dado pelo Dr. Figueiredo Vasconcelos é favorável à Theóphilo, tendo o laudo assim concluído: "Verificada a inocuidade da vacina, várias crianças foram com ela vacinadas, e o resultado foi o melhor possível: nos pontos da inoculação desenvolveram-se pústulas características não havendo sinal de infec-

(25) A Padaria Espiritual tinha como um de seus principais lemas "a guerra aos alfaiates e à polícia". "É evidente que a palavra 'alfaiate' aí está em sentido simbólico, como exemplo de extorção, do lucro, da exploração que é preciso combater". (NAVA, 1974: 92)

ção estranha" (26)

Isto no entanto não serviu como argumento para o jornal porta-voz oficial do Governo, que continuou publicando notas e artigos condenando a vacina por ele produzida. Entre outras medidas de que se utilizou o governo oligárquico para punir a irreverência do farmacêutico, está a promulgação por Nogueira Acioly da lei nº 748 de 26 de julho de 1904, que lhe permitia demitir Rodolpho Theóphilo do Liceu do Ceará, onde era professor em disponibilidade. Este recorreu ao Supremo Tribunal, conseguindo ser readmitido alguns meses depois.

Parecia haver uma divergência de opinião entre os médicos da cidade, uma vez que muitos se utilizavam da vacina de Rodolpho Theóphilo para imunizar seus clientes e inclusive seus familiares, ao mesmo tempo em que o Dr. Meton de Alencar criticava em seus relatórios anuais ao Governo do Estado as condições precárias com que era fabricada a vacina. A briga parece aí assumir conotação bem mais política e mesmo pessoal do que de ordem técnica. Ao observarmos a coletânea de textos escritos em diversas datas por Meton de Alencar e publicada em 1923 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará sob o título "O Sr. Rodolpho Theóphilo e sua Obra — Estudo Crítico", Meton de Alencar não se limita a analisar o trabalho de Theóphilo no que se refere às divergências técnicas no campo médico, mas estende sua crítica também à produção literária dele.

As implicações políticas da atuação de Theóphilo na questão da vacina são claras. Se compararmos os relatórios administrativos durante o governo Acioly com os de Franco Rabello, eleito e empossado após a derrubada da oligarquia, será evidente a mudança de postura em relação à campanha do farmacêutico. A vacina de Theóphilo é duramente combatida, no governo Acioly e muito elogiada por Franco Rabello. A preocupação de Franco Rabello em dedicar página e meia de seu primeiro relatório como presidente do Ceará a elogios à figura de Rodolpho Theóphilo, vem demonstrar o peso assumido por ele

como um símbolo da luta anti-oligarquia.

O Pensamento de Rodolpho Theóphilo

A grande receptividade de que gozava Theóphilo junto à população de Fortaleza, em especial entre os setores de oposição à oligarquia, bem como as inúmeras coincidências verificadas entre suas opiniões e a de grupos envolvidos no combate ao governo de Nogueira Acioly, como eram os casos da Fenix Caixeiral e da Associação Comercial do Ceará — e até certo ponto da dissidência oligárquica — fazem dele um excelente exemplo do ideário de então. Além disto, ao verificarmos a prática política das oposições à oligarquia e de setores mais intelectualizados do movimento, no que se refere em especial as camadas populares, a coincidência de pontos de vista entre estes e a concepção do Theóphilo se evidencia.

A análise do pensamento de Rodolpho Theóphilo, através de sua obra, é bastante elucidativa no que se refere à postura dos setores intelectualizados descontentes com a ordem oligárquica, bem como em relação às concepções destes setores a respeito da realidade nacional e principalmente da luta pela derrubada do governo Acioly no Ceará. Foi ele o intelectual com uma produção mais sistemática sobre o período aqui abordado, tendo sido muito respeitado pelos grupos de oposição ao governo. (27) Além disto sua condição de ex caixeiro, pequeno industrial e comerciante, tornava-o afinado aos interesses destas categorias, as mais importantes no movimento de deposição da oligarquia. Tudo isto o coloca como exemplo bastante representativo da ideologia partilhada por alguns grupos de oposição com peso político em Fortaleza durante as duas primeiras décadas deste século.

Theóphilo acreditava na ciência como única forma de explicação para os fenômenos naturais e humanos. Era ateu e adepto de Nina Rodrigues de quem era amigo pessoal. O pensamento científico da época pregava a superioridade

(27) PIMENTA, 1949: 91.

da raça branca em relação às demais. As idéias racistas de Lombroso, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, entre outros, muito influenciaram os homens letrados do início do século.

Em seu romance Os Brilhantes, a relação direta que Theóphilo estabelece entre o homicida e as tendências geneticamente herdadas, é uma marca presente ao longo da obra.

"Os cabras são o produto do cruzamento do índio e do africano, e inferior aos elementos de que é formado. O cabra é pior do que o caboclo e do que o negro. É geralmente um indivíduo forte, de maus instintos, petulante, sanguinário, muito diferente do mulato por lhe faltarem as maneiras e a inteligência deste." (28)

Seu pensamento representa a concepção de sociedade brasileira, como apreendida por alguns dos principais pensadores das principais décadas da república.(29) O núcleo de produção e reflexão sobre a realidade nacional, surgido na Faculdade de Medicina da Bahia e liderado por Nina Rodrigues, teve grande influência na visão de mundo de Rodolpho Theóphilo.(30) Este grupo de grande repercussão dentro da intelectualidade brasileira, foi um dos principais responsáveis e intermediadores na atualização dos mecanismos de legitimação da ordem estabelecida, através da formulação de leis científicas que davam respaldo à tradição e de certa forma resolviam a incômoda contradição existente

(28) Citado por Martins, 1978:493. Não consegui localizar nenhum exemplar deste livro nas bibliotecas Públicas de São Paulo, Rio de Janeiro ou Fortaleza, nem na Biblioteca do Senado Federal.

(29) Ver Euclides da Cunha 1967, Oliveira Vianna 19 , e Nina Rodrigues 1984.

(30) Theóphilo era amigo de Nina Rodrigues partilhando de suas idéias. A ele dedicou seu livro "Variola e Vacinação no Ceará com os seguintes dizeres: Ao dedicado e sincero amigo Dr. Nina Rodrigues testemunho de minha admiração ao seu belo talento e ao seu grande cultivo intelectual. O autor (Theóphilo: 1904).

entre o liberalismo europeu aqui transplantado e a realidade nacional extremamente elitista e excludentes.(31) Os ideais de igualdade de direitos e de oportunidade, participação ampla nas decisões políticas da nação e liberdade de expressão, tão apregoados pelo ideário liberal e de muito bom tom entre as classes letradas, tornavam-se anacrônicos quando postos frente a frente com práticas dos grupos no poder.(32)

A visão biológica da sociedade, revelada nas análises dos autores citados, viabilizava a nível ideológico a divisão, feita pelas elites, dos brasileiros em duas categorias, "gente de bem" e "desclassificados", "classes culta" e "massa ignara", "ralé", "canalha", "cabroeiro" etc., através de um mecanismo explicativo cientificamente fundamentado. Desta forma a incômoda e contraditória convivência entre liberalismo e sociedade estamental é diluída, ao definir-se neste modelo, quais os sujeitos ou cidadãos e quais os objetos da história nacional. Nesta perspectiva, norteadá pelo pensamento médico-jurídico, os negros, índios e mestiços e, conseqüentemente, a grande massa popular, eram definidos como as raças mais propensas ao crime e aos vícios de toda ordem, sendo estas tendências veladas já pelos traços raciais mais marcantes, geralmente associados nesta classificação às tendências criminosas. Vale ressaltar que no Ceará do período raça e classe eram dois conceitos que se confundiam, haja visto os termos cabroeiro e esbochau ou cacicau, — amplamente empregados pela população urbana de então, — usados como designativos de classes populares e sendo ao mesmo tempo substantivos coletivos de cabras e caboclos.

Os negros, cabras e caboclos seriam nesta perspectiva, irremediavelmente inaptos para o convívio com a civilização e com o progresso, devendo ser

(31) CORREA, 1982.

(32) O liberalismo está intimamente relacionado ao desenvolvimento do capitalismo no ocidente, sendo o sustentáculo filosófico que explicaria e daria sentido à nova ordem surgida com o fim do feudalismo. Este ideário tinha como pontos básicos de apoio a ciência, o progresso, o sufrágio universal e os contratos entre os indivíduos e entre os grupos sociais calcado por alicerces jurídicos. Na Europa, e nos Estados Unidos, o desenvolvimento das riquezas e a ameaça revolucionária das massas, leva os produtores do pensamento liberal a defensores da ordem capitalista a pregarem a concessão de mais direitos e assistência as massas, o que de alguma forma amplia o campo de direito do cidadão comum, que é cada vez mais levado em conta pelas legislações dos Estados. (LANKI, 1973:19-173-174) As elites das ex-colônias europeias, que por tradição tentavam reproduzir o modo de vida e de pensar do Velho Mundo, incorporam de imediato esta nova forma de pensar apesar das especificidades das realidades locais. (SCHWARZ, 1977:14-18).

observados e vigiados com toda a atenção, pelos guardiões das instituições civilizadas. A estes não restaria outra saída que a obediência, disciplina e tutela dos "homens cultos" no convívio social.

Ao observarmos o trabalho e a ação de Theóphilo, verificamos, à primeira vista, sua grande identificação com ideais liberais e atitudes humanitárias. Theóphilo, em vários momentos mostra as democracias liberais européias como modelos ideais a serem seguidos pelo Brasil, principalmente quando é ele a vítima do arbítrio da oligarquia. Ele mesmo afirma, ao ser exonerado de sua cátedra vitalícia do Liceu do Ceará, que:

"Nas terras adiantadas, livres, na Inglaterra, por exemplo, o cidadão tem por si a lei, e o chefe do poder executivo na distribuição da justiça não tem amigos e nem inimigos."(33)

A defesa das instituições democráticas, registradas pela constituição republicana e não cumpridas na prática é sua grande preocupação. É difícil, no entanto, definir o grau de abrangência da democracia por ele defendida, uma vez que sua concepção sobre a sociedade brasileira e sua composição é bastante contraditória. Neste sentido, deve-se salientar que a grande massa mestiça e analfabeta é muitas vezes definida por ele como inapta para exercer a cidadania. Estas posições liberais parecem pois entrar em choque com algumas de suas explicações sobre as causas do desgoverno do Brasil durante a República Velha. Para Theóphilo, a miscigenação seria uma das principais causas dos problemas sócio-políticos enfrentados então.

"Os nossos males não terão fim tão cedo. A sua origem é a mestiçagem com todos os vícios e defeitos das raças inferiores."(34)

(33) THEOPHILO, 1905: 44-45.

(34) THEOPHILO, 1922: 274

Este tipo de ideologia levava à grandes dilemas intelectuais e contradições. Por um lado, a ciência médica mostrava como inviável qualquer projeto de se construir no Brasil uma sociedade moderna e civilizada, dada a composição mestiça de sua população. Por outro, os ideais liberais e os modelos políticos europeus e norte americano aqui difundidos, levavam nossos pensadores a almejam uma forma de sociedade com relativa participação popular nas decisões do Estado.

Nesta luta por maior participação, o que estava em jogo antes de tudo, eram os interesses destes grupos excluídos, sendo as camadas populares por eles utilizadas apenas como massa de manobra, pois eram vistas por estes setores intelectuais e econômicos emergentes, como ignorantes e incapazes de agir socialmente, a não ser de forma tutelada. A solução para este impasse parece ser resolvida por Theóphilo através de um projeto de educação que tinha uma conotação disciplinadora, ou seja, de aprendizado da obediência às regras sociais por ele defendidas.

A questão da educação como elemento de viabilização da ordem e do respeito às instituições é, pois, ponto marcante no pensamento de Theóphilo. Este remete, inúmeras vezes, as crises e problemas nacionais à falta de educação cívica da população.

É sempre o analfabetismo e a falta de consciência cívica, além do problema da mestiçagem, que dificultam a vacinação e as lutas pelo respeito e cumprimento da constituição, e o combate à corrupção. A educação é por ele colocada lado a lado com uma proposta moralizante não só das instituições, mas principalmente dos indivíduos envolvidos na administração pública. Segundo sua visão, a explicação dos males do Brasil devia-se antes de tudo a uma questão de falta de princípios morais e de civismo de seus administradores. Estas falhas eram por sua vez, devidas a uma educação deficiente. Tal linha de raciocínio, partilhada por muitos outros analistas do período e expressas em vá -

rios momentos pelos jornais de oposição cearenses, (35) é uma marca da bibliografia de Theóphilo, tanto na ficção, quanto nas crônicas, e o momento onde esta preocupação mais se explicita é em seu romance-utopia O Reino de Kiato : no país da verdade. Neste livro, ele descreve uma sociedade perfeita de um país imaginário. Ao resolver na ficção os problemas vividos pela sociedade nacional, Theóphilo deixa bastante clara sua forma de pensar e principalmente seu projeto de reformas sociais e econômicas. O ponto central deste projeto seria, além da reforma agrária, a educação e moralização da vida social, promovidas por medidas autoritárias e por um poder centralizado. As artes teriam finalidade educativa sendo o cinema e a literatura incumbidos do "aperfeiçoamento da mentalidade humana, procurando apresentar temas positivos, elevando a moral e estimulando a prática do bem." (36) Este tipo de preocupação também é percebido em seu livro de crônicas autobiográficas, Cenas e Tipos, onde discute os aspectos nocivos que pode assumir uma obra literária de conteúdo pessimista.

"Aos 14 anos lia Casemiro de Abreu. As jereemiadas do cantor das "primaveras" me enchiam a alma de muita piedade e do desejo de me acabar tuberculoso como o poeta.(...) Como pernicioso é o contágio dos atos maus! A sugestão pela leitura nos espíritos fracos e levianos é uma coisa fatal. (...) A Noite na Taberna, de Álvares de Azevedo, fez grande número de estroinas e bebados." (37)

No modelo sócio-político apresentado em O Reino de Kiato, a interferência do Estado nas artes e na vida dos indivíduos seria total, cabendo a ele a seleção do que seria adequado ou não para a leitura e lazer do cidadão. O aprimoramento moral carecia de um controle centralizado, constituindo-se em

(35) Jornal do Ceará, 14 de abril de 1904, pp.2. QUINDERÉ, 1979:93 e ainda João Brígido em vários momentos no Unitário.

(36) THEÓPHILO, 1922, pp. 78-80 e 43-45.

(37) THEÓPHILO, 1919: 69.

um dos meios não só de sanar o corpo social de seus males, mas também de manter a saúde dos indivíduos, sendo a punição para os fumantes, a deportação e, para os fabricantes de bebidas alcoólicas, a pena capital. A íntima relação aí verificada entre medicina e legislação civil, vem demonstrar mais uma vez, a harmonia de idéias existente entre Rodolpho Theóphilo, as idéias de seu tempo e os modelos políticos da América Latina.

"As leis existentes foram derogadas. Panteão não era rei absoluto, era ditador, que não hesitava em praticar a maior violência, contanto que tivesse convencido de que era para a salvação pública. De tão exasperado despotismo nasceria a liberdade, a fraternidade dos homens." (38)

Um ponto que deve ser ressaltado refere-se ao fato de o regime implantado neste país utópico por ele idealizado ser a monarquia, o que demonstra o caráter elitista de seu pensamento e vem a confirmar o seu descrédito por qualquer participação mais ampla da população no governo da nação. Em um regime monárquico absolutista, o monopólio do poder por uma elite "esclarecida" estaria totalmente assegurado, cabendo ao povo a obediência e a ordem, e ao monarca, com sua elevada sabedoria e senso de justiça, a promoção do bem-estar e da tranquilidade do cidadão. Neste sentido a ênfase por ele dada neste romance a uma educação disciplinadora, junto com um governo monopolizado por um pequeno grupo de pessoas esclarecidas, deixa evidente o lugar reservado aos setores populares em seu projeto utópico e conseqüentemente em sua concepção da forma ideal de ordem social. Estas idéias que aparentemente contradizem o posicionamento de Theóphilo frente às arbitrariedades e ausência de participação no governo Acioly, podem, no entanto, ser explicadas pela seletividade que parecia ter este seu projeto democratizante. Esta forma de auto

(38) THEOPHILO, 1922: 77.

ritarismo do governo oligárquico, onde os indivíduos "aptos a promover o progresso social" eram excluídos de participação, não interessava, pois o fundamental em seu modelo eram a correção, o progresso econômico e principalmente a objetividade científica, como norteadora de uma ordem social justa, elementos dos quais, segundo ele, carecia o governo cearense. Esta preocupação, Theóphilo deixa transparecer em seu livro Cenas e Tipos, ao criticar a situação subalterna do comércio dentro da ordem política de então e a exorbitância dos impostos cobrados pelo governo.

"O comércio, que em outras terras, é um baluarte, uma força real, é aqui, com honrosas exceções, um servil, um humilhado, assombrado com o imposto, que o asfixiará de uma vez, se protestar contra os desmandos do governo."(39)

O caráter personalista das reformas ocorridas no reino de Kiato e que viabilizaram o surgimento aí de uma sociedade perfeita, se dão por uma simples decisão de um homem sábio, íntegro e bem intencionado, o Rei Pantaleão I, a frente de um exército leal, sem a menor interferência ou reação das forças sociais aí existentes. É assim que a reforma agrária é implantada e as terras do reino são distribuídas de acordo com as necessidades de cada família.

Theóphilo acreditava e defendia certas reformas sociais, mas não via outra forma de concretizá-las e de nelas incluir as classes populares, a não ser através de um paternalismo autoritário.(40) No entanto, ele não parecia ser um ingênuo que ignorasse o papel dos grupos de poder de uma sociedade em sua transformação, e é o que demonstra ao criticar a inabilidade da oligarquia Acioly, ao não levar em conta a força política da "classe dos comercian-

(39) THEOPHILO, 1905: 53.

(40) THEOPHILO, 1922: 77-80.

tes". Seu interesse enquanto pequeno industrial (fabricava cajúna e alguns xeropes medicinais), muito prejudicado pela administração estadual, o levava a ver a importância que deveriam ter os setores industriais e comerciais na determinação da justiça da política econômica de um governo e a defender uma maior participação destes segmentos nas resoluções do Estado.(41)

As reivindicações de Theóphilo pareciam restritas aos interesses do setor social do qual fazia parte, (pequenos e médios comerciantes e industriais e profissionais liberais), que uma vez com acesso ao poder, se encarregaria de promover as reformas por eles vistas como necessárias para o resto da população.

A massa popular sempre se apresenta para Theóphilo como elemento incômodo e difícil de lidar sendo, por sua natureza e ignorância, um entrave à prosperidade nacional. Em seu primeiro contato com as populações das "areias" (termo utilizado para designar os arruamentos sem calçamento onde moravam os mais pobres de Fortaleza), isto se evidencia, como também a relação por ele estabelecida entre mestiços e classes populares:

"Uma mulher, cabra mal encarada e de ruins maneiras recebeu-me dizendo logo que 'a melhor vacina era a de Deus e que não queria meter a peste no corpo dos filhos' (...) ao lado dela cinco crianças, de oito anos abaixo, todas nuas e encardidas de sujo. Pelas pequenas redes amarradas umas quase sobre as outras, podia se avaliar a porcaria do casebre. (...) Aquele cenário e aquela discussão me fizeram lembrar, não sei porque, o longo período de estacionamento que atravessaria o Brasil devido a sua grande população mestiça. Lembrava-me com funda tristeza, que a origem de oito décimos da população deste grande e opulento país fôra a mesma daqueles cinco meninos nus e piolhentos, educados por uma mãe analfabeta e viciosa." (42)

A esperança para a "remissão" desta população a partir da educação

(41) THEOPHILO, 1919: 131.

(42) THEOPHILO: 1904: 109

não a livra, no entanto, do estigma da mestiçagem. Se o aprendizado e a partilha dos códigos sociais das elites a aproxima das "pessoas de bem", não a iguala no entanto a estas. As duas afirmações feitas por Theóphilo, num mesmo capítulo de seu livro A Seca de 1915, deixa claro sua forma de conceber a diversidade da população nacional.

"O que falta em nosso mestiço é cultura. Ele é apto para as mais delicadas funções da atividade humana.

A prova está no papel saliente que muitos têm representado nas artes, na ciência, nas letras, no comércio. Hajam vista os vultos de Cotegipe, José do Patrocínio, Farias Brito, André Rebouças, Tobias Barreto e muitos outros mestiços."

"É um erro supor que o nosso mestiço é um espírito inferior. Até o cabra, produto do africano com o nosso indígena, o mais inferior dos produtos, pode cativar o espírito".

(43)

Mesmo quando tenta enaltecer a aptidão intelectual de nosso mestiço as afirmações de Theóphilo estão impregnadas de termos pejorativos e depreciativos em relação à população brasileira, que é por ele dividida em categorias raciais qualitativamente diferenciadas, tendo como seu ponto de maior deterioração o cabra.

O pensamento da época em relação ao problema da miscigenação era bastante complexo e cheio de contradições, particularmente em relação ao cabra, palavra da qual origina-se o termo cabroeiro, como designativo de massa popular ou desclassificados sociais.

É a partir deste tipo de concepção racial que são construídas grande parte das explicações para a realidade sócio-política do Brasil durante a Primeira República. Os projetos de modernização da sociedade brasileira, defendi

(43) THEOPHILO, 1980: 76-78.

dos pelos intelectuais de então, sempre focados no pensamento europeu, acabavam por ser apanhados na armadilha etnocêntrica e colonialista, que era a forma de se conceber o mundo adotada na Europa e aqui partilhada por nossas elites. Todo o subdesenvolvimento das ex-colônias européias se resumia, pois, à "má qualidade" de sua população, o que ajudava a mascarar uma série de problemas de ordem histórica e estrutural característicos da formação da sociedade brasileira.

O pensamento de então, e Theóphilo — assim como Nina Rodrigues — é um exemplo bastante representativo disto. Era marcado pelo constante dilema criado pela incompatibilidade entre a visão de mundo da população culta, por eles adquirida com o estudo, e a realidade nacional com suas especificidades, que eles apreendiam em sua convivência cotidiana com ela.

A obra de Rudolpho Theóphilo, e em especial seu romance utopia — como modelo de sociedade centralizado e autoritário e ênfase na educação e disciplina —, é uma mostra nítida do lugar reservado ao povo nos projetos sócio-políticos destes intelectuais.

O espaço de atuação e participação para esta população mestiça e "indolente" nos projetos de modernização da sociedade brasileira criados por esta elite intelectual de oposição, era restrito. Para eles, a única forma viável de incorporação deste segmento, era através de um programa de educação sistemático destes indivíduos, que lhes incutisse a disciplina, a ordem e o respeito às instituições criadas e defendidas por uma "casta" pensante. Este posicionamento se confirma a partir da ação dos setores de oposição de elite e de camadas médias, envolvidos na deposição de Nogueira Acioly. Os segmentos populares são vistos neste momento, por estes setores, muito mais como "massa de mão-brá" incapaz de atuação independente e sem nenhum espaço próprio de reivindicação a não ser a tutela dos líderes dos estratos superiores.

No que diz respeito à política institucional da República Velha, Theó

philo mostra-se totalmente cético em relação ao funcionamento da máquina eleitoral. A total dependência da vida cearense em relação às alianças e "conchas" estabelecidas entre o Catete e a Oligarquia estadual faz com que este farmacêutico se abstenha de votar nas eleições de 1912 por desacreditar na justiça do processo.

"Estive como espectador (na eleição de 11/04/1912) assistindo ao pleito. Como espectador porque os meus direitos políticos renunciei desde o dia em que me convenci de que no Brasil a eleição é uma farsa. Ir a urnas para que? Por ventura tomam assento como representantes da Nação, os eleitos do povo? As eleições para deputados e senadores são feitas no Rio pelo sindicato que dirige a política nacional." (44)

Deve-se aqui ressaltar que ao falar em povo, voto e vontade popular Theóphilo está se referindo apenas à parte masculina alfabetizada da população, que em Fortaleza constituía-se em minoria, especialmente nos bairros populares. Em nenhuma passagem de suas críticas às contradições do Regime Republicano, presente em sua vasta obra, Theóphilo chega a questionar a inexistência do direito de voto da mulher ou dos analfabetos que no Brasil de então representava a quase que totalidade da população. Isto parece reforçar o caráter da democracia e o tipo de participação por ele defendida, que se mostrava restritiva.

A impossibilidade de mudança na política estadual, através do sufrágio leva-o a pregar a abstenção ao voto ou a revolução como únicas formas de se alterar de fato o quadro político de então. A desesperança das oposições em qualquer mudança na conjuntura estadual e nacional pelas vias institucionais explicaria esta opção extrema na luta contra a oligarquia.

O pensamento e as opiniões de Rodolpho Theóphilo demonstram duas coisas. Em primeiro lugar, o caráter excludente de seu projeto de reformas — o

(44) THEOPHILO, 1914: 191.

que parecia ser mais a regra do que a exceção entre os intelectuais do período. E, em segundo, o aspecto circunstancial das preferências dos setores médios, quanto a sua forma de ação política. As camadas médias não teriam, como tentam mostrar alguns teóricos, propensões intrínsecas para a moderação e o comedimento político. Para a compreensão da prática política de qualquer segmento social ou classe, é fundamental que se leve em conta o contexto econômico-político no qual a mesma se insere e em dado momento histórico. Esta questão será aprofundada e melhor ilustrada no capítulo que se segue e que trata do desempenho dos setores médios na luta que culminou na deposição da oligarquia Acioly.

III C A P Í T U L O

A OLIGARQUIA EM LUTA COM AS CAMADAS MÉDIAS URBANAS:

COMERCIANTES, CAXEIROS E A QUEDA DA OLIGARQUIA ACIOLY

As teorias construídas sobre a participação política das camadas médias na primeira República, apresentam o comportamento destes setores como sendo de extrema passividade e acomodação aos interesses oligárquicos e, quando quebram este ciclo, como "massa de manobra" das dissidências oligárquicas. Estes segmentos não teriam em nenhum momento construído um programa político próprio, estando sua atuação sempre atrelada aos interesses das várias facções oligarquicas que disputavam o domínio da máquina de Estado. (1)

O pensamento de Décio Saes, por ser o mais elaborado e detalhado, dentre os existentes na literatura brasileira sobre o assunto, ilustra com bastante precisão esta unanimidade teórica. Saes defende, como já foi referido anteriormente, que a única forma de os setores médios se mobilizarem enquanto classe seria através da existência de um projeto político comum.(2) Neste sentido seu raciocínio coincide com a visão de Thompson sobre classe social por ver este conceito não como produto apenas do agrupamento de indivíduos a partir de suas posições dentro das relações de produção, mas como o resultado, a nível da consciência e da prática social, de experiências sócio-econômicas e culturais vividas em dado momento histórico.

Para Saes, o único interesse que perpassaria os vários níveis das camadas médias seria a necessidade que estas camadas da população teriam de manter ou aumentar seus padrões de renda e consumo. Sendo o setor serviços o grande mercado de trabalho para estes segmentos sociais, a dinamização do proces-

(1) Saes (1973), Fausto (1976), Forjaz (1977) e Santa Rosa (1976).

(2) Saes, (1973).

so de industrialização se constituiria num objetivo de interesse geral para as camadas médias urbanas. Utilizando-se deste raciocínio Saes acredita ser a luta pela industrialização o único programa viável e com possibilidade de aglutinar as diferentes tendências deste segmento social durante a Primeira República. Para o autor, nenhum outro programa político teria eficácia prática no suprimento dos anseios destes setores. Desta forma, o fato de não ter surgido durante a República Velha qualquer mobilização de peso dos setores médios em torno de um programa de industrialização, demonstraria que em nenhum instante deste período histórico estes segmentos da sociedade assumiram qualquer tipo de posicionamento que pudesse ser encarado como mobilização de classe. Saes, como se pode ver, associa esse possível projeto aglutinador de interesses, à viabilidade de sua concreção prática. Neste ponto termina a coincidência de abordagens entre ele e Thompson. Para Thompson, ao contrário de Saes, a qualidade do programa não seria fundamental, como indicador da ocorrência ou não de uma mobilização de classe. O que realmente interessaria seria o fato de ter se verificado ou não em dado momento, a articulação de um segmento social enquanto classe, para fazer frente a uma situação conjuntural e aos grupos responsáveis por tal situação. Em outras palavras, o que estaria em jogo neste tipo de abordagem seria, antes da eficácia que um programa coletivo teria na prática, a existência de tal programa como meio aglutinador das diversidades sociais, em torno de um mesmo objetivo econômico-político. É dentro desta linha de raciocínio que pretendo analisar a participação dos setores médios no movimento urbano que depôs a oligarquia Acioly, tentando identificar a existência ou não de um projeto que sintetizasse a multiplicidade de interesses destes setores bem como a natureza de tal projeto.

A convergência dos grupos de oposição e dos setores médios em especial, para o projeto de reformas defendido pela Associação Comercial do Ceará evidencia pontos comuns nas reivindicações dos vários segmentos componen-

tes da oposição do período.

A importância do setor mercantil na vida econômica de Fortaleza do período em estudo é inegável, o que explicaria, em parte, a coincidência de pontos de vista entre comerciantes e outros integrantes dos setores médios de um modo geral. O comércio era então o principal impulsionador do setor serviços, maior responsável pela geração de empregos que absorviam as camadas intermediárias.

Ao contrário do que afirma Saes, existiu, pelo menos no Ceará, um fator de ordem econômica norteador de um projeto de reformas dos setores médios contra a ordem vigente na República Velha. Este projeto no entanto extrapola a fronteira das camadas médias, por ser consequência de crise mais geral que atingia o setor mais dinâmico e estratégico da economia cearense de então, no caso o comércio.

A política econômica de valorização do café, consolidada pelo acordo de Taubaté, vinha se mostrando altamente prejudicial aos interesses do comércio voltado para o mercado interno, por lesar o consumidor de um modo geral. As constantes desvalorizações cambiais, favoráveis aos exportadores de café, encareciam em muito o preço dos artigos industrializados consumidos pelas populações urbanas, na sua maioria importados. Os empréstimos feitos no exterior para cobrir a baixa cotação do mil réis contribuíam no processo de inflação, além de provocar sobrecarga fiscal.⁽³⁾ Esta política apesar de socializar nacionalmente as perdas dos produtores e exportadores de café, tinha como únicas beneficiadas as regiões cafeeiras, para onde os recursos eram drenados. Nestas regiões, e em São Paulo em especial, a crise interna do mercado

(3) CARONE, 1972: 30-47. CUNHA, 1976:61, FURTADO, 1959:139, LOVEL: 1975 e SEVCENKO, 1984 p.42-45

era aliviada pela grande entrada de divisas estrangeiras. Nos demais Estados os efeitos de tal política eram extremamente prejudiciais, pois seus produtos de exportação não eram assistidos por medidas de proteção similares às adotadas para o café, como era o caso por exemplo da dotação de recursos para a formação de estoques especulativos.

Tudo isto gerava grande insatisfação nas populações urbanas, que viam seu poder aquisitivo, e conseqüentemente seu mercado de trabalho, reduzidos pela crise gerada pela política econômica favorável aos interesses paulistas. Desta forma pode-se explicar palavras de ordem pregadas pelas oposições em Fortaleza:

"Pela República e pela pátria sejamos contra a oligarquia paulista; pelo Ceará e pela moralidade sejamos contra a tribo minú (oligarquia Acioly). (Jornal do Ceará, 21/12/1904).

A política econômica do governo Acioly parecia agravar ainda mais a já crítica situação da população urbana e em particular do comércio de Fortaleza (4). A sobretaxação do comércio interno, indústrias e profissões em 1904 e em 1907, provocam grande revolta na população e mobilizam o comércio em campanha contra a oligarquia.

É nos documentos e impressos da Associação Comercial do Ceará, que as reivindicações e insatisfações do setor comercial estão expressas de forma mais ordenada.

A grande coincidência de pontos comuns entre a classe comercial e inúmeros outros grupos, demonstram a existência de uma convergência de interes

(4) SILVA, 1982:136, Jornal do Ceará de 30/03/1904 e de 06/04/1904.

ses que são catalizados pela Associação.

O fato de a autoria deste projeto ser ou não originária no seio das camadas médias não vem ao caso, pois o que realmente está em questão neste momento é se este projeto corresponde ou não aos interesses dos segmentos intermediários da população ou, ao contrário, representa apenas mais uma manobra ideológica das forças oligárquicas em disputa pelo poder.

Levando-se em conta o fato de as reivindicações sociais dos setores médios estarem calcadas basicamente em seu projeto de manutenção ou aumento do padrão de consumo, este projeto ao defender maior dinamização da economia (e participação política nos negócios do Estado), vinha ao encontro dos interesses básicos desta categoria. É clara a participação, neste movimento, de grupos oligárquicos dissidentes, como é o caso dos Paula Pessoa. Este fato porém não significa a imposição total de suas diretrizes ao movimento. O peso político das camadas médias e do setor comercial eram realidades impossíveis de serem ignoradas. Além disto, era em torno do comércio que se dava a mobilização mais organizada dos setores médios, por se encontrar grande parte deste setor com interesses imediatos nesta área da economia. Segundo depoimentos (5) foram os caixeiros (comerciários) e comerciantes elementos decisivos na derrubada da oligarquia.

Neste período da história cearense não se pode estudar camadas médias sem levar em conta o setor comercial, composto em sua maioria por pequenos e médios comerciantes e por grande número de caixeiros. A luta dos setores médios é pois, de certa forma, a luta dos comerciantes. Não estou com isto querendo minimizar as diferenciações de interesses que pudessem existir entre os vários níveis de que se compunha a "classe dos comerciantes". Minha preocupação por

(5) RAIMUNDO GIRÃO, FERNANDO THEOPHILO, LUCI JUSTA, CARMEM BRÍGIDO, CELSO NUNES, RODRIGUES DE ANDRADE, MANCITA ALBANO, todos filhos, netos ou sobrinhos de pessoas com importância na história da época.

enquanto é a de mostrar as coincidências de pontos de vista que parece unir toda esta heterogeneidade em um objetivo comum que é a eliminação das barreiras econômicas e políticas que pareciam frustrar, em maior ou menor grau, os anseios e projetos deste setor.

A falta de coincidência entre os interesses destes grupos econômicos e profissionais e a oligarquia absoluta implantada a partir da Proclamação da República era evidente. A não existência de canais partidários que garantissem uma participação política equivalente ao peso econômico e social assumido por estes novos grupos, criam um impasse que se resolve, ainda que parcial e precariamente, através de novas formas de mobilização política. É assim, por exemplo, que a campanha pela vacinação anti-variólica, promovida por Théophile, deixa de ser uma mera campanha filantrópica e assistencialista, para assumir dimensões políticas.

Como a arena da política institucional da época restringia-se ao grupo oligárquico implantado no poder, os setores oponentes à ordem estabelecida começam a se utilizar de outros espaços para suas manobras políticas. Estes espaços se constituem, além dos jornais de oposição, nas associações de classe e organizações voluntárias. A luta através destas associações se intensifica toda vez que Nogueira Acioly tenta se manter no poder por meio de novo mandato (1904, 1908), tendo seu ponto de maior intensidade na sucessão da presidência estadual do ano de 1911/12, que culmina com a derrubada da oligarquia, via luta armada, em janeiro de 1912. Foram a Associação Comercial do Ceará e a Fenix Caixeiral, os órgãos de classe que tiveram papel mais decisivo neste momento. O interesse destes grupos vinha sendo seriamente afetado pela ordem vigente, o que explicaria em parte a pronta mobilização e o grande empenho com que o setor comercial assumiu esta luta.

A Associação Comercial do Ceará, órgão representativo dos interesses dos comerciantes do Estado, é fundada inicialmente a 13 de abril de 1866, no

auge da expansão do plantio e do comércio de algodão para o exterior, estimulada pela suspensão da produção norte americana, devido a Guerra da Sucessão. Funcionou regularmente até o início da década de setenta, quando entra em fase de estagnação, encerrando suas atividades em 1875. Esta estagnação parece relacionar-se com a normalização da produção algodoeira do sul dos Estados Unidos.(6)

Em 17 de outubro de 1897 um grupo de comerciantes da cidade resolve se reunir e reorganizar a Associação que tem como seu principal estimulador e primeiro presidente Thomás Pompeu de Souza Brasil, proprietário da primeira fábrica de tecidos do Ceará, fundada em 1881. Deste momento em diante, a Associação passa a funcionar com continuidade, exercendo papel cada vez de maior peso na vida política cearense.

O comércio estava alijado das decisões governamentais, apesar de seu grande peso na economia estadual. O fato de a Associação representar os interesses desta classe a transformará no canal legítimo de suas reivindicações, o que inevitavelmente irá acarretar desavenças com o poder estabelecido. Este antagonismo não se dá no entanto de imediato.

O fato de Thomás Pompeu de Souza Brasil, cunhado de Nogueira Acioly e ao mesmo tempo secretário do interior deste governo ocupar a presidência da Associação durante seus primeiros 7 anos, parece ter contribuído para manter as boas relações entre a Associação e o governo do Estado.

O convite feito por Nogueira Acioly para que a diretoria da Associação comparecesse ao palácio para examinar e opinar sobre a proposta orçamentária do exercício de 1899, é bastante ilustrativo desta situação. Na gestão Pompeu a Associação parecia funcionar como simples apêndice da oligarquia.

(6) A inexistência de arquivos da Associação sobre o período, bem como a forma superficial como a mesma era tratada pelos periódicos de então, impossibilitam uma reconstituição da história deste órgão de classe com a necessária riqueza de detalhes.

No entanto as crescentes incompatibilidades de interesses que começam a existir entre a Associação Comercial e a administração estadual acabam por resultar na perda definitiva de Pompeu de seu cargo de presidente da organização. A sobretaxação dos impostos, decretada pelo governo do Estado em 1904 parece ter exercido papel fundamental no resultado das eleições da nova diretoria da Associação neste ano e na derrota de Thomas Pompeu. (7)

Thomas Pompeu é substituído por José Gentil Alves de Carvalho, sócio com José Arthur da Frota na loja de tecidos Frota & Gentil. A partir de então e até 1915, este comerciante (e fundador em 1917 do Banco Frota & Gentil) se alternará com o Barão de Camocim (8) na presidência e vice-presidência da Associação Comercial.

A partir de então a "classe dos comerciantes" passa a representar uma força fora do controle da oligarquia. As eleições para a Junta Comercial do Ceará em 20 de abril de 1907 são um bom exemplo da disputa existente entre o governo do Estado e a Associação Comercial. Para combater a vitória do candidato apoiado pela Associação, o governo Acioly resolve anular estas eleições e baixar decreto à 5 de junho alterando as normas de escolha da presidência da Junta Comercial, que passa a ser de competência exclusiva do Presidente do Estado. Além disto cassa o direito de votar de vinte e cinco comerciantes matri-

(7) Não foi possível averiguar as condições em que se deu a mudança na liderança da Associação Comercial, devido ao fato de a Associação não dispor de nenhuma publicação própria, que só passa a existir a partir de 1909 com a criação da Revista Comercial. Além disto, os jornais de Fortaleza no período não dão muito detalhamento às eleições da Associação.

(8) O Barão de Camocim, Germiniano Maia, nasceu na cidade portuária cearense de Aracati. Em 1864 muda-se para Fortaleza onde se emprega como caixeiro, sendo com o passar do tempo promovido a gerente do estabelecimento. Junta algum dinheiro e funda em 1872 a Loja Louvre, casa de modas que comerciava artigos importados de Paris. Viajou por três vezes ao Velho Mundo. Segundo Souza (1968:65) a mentalidade europeia muito o influenciou. Cultivava o hábito da leitura dos autores clássicos franceses. Em 1879 troca o comércio a varejo pelo de tecidos em grosso sob a razão comercial Maia & Irmão, sendo esta uma das mais importantes casas do gênero em Fortaleza durante o fim do século passado e início deste. Faleceu o Barão em 1916, dois anos após a deposição de Franco Rabello pelos jagunços do Padre Cícero. (SOUZA, 1968:65, 66 e STUDART, 1910: 337, 338).

culados na junta nos seis meses anteriores ao decreto.(9) Esta série de medidas arbitrárias agrava ainda mais a já tensa relação entre comércio e governo estadual.

A perturbação à ordem e aos interesses do comércio cearense, representado pelas disputas políticas entre coronéis do interior, (sob a aquiescência da oligarquia estadual), além do aumento dos impostos, parecem ter contribuído para incompatibilizar o comércio com o governo Acioly. Além disto, o caráter excessivamente fechado e extremamente familiar desta oligarquia, onde um mesmo indivíduo chegava a ocupar até três cargos públicos (10), restringia a composição e representatividade dos interesses locais junto à máquina governamental.

As não raras escaramuças entre coronéis do interior, em disputa política, criavam um clima de grande instabilidade e prejuízo para os negociantes das regiões conflagradas com repercussão no comércio de Fortaleza. Nestas disputas cada coronel contava com seu próprio exército de jagunços e cangaceiros promovendo saques e incêndios a propriedades de seus adversários. A referencia feita por Frota Pessoa a estes episódios dá uma dimensão muito clara das proporções assumidas por este estado de guerra constante.

"Em Auroça deram-se fatos horríveis. Os chefes e cangaceiros de Milagres, Barbalha e Missão Velha reuniram-se para depor as autoridades daquele lugar. O delegado resistiu com um troço de força policial, que Antonio Luiz lhe enviou de Lavras. No combate morreram cerca de 20 homens. O destacamento foi, finalmente, batido e os cangaceiros invadiram a povoação, sob o comando de seis cabecilhas. A população fugiu espavorida. Os bandidos saquearam as casas de comércio abandonadas e a própria igreja; arrombaram as casas particulares, incen-

(9) Revista Comercial, Fortaleza, 15 de agosto de 1912, p. 1, 2 e 3.

(10) JANOTTI, 1981:65.

diaram as plantações, mataram o gado e destruíram as paredes de pequenos açudes particulares." (11) (ênfase adicional)

A posição do governo estadual diante deste acontecimento, bem como de outros de igual natureza, (Crato, 1903, Lavras, 1908, Jardim, 1910), é duramente criticada pela Associação que pede providências que garantam o livre funcionamento das atividades econômicas. Nenhuma medida neste sentido era tomada pelo Governo, uma vez que o oligarca procurava não interferir nestas lutas, esperando apenas o resultado da disputa para dar apoio ao vencedor. A polícia estadual jamais foi enviada para impor ordem em nenhum destes lugares conflagrados do interior (região do Cariri). Estas atitudes do Presidente do Estado colocavam-no em posição oposta a da Associação. Esta sempre reivindicava maior apoio as classes produtoras e em especial pregava a modernização da agricultura, sustentáculo do comércio cearense, através da construção de barragens e da irrigação das terras, como forma de tornar a economia do estado menos vulnerável às secas. É desta forma que a "Revista Comercial" (porta voz da Associação) privilegiava, a publicação de artigos técnicos extraídos de periódicos nacionais ou estrangeiros, orientando o agricultor a respeito de técnicas de plantio e irrigação de inúmeros produtos. Também através deste periódico, muitas críticas são dirigidas à inoperância e ineficácia da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, IFOCS, apêndice da oligarquia cearense, acusada de empreguista e corrupta.

"A Inspeção das Obras Contra as Secas tornou-se desde o seu início uma espécie de sinecura, verdadeiro seio de Abraão, destinado ao filhotismo político que arrasta o país a ruína inevitável. (...) E depois há ainda quem se surpreenda como o Brasil chegou a dever a bagatela de dois milhões, cento e noventa e seis mil e vinte e dois contos que a tanto sobem seus compromissos atuais. (12).

(11) PESSOA, 1910: 207-209.

(12) Revista Comercial, "A Inspeção das Secas", Fortaleza, 15 de agosto de 1912, p. 1.

A Associação Comercial prega ainda a encampação da Estrada de Ferro Baturité, em mãos da empresa inglesa "South America Railway Company Ltda", e da Ligth respectivamente pelos governos federal e municipal. (13) A Associação tinha todo um programa de reformas econômicas, incompatíveis com a ordem vigente, claramente favorável ao capital internacional. Nogueira Acioly tinha como um de seus principais aliados os Boris, donos da casa francesa Boris Freres que praticamente monopolizava, junto com os Gradwol (também franceses) o comércio de exportação do Ceará. Este monopólio exercido pelos Boris, e que havia contribuído para a derrocada de grandes grupos de poder econômico e político local (caso por exemplo do Barão de Ibiapaba), parecia ser visto como extremamente prejudicial para os comerciantes locais. Os dizeres populares "o mar é o açude do Boris e a justiça a sua mãe", muito em voga na época, demonstram o grande poder que este grupo exercia na vida cearense.

O fato de Nogueira Acioly possuir uma fábrica de tecidos não torna seus interesses incompatíveis com os do comércio de exportação ou importação. Segundo Oliveira (1978) o surgimento de fábricas de tecidos no Nordeste da Primeira República deve-se a estratégia de produtores e exportadores, para aproveitamento do excedente da produção algodoeira. Além disto este tipo de produto industrial não competia com o parque inglês e francês por restringir-se ao fabrico de tecidos grosseiros e sacos para embalar os produtos de exportação.

Era interessante para o comércio de Fortaleza, uma maior dinamização da economia cearense. Este interesse é partilhado também pelos profissionais liberais e trabalhadores em geral. O fechamento excessivo da oligarquia, preo-
pada com os interesses mais imediatos de seus membros e tendo como principal

(13) Revista Comercial, "A Ligth e a Municipalidade", Fortaleza, 15 de julho de 1912, p. 11 e "A Estrada de Ferro no Brasil," Fortaleza, 1 de dezembro de 1912, p. 1.

fonte de renda cofres estadual e federal, dificultava uma maior sensibilização desta administração para projetos com interesses mais abrangentes. É desta forma que parece ter se dado a ruptura entre o governo e a Associação Comercial do Ceará. O programa económico pregado pela Associação, bem como sua postura política combativa em relação ao governo Acioly tem ampla ressonância, principalmente no seio das "classes cultas" do Estado. Isto leva diversos setores da população a dar total apoio a medidas adotadas por esta organização em seus protestos contra o governo estadual. O clima de grande exaltação que se verifica a 20/12/1911 em frente ao Café do Comércio — estabelecimento da Praça do Ferreira, muito frequentado após o expediente comercial, — contra a tentativa de Nogueira Acioly em se manter no poder através da candidatura de Domingos Carneiro, (homem de sua inteira confiança), e a ocupação desta praça pela cavalaria estadual levam o comércio a fazer uma petição solicitando a interferência da Associação Comercial junto ao Governo Federal. Esta petição é assinada pelos duzentos proprietários mais importantes do comércio da capital (14) e é prontamente atendida pela Associação que envia telegramas ao Presidente da República, Ministro da Guerra e Associação Comercial do Rio de Janeiro, pedindo o envio pelo Governo Federal de um batalhão do exército para garantir a ordem na cidade. É interessante notar que a polícia estadual "infestada de cangaceiros interioranos" é a única responsabilizada, nestes telegramas, pela desordem reinante na cidade, o que parece demonstrar que os demais grupos mobilizados contra a oligarquia não representam qualquer ameaça à ordem e a propriedade do comércio. A Associação Comercial do Ceará parecia almejar que fosse decretada a intervenção federal no Ceará. Isto mostraria a incompetência de Acioly em manter a paz no Estado, podendo, portanto, acarretar a sua deposição. Esta medida no entanto não chega a se efetivar pois o oligarca contava com grande pres

(14) Manifesto da Associação Comercial, distribuído no dia 5 de janeiro de 1912. Reproduzido por Theóphilo em seu livro Libertação do Ceará (1914) p. 365 a 375.

tígio e poder de barganha junto ao governo federal com seus treze votos na Câmara e Senado.

Entretanto, a violenta repressão policial à manifestação de repúdio à candidatura oficial, realizada na Praça do Ferreira a 29 de dezembro de 1911, (com prejuízos materiais para alguns donos de estabelecimentos comerciais nesta praça) agrava ainda mais a situação, fazendo com que a Associação Comercial em reunião na tarde do dia seguinte, decida pelo fechamento do comércio por tempo indeterminado. Esta medida é justificada pela Associação como consequência da falta de garantias reinante na cidade. Tal atitude recebe total apoio da população que em solidariedade à decisão da Associação apedreja as poucas casas de comércio que não aderem à paralização (15).

Paralelamente, nos três dias subsequentes, toda a circulação de bondes na cidade é suspensa por greve dos condutores, sendo a polícia utilizada para dirigir estes veículos, mas impedida por barricadas montadas por populares. Dois bondes são virados sendo um depredado.(16) Também os catraeiros, (trabalhados do porto encarregados do embarque e desembarque de mercadorias), paralizam suas atividades.(17)

O movimento do comércio de Fortaleza se estende por uma semana sendo suspenso a 5 de janeiro de 1912. Em manifesto assinado pelo Barão de Camocim, presidente da Associação Comercial, esta organização agradece "penhoradíssima ao distinto corpo comercial desta praça, a nobre e leal atitude de que tem dado provas inconcussas mantendo verdadeira harmonia de vistas com suas deliberações" (18) e convida o comércio da cidade a reabrir suas portas. A justificativa para a suspensão da manifestação é, segundo panfleto da Associação, a ga -

(15) República, Fortaleza 30 de dezembro de 1911, p.1, nº 299.

(16) Unitário, 03 de janeiro de 1912, p.2, nº 1218.

(17) Ver manifesto da Associação Comercial distribuído no dia 5 de janeiro de 1912. Reproduzido por Théophilo em seu livro Libertação do Ceará (1914), p. 365 a 375. Neste Boletim é feita uma retrospectiva dos últimos acontecimentos.

(18) Manifesto distribuído nas ruas de Fortaleza a 5 de janeiro de 1912 constante do rolo de microfilme nº 44 pertencente a Biblioteca Menezes Pimentel em Fortaleza.

rantia dada pelas forças federais à manutenção da ordem na cidade.

A liderança e respeitabilidade que a Associação Comercial do Ceará parece ter assumido, junto a população de Fortaleza é evidente, tanto é que a liderança do movimento grevista dos trabalhadores da Estrada de Ferro Baturité pede em março de 1912 a intermediação deste organismo nas negociações salariais entre os ferroviários e a South America Railway Company Ltda., arrendatária da Estrada de Ferro Baturité. O apoio da Associação Comercial ao movimento parece ser total, como podemos ver pela carta enviada pela comissão de Greve a esta Instituição.

"Fortaleza, 22 de março de 1912 .

A Diretoria da Associação Comercial.

Os empregados da "Baturité", profundamente agradecidos, não só pelo vosso apoio à causa do operariado em greve, como pelo vosso generoso concurso na subscrição aberta em favor desse mesmo operariado, vêm, reiterando os protestos de gratidão, testemunhar-vos o seu mais sincero reconhecimento. (19)

Eram constantes as críticas feitas por parte da Associação ao não cumprimento das cláusulas de contrato existente entre a companhia Inglesa e o Governo da União. As reivindicações para que esta linha fosse encampada pelo governo da República (20), além do papel desempenhado pela Associação no movimento de deposição de Nogueira Acioly, pareciam ser vistas com simpatia pelos trabalhadores da Baturité que identificavam na prática da Associação, a defesa de interesses comuns aos seus. Neste evento, à Associação Comercial posiciona-se claramente à favor dos ferroviários grevistas, após troca de cartas com o superintendente geral da estrada em Fortaleza, J.A. de Lorimer, e com

(19) Revista Comercial, Fortaleza, 01 de abril de 1912, nº 103, p. 2.

(20) Revista Comercial, "A Estrada de Ferro no Brasil", Fortaleza, 1 de dezembro de 1912, p. 1.

a diretoria da empresa em Londres. Em telegrama enviado ao Presidente da República, este posicionamento é explícito.

"Continuando greve pacífica onze dias pessoal estrada de Ferro Baturité, conforme telegrama Sr. Ministro da Viação, Associação Comercial, recorre interferência V.Exc. sentindo resolver incidente tamanhos prejuízos, comércio e público. apesar aprovação novas tarifas, antes pretexto alegado, Gerente empresa, caprichoso, autoritário manifesta desprezo empregados nacionais, protela negociação. acordo, acarretando demora gravíssimas consequências toda ordem. Associação Comercial, invoca patriótica intervenção V.Exc. restabelecimento tráfico terminar vexatória situação.
(21)

Já em período anterior, em fevereiro de 1907, ao se posicionar ostensivamente contra a sobretaxação dos impostos à indústria (comércio incluído) e profissões, decretada pelo governo estadual, ao defender os seus interesses, defende também o dos profissionais liberais, demonstrando assim a existência de coincidência de ponto de vista com esta categoria.

A interação entre a Associação Comercial e outros segmentos da sociedade de Fortaleza parece catalizar elementos para um projeto de reformas econômicas. A coincidência entre seus interesses e os anseios de amplos setores da população de Fortaleza, leva ao surgimento, em um primeiro momento, de uma união de todas as forças de oposição contra a ordem sócio-política e econômica em vigor.(22)

O comércio tomou parte muito importante no movimento de deposição de Nogueira Acioly, agindo os negociantes junto ao governo da República, através da Associação Comercial, enquanto os caixeiros combatiam nas trincheiras, ao lado de artesãos, operários, acadêmicos de direito e de pequenos e

(21) Revista Comercial: "Cartas entre o Barão de Camocim e o Superintendente Lorimer", Fortaleza, 15 de março de 1912, nº 103, p. 3.

(22) As rupturas posteriores nesta unidade do movimento serão detalhadas no decorrer deste trabalho.

médios comerciantes.(23) A Fenix Caixeiral, entidade que representava os interesses dos caixeiros, foi uma organização com relevância na campanha anti-oligárquica.(24) Ajudou a promover comícios, se armou e lutou no levante que depõe a oligarquia a 24 de janeiro de 1912.

O fato de terem sido os caixeiros e comerciantes os primeiros grupos profissionais e econômicos a buscarem se agregar em órgãos de classe, denota a grande importância que o setor comercial possuía na vida do Ceará já em meados do século passado.

A primeira tentativa de organização feita pela "classe caixeiral" de Fortaleza que se tem notícias, data do ano de 1868.(25) Esta iniciativa não teve nenhum resultado, devido à pronta interferência dos patrões, que determinaram que esta organização fosse desfeita, desaparecendo assim logo após a primeira reunião. Uma nova tentativa é feita muitos anos depois e desta vez com sucesso, em 24 de maio de 1891. O apoio dado por alguns comerciantes da cidade a esta iniciativa é fundamental a sua consecução.(26) Por sua vez o ajustamento dos interesses deste organismo aos de um grupo mais progressista de comerciantes, parece diluir a formação de uma oposição marcada entre os caixeiros e os comerciantes, como dois blocos antagônicos. Isto é percebido por exemplo na primeira luta que a Fenix Caixeiral promove, reivindicando o fechamento do comércio central de Fortaleza às 19:00 hs. Nesta mobilização

(23) THEOPHILO, 1914: 164. DELLA CAVA, 1976.

(24) Sobre a Fenix Caixeiral, entidade que representava os interesses dos caixeiros, pouco pude conseguir, devido ao extravio de grande parte de seu arquivo, após a mudança de sede em 1979. Os únicos documentos que consegui localizar nesta instituição, que tratam de sua história, são duas publicações feitas pelo organismo, uma comemorando seu cinquentenário e outra pela passagem dos cem anos de Independência do Brasil.

(25) THEOPHILO, 1927: 6-7.

(26) O levantamento do nome dos comerciantes que apoiaram a criação da Fenix Caixeiral, não foi possível, devido a ausência de dados detalhados a este respeito. Dois documentos no entanto mostram este apoio sendo um deles a ata de inauguração desta associação que faz referência à presença de proprietários do comércio no ato inaugural. O outro documento é um panfleto distribuído nas ruas de Fortaleza, com reclamação da Fenix de que apenas um número reduzido de comerciantes apoia sua reivindicação pelo fechamento do comércio às 19hs.

os patrões não têm um posicionamento uniforme em relação aos anseios da "classe Caixeiral." Um número, embora reduzido, de donos de estabelecimentos resolve acatar o apelo, o que impossibilita a formação no seio da Fenix de uma visão homogênea de patrão bem como uma estratégia mais clara para sua luta. A própria estrutura ascensional da categoria, (de caráter extremamente individualista) demonstra a dificuldade em se definir os patrões como grupo com interesses opostos aos seus. Isto se deve ao fato de serem muitos os casos de caixeiros que ascendem à condição de proprietário seja por meio de casamento com filha de comerciante, seja através do investimento de algumas economias em associação com outros caixeiros.(27) Além do mais os donos de comércio costumavam empregar filhos e sobrinhos no trabalho em seus estabelecimentos, o que no caso, dava outra natureza à relação empregatícia. Através de biografia de grandes comerciantes do período, é comum verificar-se que a primeira profissão que muitos destes exerceram foi a de caixeiro. Este é o caso por exemplo do Barão de Camocim, presidente da Associação Comercial do Ceará na época da queda da oligarquia Acioly, bem como a de muitos outros membros desta associação.(28)

A primeira iniciativa da Fenix, após sua fundação foi a de criar uma escola para seus associados, que começa a funcionar a 19 de agosto de 1891. Para se viabilizar esta iniciativa, foi necessário que seus membros promovessem uma campanha pelo fechamento do comércio de Fortaleza às sete horas da noite, como meio de facilitar a presença dos interessados em frequentar as aulas de francês, português e aritmética da Fenix Caixeiral. Este apelo é feito inicialmente em julho de 1891, tendo parte representativa do comércio se comprometido a fechar suas portas no referido horário. Este compromisso, no entanto, não é cumprido, como mostra o memorial enviado pela Fenix à Câmara Municipal

(27) A este respeito ver SOUZA, 1968 e STUARD, 1910, 1915 e

(28) SOUZA; 1968: 65.

pal de Fortaleza, um ano após, pedindo a criação de lei que regulamente o horário de funcionamento do comércio da capital.

"Nós, abaixo assinados, representantes legítimos da classe caixeiral, ou mais propriamente, do comércio ativo, os verdadeiros operários desse importante ramo de vida, vimos trazer à vossa alta apreciação, a presente exposição de motivos, filha do direito e da razão, que nos força a recorrer à autoridade competente, a fim de diminuir as nossas horas de trabalho, obstar o esbulho do nosso suor e conseqüentemente da nossa cara saúde. Criaram eles aulas noturnas, de línguas e ciências, cuja frequência e aproveitamento, apesar de lisongeiro, não tem entretanto, correspondido à expectativa de seus desejos, em virtude do tenaz abuso dos comerciantes (salvo honrosas exceções) que persistem em encerrar as portas de seus estabelecimentos depois de 8 horas da noite e alguns ha, triste é confessar que ainda ultrapassam esse limite, privando assim os caixeiros de frequentarem as aulas em que se acham matriculados! E isto senhores Intendentes, não obstante, lembrar-vos o compromisso que, em agosto do ano passado, contraíram com a Classe Caixeiral, de fecharem o comércio das 6 às 7 horas da noite; o compromisso que é apenas observado por um pequeno número de negociantes! (...) (29)(30)

Este anseio da Fenix Caixeiral, só muito lentamente foi ganhando o apoio dos comerciantes. Tanto é que apenas em 1911, no calor da luta ante oligárquica e a partir da união das forças de oposição contra Nogueira Acioly, é que o comércio de Fortaleza passa formalmente e por unanimidade a fechar suas portas às 19hs. (31)

A organização caixeiral ganha gradativamente seu espaço de atuação na política local, se impondo como órgão de força política e de posicionamento nos momentos cruciais da história cearense, nos primeiros anos deste século. É desta forma que esta instituição se solidariza com os movimentos dos estivadores grevistas do porto de Fortaleza em 3 de janeiro de 1904, protestando contra o massacre de manifestantes (entre eles o português Adelino, empregado do comércio), pela polícia e promovendo a arrecadação de donativos

(29) Fenix Caixeiral, 1941: 29, 30.

(30) Os nomes dos abaixo assinados não consta na transcrição deste documento publicado pela Fenix Caixeiral.

(31) Fenix Caixeiral, 1922.

para as famílias das vítimas deste massacre. Seu posicionamento, marcadamente anti-oligárquico, também se mostra ao homenagear alguns símbolos das oposições e em especial Rodolpho Theóphilo, após o mesmo ser punido pelo governo estadual com sua demissão do cargo de professor do Liceu do Ceará.(32)

Este organismo passa a assumir caráter bastante dinâmico e de importância no contexto cultural da cidade, promovendo palestras, saraus litero-musicais e bailes com frequência concorrida. O status social e o padrão de vida dos caixeiros, com o desenvolvimento do comércio cearense, parece ir-se modificando, não sendo mais as condições de vida e trabalho destes, as mesmas que nos descreve Theóphilo quando exercia este ofício, ainda antes da libertação dos escravos.(33) O depoimento dado por Joaquim Pimenta em seu livro de memórias, relatando seu segundo dia de experiência na capital em 1904, como matuto chegado dos Inhamuns, é bastante esclarecedor de tal situação.

"As cinco horas da tarde (domingo), na praça Marquês do Herval foi a minha primeira impressão da vida elegante da cidade. Moças sorridentes acompanhadas de matronas sérias, sentadas nos bancos ou cruzando com rapazes no mesmo vai-vem e troca de olhares. Era a classe caixeiral que ditava a moda, e de onde saía, depois que se foram os cadetes, 'la jeunesse dorée' disputada pelas meninas casaduras. Em um grupo de jovens, bem vestidos, cada qual com a sua bengalhinha domin-gueira, avistou meu tio o Aristides, seu parente afim, também de Tauá, empregado no comércio. Aproximamo-nos. Notei que me olharam com certa surpresa e um risinho petulante. Observei a cara de constrangimento mal dissimulado do Aristides, quando meu tio lhe pediu que me aceitasse em sua companhia, seguindo para casa. Logo me senti um corpo estranho naquele meio. Acolheram-me com evi

(32) THEÓPHILO, 1927: 6-7.

(33) THEÓPHILO, 1919: 67.

dente frieza, trataram-me à distância, com manifesto intuito de se verem livres de mim, inclusive o conterrâneo de Inhamuns. Compreendi que a minha roupa de diagonal quebrava entre eles a harmonia do conjunto. As calças, muito largas e compridas, cobrindo quase os sapatos, o jaquetão, amplíssimo, com as abas terminando na frente em dois bicos agressivos, e mais o chapéu verde, de copa alta. Tudo isso era realmente para estragar aquela linda tarde de luz e de elegância. Assim, conscienciosamente pensei, rumando, também, para casa." (34)

A situação de crise econômica e social reinante no Estado, além do arbítrio e violência praticados pelo governo oligárquico e que iam de encontro aos valores cultivados pela Fenix em suas seções de letras e artes, tem papel fundamental no posicionamento deste organismo na luta anti-Acioly. Além disto a política econômica do governo, extremamente desfavorável ao comércio voltado ao mercado interno (35), era prejudicial aos interesses dos caixeiros, uma vez que a estabilidade e prosperidade da profissão, além do próprio poder aquisitivo da categoria, dependia do bom andamento dos negócios no Estado. É desta forma que se explica a importância desempenhada pelos caixeiros na queda da oligarquia. Os caixeiros congregados na Fenix, tiveram papel fundamental na derrubada da oligarquia, sendo inclusive atribuída a eles a luta armada que sitiou e depôs o oligarca do poder. Inúmeros são os relatos referentes a esta participação. O historiador Raimundo Girão, testemunha deste período fala que "não foram muitos que derrubaram não". "Alguns rapazes do comércio, uns oitenta." "Era uma classe muito numerosa e poderosa." "Se reuniam na Fenix." (36)

A princípio é de se estranhar que este segmento social, até certo ponto elitista e conservador, juntamente com alguns pequenos e médios comer-

(34) PIMENTA, 1949: 60.

(34) SILVA, 1982.

(35) Depoimento dado por Girão em fevereiro de 1984. Ver ainda SILVA, 1982 e DELLA CAVA, 1976.

ciantes, tenha arregaçado as mangas e lutado nas trincheiras junto com ferroviários e outros operários.(37) No entanto a dificuldade de viabilização de seus projetos existenciais (38), imposta pela situação de crise econômica (por todos associada com a dominação oligárquica), parece levar estes indivíduos de camadas médias, geralmente caracterizados em suas ações políticas pelo comedimento e moderação, a se posicionarem radicalmente contra a ordem em vigor. A esperança de reversão da situação, através da implantação de um programa modernizante implementado por um novo governo íntegro e honesto, parece ser fundamental na determinação da ação política desta categoria.

A participação mais detalhada desta organização nas transformações políticas ocorridas em Fortaleza durante o movimento de deposição da oligarquia, não foi no entanto possível de ser reconstituída de forma mais precisa. A ação de indivíduos, bem como o detalhamento da prática e pensamento destes no movimento de 24 de janeiro, inviabilizou-se devido ao escasso material existente a este respeito.(39)

Além da Associação Comercial do Ceará e Fenix Caixeiral, constatee a existência de duas outras organizações de categorias profissionais que de alguma forma se colocaram em oposição ao governo Acioly. foram elas o Centro Artístico Cearense, composto por operários e artesãos, e o Centro Tipográfico Cearense.

(37) Existiam em Fortaleza, no período, 2 fábricas de tecido, sendo a maior a do oligárca com 230 empregados no seu serviço interno. Duas fábricas de redes grandes, oito média e 25 com menos de quadro teares. Oito fábricas de cigarros, empregando a maior delas 56 homens e 27 mulheres. Três fábricas de chapéus, seis de sabões e óleos, uma de géio e algumas mais de vinhos, licores e aguardantes. (Almanaque do Ceará para o ano de 1911, organizado por Sophocles Câmara ano XVII, Tipografia Escolar, Fortaleza 1911).

(38) Estes projetos existenciais das camadas médias são caracterizados pelo aumento do poder de consumo, no seu sentido amplo e norteados pela ascensão social individual: Exemplo é a luta pelo fechamento do comércio para se assistir cursos de francês...

(39) A não localização de exemplares dos periódicos publicados por esta agremiação, fez com que eu me restringisse a analisar o desempenho político dos caixeiros unicamente através dos jornais de Fortaleza, e dos livros de memórias e crônicas em suas superficiais referências a esta agremiação.

Sobre o Centro Artístico Cearense, a única referência encontrada foi uma nota publicada no dia 1º de maio de 1904 no Jornal do Ceará, com informações sucintas sobre este órgão, (fundado a 8 de fevereiro de 1904 e que tinha, segundo a nota, 720 agremiados e uma comissão executiva formada em sua totalidade por artesão e operários todos com "integridade de caráter reconhecida",) acompanhada de uma moção de apoio aos proprietários dos dois jornais de oposição da cidade, Unitário e Jornal do Ceará.

"O Centro Artístico Cearense marcha de acordo com homens da estatura moral do Coronel João Brígido e Dr. Waldemiro Cavalcante, a que presta-lhes o seu incondicional apoio em tudo que diz respeito ao derrocamento por completo da oligarquia a quem a terra da luz deve o seu maior desprestígio e miséria, fome e extorção.
(40)

Apesar do declarado apoio que esta organização mostra dar a campanha anti-oligarquia, não localizei nenhuma referência sobre sua participação no decorrer da luta que culminou com a deposição de Nogueira Acioly, a não ser a menção a seu nome, em panfleto do Centro Tipográfico Cearense abaixo citado.

Sobre os tipógrafos, por sua vez, um panfleto distribuído nas ruas de Fortaleza, no ano de 1912, é a única referência a sua ação política.

"Tendo chegado do sul da República um emissário da oligarquia aciolina, para tratar da eleição do candidato manqué, o Centro Tipográfico Cearense, mais uma vez, declara a essas aves de rapina que não pegará em componedor para fazer uma só linha sobre a candidatura presidencial a não ser para o imaculado Tenente-Coronel Dr. Marcos Franco Rabello. Ou vai ou racha! Fiquem bem cientes. São convidados todos os "centristas" para uma reunião de assembleia geral, amanhã às 7 horas da noite, no "Centro Artístico Cearense" (trilho de ferro)." (41)

(40) Jornal do Ceará, Fortaleza 1º de maio de 1904.

(41) Trecho de panfleto distribuído em Fortaleza em 1912.

Além disto, algum destaque deve ser dado à "canalha" ou "cabroeiro" (42), presente nos diversos acontecimentos marcantes do período. O clima de insatisfação e irreverência, existente no seio das camadas populares de Fortaleza, é evidente e constatável em vários momentos do cotidiano da cidade. Joaquim Pimenta, por exemplo, escreve que nos "serenos" (43) do Clube Iracema, ponto de encontro da elite da cidade, as não raras mangossas e vaias, promovidas pelo povo concentrado na rua, contra os frequentadores que adentravam o clube, obrigavam muitas vezes a polícia a interferir com grande energia contra a massa (44),

A grande desigualdade social existente em Fortaleza, reforçada pelo exodo e acréscimo populacional que se verificava em cada sêca, bem como os agravantes impostos pelo governo estadual às já precárias condições de vida destes indivíduos (45), cria no seio desta massa, grande revolta que está sempre explodindo em situações propícias. Estes segmentos não pareciam possuir nenhuma organização consistente, que explicasse e propusesse saídas para tal situação, demonstrando suas insatisfações, de forma difusa e dirigida às elites de um modo geral. As elites, por sua vez, não elaboravam nenhum projeto que incluísse os setores populares e que os atraísse para sua tutela, sendo as diferenças de ponto de vista existentes entre os grupos de poder imperceptíveis para a "população das areias."

(42) Termos de conotação bastante pejorativa, amplamente usados no período para designar pessoas das classes "inferiores" da sociedade.

(43) Concentração popular que se formava em frente a um clube em noite de grande baile, para assistir a entrada dos convidados. Este costume sobreviveu em Fortaleza até inícios dos anos setenta, principalmente nos bailes de revelion e carnaval.

(44) PIMENTA, 1949.

(45) O monopólio da carne em Fortaleza, controlado por familiares do Presidente do Estado e legitimado por lei municipal, que eliminava as concorrências aumentando o preço do produto, representou grande gerador de insatisfação popular. A carne da moita, que era a que entrava clandestinamente dos municípios de Messejana e Parangaba, quando apreendida era distribuída entre os soldados que patrulhavam as estradas, apesar de teoricamente dever ser doada para as instituições de caridade da cidade.

Com a mobilização da população da cidade em torno da derrubada da oligarquia, os atos e "desatinos", do "cabroeiro", começam a se revelar e a serem apontados pela "classe culta" da cidade, tanto da situação quanto da oposição. A destruição do Jardim Nogueira Acioly, na Praça Marques do Herval, visto como ato radical e bárbaro, inclusive por figuras de oposição, revela no entanto uma insatisfação que extrapola os limites do protesto anti-oligarquia. Este espaço urbano, assim como outras praças da cidade, eram monopólio exclusivo da "gente de bem". Não existia nenhuma forma ostensiva de discriminação a seus frequentadores, mas o clima elitista e o padrão da indumentária dos que para lá se dirigiam em seus passeios vespertinos e dominicais, criavam grande constrangimento aos que não se incluíam em tal nível social.(46) A depredação do Jardim Nogueira Acioly pelo povo — e que ultrapassa a intenção das oposições que era a de simples mudança em seu nome — mostra-se assim, como mais um ato de insatisfação desta massa, que resolve destruir um dos pontos da cidade onde a divisão social e as desigualdades são ritualizadas de forma mais expressiva. Este ato não foi do agrado, por exemplo, dos caixeiros, que tinham nesta praça seu lugar de passeios e flertes. A imposição espontânea de atos que expressavam a revolta popular e muitas vezes não previstos nos movimentos organizados pelas oposições em Fortaleza, são frequentes.

As camadas populares são vistas pelas oposições ora como mal educadas e desprovidas de qualquer sentimento cívico, ora como "massa de manobra" passível de ser manipulada. As momentâneas perdas da tutela, sentidas pelos grupos dissidentes da oligarquia, em relação à massa popular, os amedronta e os faz vacilantes. A convivência dos setores mais ilustrados das elites e camadas médias com este estrato social, mostra-se contraditória e repleta de ambigüidades.

Na fase mais intensa das lutas anti-oligárquicas, quando a radicali

(46) PIMENTA, 1949: 60.

zação do conflito impõe uma divisão mais marcada das forças em jogo, as massas populares parecem ser contagiadas e aliciadas pelos discursos inflamados das oposições, contra o autoritarismo e corrupção representados pela oligarquia, responsabilizada por toda a penúria por que passava o Ceará.

A queda da oligarquia e a vitória de idéias democráticas e populares, aumenta a irreverência do povo. Esta situação é atribuída por Dona Luci Justa e por Dona Carmem Brígido (47), à interferência dos chefetes líderes mais radicais no movimento de deposição de Acioly, geralmente oriundos do pequeno e médio comércio e em especial ao farmacêutico João da Rocha (48), que segundo elas, instigava o "populacho" a vaiar as pessoas gradas da cidade.

"Era tanta a bagunça que ninguém podia sair na Praça do Ferreira. O farmacêutico João da Rocha pagava a molecada para vaiar as pessoas."
(49)

Talvez estas vaias não fossem aí, dirigidas as pessoas de bem de modo geral, mas sim a aquelas identificadas com a oligarquia decaída. A casa do pai de Dona Luci Justa foi ameaçada de saque em novembro de 1913 quando as residências dos Acioly e de seus principais correligionários foi saqueada e incendiada. Estas vaias deviam obedecer a algum tipo de critério para que fossem identificadas como ato patrocinado pelos chefetes anti-oligarquia.

A mobilização da população da cidade e em particular, das camadas pobres é total, parecendo os chefetes, por sua posição mais radical, (no de -

(47) Dona Luci Justa era filha do médico José Lino da Justa, Intendente de Higiene no Governo Acioly até 1889, médico da família Acioly e Fiscal de Ensino no Liceu do Ceará. Dona Carmem Brígido era neta do Coronel João Brígido, um dos principais líderes da dissidência oligárquica e dono do Jornal de Oposição Unitário.

(48) João da Rocha foi um dos líderes do movimento, sendo eleito deputado estadual após a queda da oligarquia.

(49) Depoimento de Dona Luci Justa, Rio de Janeiro 21 junho de 1983.

seronlar das lutas entre as várias facções da dissidência recém chegada ao poder) exerceram grande liderança junto a estes setores.

A tentativa dos deputados marretas (dissidência rabelista liderada por João Brígido dos Santos) e aciولينos (dezembro de 1913), em reunir-se na assembleia estadual para cassar o mandato de Franco Rabello, cria grande alvoroço entre a população de Fortaleza, preocupando enormemente os chefetes, que viam na retomada do poder pelos antigos oligarcas, grande risco de punição e mesmo de vida, para aqueles que se posicionavam mais claramente contra a oligarquia. Uma concentração é convocada para a Praça do Ferreira e o Tenente Correia Lima e alguns chefetes fazem discursos inflamados. Os ânimos estavam alterados e bastou que alguém do meio da multidão gritasse, "a casa destes farrigantes!", para que o povo marchasse até o Jacarecanga e começassem o saque e incêndio às casas e fábrica dos Acioly e de outros seus correligionários. Este acontecimento, muito impressionou à população de Fortaleza, sendo usado como argumento pelas oposições ao governo de Franco Rabello para desmoralizá-lo junto ao poder central. A participação das camadas populares neste saque é óbvia, como demonstra Theóphilo, que apesar de não aprovar a violência praticada pela população, tenta explicá-lo como ato de responsabilidade exclusiva da "ralé", isentando os chefetes de qualquer culpa.

"Exigir da canalha atos de nobreza, sentimentos puros, honestidade - é desconhecer - lhe a origem. Exigir dela virtudes que não foram cultivadas pela educação é um absurdo. (...) foi uma reivindicação praticada pela ralé, que se havia incorporado ao grupo dos patriotas. Este ato, muito de acordo com a moral da canalha, com o sentir dela, justificava quem o praticou dizendo: - tiramos o que era nosso, o que era do povo, pois eles nada tinham quando entraram para o governo."
(50)

Neste período, estes atos radicais e muitas vezes espontâneos, pra

(50) THEÓPHILO, 1922: 18-19.

ticados pelas camadas pobres e denominados pelas classes cultas de "arruaças" e por elas explicados como falta de educação, e maus instintos, não poderia ja mais assumir diante dos olhos destes pensadores de então, qualquer conotação política, uma vez que o povo estava sempre identificado, quando surgia na arena política, como jagunços ou "paus mandado" de algum coronel, ou como parte do curral eleitoral de um chefe oligárquico. O monopólio do poder e do político, por parte de um grupo reduzido de elite, limitava mesmo para os se tores médios o seu espaço de atuação política, tornando-o indefinido. É assim que se explica a excessiva necessidade demonstrada pelos setores médios, em afirmar a legitimidade de seu espaço de atuação política, em se distinguir e não ser confundido com a massa popular.

O clima de relativa liberdade de que pareciam gozar as popu lares na cidade, (se levarmos em conta o controle quase total a que eram submetidas no campo), parece criar neste momento uma outra forma de ação políti ca que embora rudimentar e difusa, era diferente da habitual e tradicional.

I V C A P Í T U L O

A Q U E D A D A O L I G A R Q U I A E A D E R R O T A D O M O V I M E N T O U R B A N O

O Movimento de Deposição da Oligarquia

A incompatibilidade entre os interesses do setor comercial do Ceará, e em particular de seu pequeno e médio comércio, e o governo do Estado, é evidente quando analisamos aspectos da mobilização política que culminou na derubada da oligarquia. Os líderes da luta armada, (chamados pejorativamente de "chefetes" pelas elites após a vitória do movimento eram Francisco Holanda, do no de casa de ferragem, Emílio Sá, dono de padaria, Joaquim Sá proprietário de torrefadora de café e João da Rocha farmacêutico. É grande o número de referências feitas por historiadores, cronistas e depoentes, sobre a participação armada de donos de estabelecimentos comerciais no levante de 1912. Além disto importante papel é atribuído aos caixeiros no movimento armado. (1)

As esperanças da população de Fortaleza (e em particular de seus setores comercial e comerciário), de ver seus problemas resolvidos com a mudança de governo através do voto, vão aos poucos deixando de ter qualquer sentido diante de constatações práticas. Com o fim de seu mandato em 1907, o Comendador Acio-ly "força a passagem pela Assembléia Estadual de uma emenda constitucional que lhe permitiria ser seu próprio sucessor depois das eleições marcadas para 1908" (2) É neste momento que parece haver uma maior articulação entre os setores descontentes da população de Fortaleza. A Associação Comercial do Ceará, os caixeiros e os profissionais liberais intensificam suas críticas e campanha contra a oligarquia. É a partir de então que se generalizam músicas zombetei-

(1) Entrevista feita com Prof. Raimundo Girão em Fortaleza a 7/02/1984. DELA CAVA, 1976, LOURENÇO FILHO, 1926, MOREL, 1946, THEÓPHILO, 1914.

(2) DELLA CAVA, 1976: 167, THEÓPHILO, 1914: 38.

ras à figura do oligarca e de seus familiares e o termo babaquara é largamente utilizado pelas pessoas ao referirem-se a Nogueira Acioly.

"O Acioly vai no bonde chorando
A velha dele vai atrás acalentando
Que velha feia, cara de bode
Só tem dinheiro pra fazer pagode" (3)

A nova tentativa de Acioly para se perpetuar no poder, quando lança em 1911 a candidatura de Domingues Carneiro, um amigo de confiança, é vista pelos moradores da cidade como um acinte. Há grande mobilização a partir de então nos cafés, praças e nos cinemas (eram 3 na época), onde se discute um meio de se fazer frente a tal ordem de coisas. Este ato de Acioly significou para Theóphilo, "o estopim da revolução".

"O povo que já estava exasperado com a publicação da chapa, ficou furioso quando dias depois, o Sr. Domingues Carneiro veio pela imprensa agradecer ao partido a confiança com que o distinguira, e dizer que continuaria a política de seu venerado amigo Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioly. Isto já era sabido; mas o povo achava que dizer em público era um acinte, um menosprezo à sua soberania. Começou então o movimento, inteiramente popular contra as candidaturas lançadas pela convenção.(4)

As oposições de Fortaleza decidem lançar então seu próprio candidato. Era preciso no entanto, segundo opinião geral vigente, baseada nas regras do jogo político deste período, que este candidato tivesse grande prestígio e influência a nível nacional, para assim poder ter sua vitória reconhecida pelo congresso no Rio de Janeiro, caso vencesse nas urnas cearenses.

"Convinha, como condição de êxito, que se apontasse às urnas homem de farda, de alta graduação em convívio com patentes ligadas a vastas influências nacionais. Lembraram-se do Dr. Franco Rabello, cearense, Coronel do Exército, lente da Escola de Preparató -

(3) Música muito difundida entre a população de Fortaleza. Tomei conhecimento desta música através de Dona Lucy Justa que tinha em 1908 nove anos de idade.

(4) THEOPHILO, 1914: 81.

rios do Realengo, assistente técnico do aca-
tado, valoroso General Dantas Barreto quando
superintendia a Região Bélica sediada em Re-
cife e genro do General José Clarindo. Pos-
suía ele, assim, ao lado de outras essas cre-
denciais, avantajando-se a quarta, mais pro-
pícia à objetivação das incontidas ambições
em curso" (5)

A conjuntura política nacional explica a preferência das oposições por um nome militar para a presidência do Estado. A disputa entre Pinheiro Machado, chefe do Partido Republicano Conservador e um dos articuladores da política dos governadores (CARONE, 5a.) e um grupo bastante representativo de militares liderado pelo ministro da guerra Dantas Barreto, favorável à participação desta cooperação na política, exercerá papel bastante importante na configuração das lutas que se travarão nos Estados entre oligarquia e oposição, a partir de 1911.

Dantas Barreto renunciou em maio de 1911 ao cargo de Ministro da Guerra para apresentar-se como candidato das oposições ao governo de Pernambuco, concorrendo com o candidato da oligarquia Rosa e Silva. Sua vitória, garantida por movimento popular armado e apoiado pelo exército, enche de esperança as oposições de Fortaleza que pretendem repetir o exemplo de Pernambuco, como demonstram panfletos distribuídos em dezembro de 1911.

A candidatura de Rabello foi, segundo Théophilo, sugestão do próprio General Dantas Barreto ao médico cearense Dr. Thompson Motta, em conversa a bordo do navio Olinda, em regresso do Rio de Janeiro (6)

Ao desembarcar em Fortaleza o Dr. Thompson Motta comenta para alguns amigos a conversa tida com Dantas Barreto, seu companheiro de viagem desembarcado no Recife. A boataria resultante do comentário de Thompson Motta levou José

(5) MEDEIROS, 1954: 10.

(5.a) CARONE, 1974: 138.

(6) THEOPHILO, 1914: 81.

Barbosa, dono de café na praça do Ferreira, e José Brasil de Matos, a tomarem a iniciativa de lançar a candidatura de Franco Rabello às eleições estaduais, em boletim intitulado "ecce homo" (7)

A grande repercussão deste manifesto, além do fato da indicação do candidato partir do próprio Dantas Barreto, levou os líderes da oposição a apoiarem o nome de um indivíduo sem nenhuma ligação direta com a política local, visto estar afastado do Ceará desde 1892. Isto talvez se explique pelo fato de Franco Rabello ser genro do General Clarindo de Queiroz, deposto do poder com o fim da efêmera ditadura de Deodoro da Fonseca. Com a queda de Clarindo, também foram aliçados do poder o grupo oligárquico dos Paula Pessoa que o apoiava e disputava com os Acioly e com os Pompeu o controle da política do Estado do Ceará.

A deposição de Clarindo significou a centralização do poder estadual na mão dos Acioly, por boa parte do período correspondente a Primeira República. Nogueira Acioly, e seu grupo político apoiou o levante da Escola Militar na deposição do General Clarindo que se recusava a renunciar ao cargo apesar de apelos de Floriano Peixoto novo Presidente empossado no Rio de Janeiro após a queda de Deodoro.

A candidatura Franco Rabello parecia interessar aos vários grupos que se opunham à oligarquia do Ceará, pois significava o apoio dos militares adversários de Pinheiro Machado, ao movimento anti-Acioly. No referente à dissidência oligárquica dos Paula Pessoa em especial, a vitória de tal candidato traria grandes proveitos políticos devido a longa e estreita relação existente entre o líder desta dissidência, Francisco de Paula Rodrigues, e a família Cla -

(7) QUINDERE, 1979: 87.

rindo de Queiroz, da qual Rabello fazia parte.(8) Para João Brígido por sua vez a eliminação de Acioly por si já representaria grande vantagem, pois não se sentia favorecido em nada por este governo, nem mesmo quando era correligionário do oligarca, sendo esta a principal razão de rompimento com seu compadre ainda em 1904.

A campanha em prol da candidatura de Franco Rabello consegue mobilizar a população de Fortaleza em torno das eleições do governador do Estado, como em nenhum outro momento anterior da curta existência do voto universal. O primeiro comício da campanha das oposições é realizado a 21 de dezembro de 1911 no passeio público ao lado do quartel do exército (e não na Praça do Ferreira, lugar mais central e por isto ponto tradicional para este tipo de evento), como forma de garantir a não repressão ao ato por parte da polícia aciolino. O comandante das tropas sediadas em Fortaleza Capitão Jacinto Torres Júnior vinha se mostrando simpático ao movimento e não seria tático para Acioly intervir no comício que se realizava diante dos muros do quartel o que o indisporia com o exército.

Os comícios e passeatas se sucedem no centro da cidade. Nogueira Acioly procura reverter a situação em seu proveito, comunicando ao Governo Federal

(8) Os Paula Pessoa foram um dos grupos clânicos mais importantes do Ceará, desde a independência até os últimos dias da República Velha. Este grupo familiar se origina a partir do Sargento-mor João Pinto de Mesquita grande proprietário de terras e gado na região do Acaraú. O sobrenome deste clã sofre duas modificações: primeiro pelo casamento de Antonia Geracina Isabel de Mesquita, neta do Sargento-mor e única herdeira da família, com o Coronel Vicente Alves da Fonseca e novamente a partir do casamento da filha única do coronel Vicente Alves da Fonseca com o comerciante da cidade de Granja Francisco de Paula Pessoa. A partir daí a denominação deste grupo político-familiar que chefiava o partido liberal no Ceará, passa a ser "Paula Pessoa". A ausência de vocação política de seus filhos e do Senador Vicente Alves de Paula Pessoa, faz com que Francisco de Paula Pessoa divida a liderança do partido liberal entre o primo de sua mulher, Senador Tomás Pompeu de Souza Brasil, (futuro sogro de Nogueira Acioly) e seu genro conselheiro Antônio Joaquim Rodrigues Júnior (pai do Dr. Francisco de Paula Rodrigues médico oftalmologista com especializações na França e Alemanha e chefe da dissidência oligárquica à época da queda de Nogueira Acioly). As desavenças entre os Paula Pessoa e os Acioly já se verificam no início da República como se pode ver a partir das constantes críticas feitas aos Boris (aliados de Nogueira Acioly, em sua ascensão política após a queda de Clarindo de Queiroz), pelo jornal "Cearense" de propriedade do Advogado Francisco Barbosa de Paula Pessoa primo do Dr. Francisco de Paula Rodrigues.

que Fortaleza estava tomada por arruaceiros, moleques e engraxates desordeiros, tentando assim desacreditar a campanha do candidato das oposições junto ao poder central e legitimar qualquer ato de repressão.

As oposições reagem a esta atitude do oligarca promovendo estrondosas recepções aos enviados do governo federal, como são os casos das manifestações de boas vindas ao Coronel José Faustino (novo inspetor da 4ª região militar) e ao General Mesquita (mandado pelo presidente da República para averiguar a situação do Ceará). Com estes atos, as oposições objetivavam demonstrar o caráter ordeiro de sua campanha. Era comum os panfletos de convocação para estas manifestações terminarem com apelos do tipo: "Pede-se toda calma e a máxima ordem, a fim de evitar vis explorações de nossos moribundos inimigos." "O Ceará continua firme, porém dentro da lei, da ordem e do respeito." (trechos de panfletos distribuídos em fortaleza entre 1911 e 1912 convocando a população para um "meeting" de apoio a candidatura Franco Rabello).

A família é outro elemento de peso manipulado pelas oposições na busca de caracterizar sua luta como ordeira perante os olhos do governo federal. É desta forma que se dá a imediata organização das senhoras e senhoritas de Fortaleza em uma liga de apoio a candidatura de Franco Rabello, denominada Liga Feminista Pró-Rabello.(9)

Foi a Liga Feminista Pró-Rabello a promotora das duas principais passeatas em apoio a candidatura Franco Rabello (passeata feminina e passeata infantil), responsáveis pela demonstração da dimensão e força que tinham as oposições em Fortaleza neste momento. Segundo Theóphilo, compareceram a passeata

(9) O caráter circunstancial da liga feminista, é facilmente percebido ao se analisar sua denominação "Liga Feminista Pró-Rabello", o que demonstra ter sido seu surgimento simultâneo ao lançamento da candidatura Franco Rabello. Não foi possível detectar em nenhum momento, reivindicações específicas das mulheres quanto a sua situação social, parecendo ter o termo "feminista" conotação diversa da que hoje atribuímos a esta palavra.

da liga feminista cerca de 10.000 pessoas. O envolvimento das dissidências oligárquicas nestas manifestações parece explícito ao verificarmos alguns dados sobre estas duas passeatas. Dona Luci Justa, filha do comerciante José Lino da Justa, por exemplo, lembra que nas duas passeatas estavam presentes muitas das famílias importantes da cidade. Além disto a presidente e a porta-estandarte da Liga Feminista, Maria Rodrigues e Odele de Paula Rodrigues, eram respectivamente filha do Dr. Francisco de Paula Rodrigues, e filha do advogado Francisco Barbosa de Paula Pessoa membros do clã Paula Pessoa.

"O político mesmo era o velho Paula Rodrigues, irmão do Thomás de Paula. Era amigo de Franco Rabello desde o tempo do Clarindo de Queiróz. A amizade do Paula Rodrigues com o Clarindo era antiga, desde os avós. Tinha um grande eleitorado. Ele era riquíssimo"
(10)

As duas manifestações promovidas pela Liga Feminista tiveram como consequência o acirramento da luta contra o governo estadual, sendo a última passeata (das crianças), o estopim da revolta armada. Isto se dá a 22 de janeiro após a violenta repressão promovida pela polícia do Estado à passeata infantil. A multidão é atacada pela polícia, no momento em que tenta ocupar a Praça do Ferreira e uma criança é morta. A indignação e a revolta generalizam-se pela cidade, que já começa a ter os primeiros sinais de conflagração. Um grupo de populares, composto por negociantes, comerciários, empregados da estrada de ferro percorre, armado de rifles, os subúrbios do lado ocidental da capital (11). O movimento intensifica-se na tarde do dia seguinte (23 de janeiro), quando empregados do comércio e operários, armados de rifle, tombam alguns bondes no Benfica, interrompendo o tráfego daqueles veículos. As duas principais vias de acesso a Fortaleza — as estradas de Messejana e Benfica — são bloqueadas por popu

(10) Depoimento de D. Luci Justa.

(11) THEOPHYLO: 1914: 115-116.

lares com o objetivo de impedir a entrada de reforços e mantimentos do interior para as tropas do governo. Trincheiras são improvisadas no centro da cidade e começam a se dar os choques com a força pública. Os prédios da delegacia fiscal, cadeia pública e alfândega são ocupados e suas guardas desarmadas. Fecha-se o cerco ao palácio do governo e Acioly é obrigado a se refugiar no quartel do exército, na madrugada do dia 24 onde finalmente renuncia.

Tudo indica que a luta armada vinha sendo preparada pelas lideranças de oposição. Panfletos espalhados por Fortaleza em dezembro de 1911, defendiam esta estratégia como o único meio possível de dar cabo da oligarquia no poder. A distribuição de armas à população, feita pelos chefetes Hêmílio Sá e Manoel Moreira e pelo chefe da dissidência Francisco de Paula Rodrigues, vem comprovar isto.

O posicionamento neutro ou mesmo de apoio discreto ao movimento, assumido pelo chefe da Região Militar de Fortaleza, parece ter exercido papel fundamental no desenrolar da luta. Alguns membros do exército vinham, já desde dezembro, demonstrando simpatia e mesmo participando ostensivamente na campanha das oposições, como foram os casos do Inspetor da Região Militar General Mesquita e do Tenente Correia Lima, transferidos do Ceará em dezembro de 1911 a pedido do Comendador Acioly, após o primeiro comício das oposições, realizado sob o beneplácito do General Mesquita, em frente aos portões da região militar a 21 de dezembro de 1911 e que teve como um de seus oradores o Tenente Correa Lima. Estes militares se defendem da acusação de apoiarem as oposições dizendo que apenas cumpriam seu dever constitucional de dar garantia a livre expressão dos cidadãos. Membros da oligarquia por sua vez acusam-nos de ajudarem a promover a desordem. José Acioly, filho de Nogueira Acioly, por exemplo, em seu livro de memórias(11a.) acusa o Coronel José Faustino, inspetor da 4ª R.M. de Fortaleza à época da deposição da oligarquia, de esconder, por trás de uma postura de neu -

(11a.) ACIOLY, 1940.

traiçãode, sua simpatia pela causa pró-Rabelo. O atendimento do Coronel José Faustino ao apelo de uma comissão de senhoras, para que garantisse a não intervenção da polícia estadual na passeata da Liga Feminista, bem como o fato de ter condicionado o pedido de Acioly de uso das forças federais contra os rebeldes ao recolhimento da polícia estadual aos quartéis, eram apontados pela oligarquia como sintomas de simpatia ao movimento de oposição.

Após a visita das senhoras, o Coronel José Faustino dirigiu-se ao palácio para negociar com Nogueira Acioly a forma como deveria se dar o policiamento de Fortaleza no dia da manifestação da Liga Feminista. Alegou que a hostilidade com que era vista a força pública, só acirraria os ânimos e promoveria a desordem, caso esta fosse utilizada para policiara cidade. José Faustino fez ver ao oligarca que todas as conseqüências e responsabilidades de um confronto entre polícia e população recairiam sobre o governo estadual, oferecendo-se para supervisionar ele próprio a manifestação e pedindo o aquartelamento da polícia estadual, no que foi atendido. O militar acompanhou a passeata em automóvel, na companhia de outros três oficiais graduados. Isto foi visto por muitos como declaração de apoio ao candidato das oposições.

O apoio do exército às campanhas anti-oligárquicas (chamadas de salvações nacionais) não era no entanto unânime. Mesmo o Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, que havia assumido em sua campanha eleitoral (1909-1910) a retórica anti-oligárquica impelido pelas circunstâncias (12), mostra-se, após assumir o mandato, vacilante entre os militares interessados na alteração do quadro político e o grupo liderado por Pinheiro Machado, defensor do status quo, ambos importantes apoios à sua eleição. (13)

O movimento de oposição a Nogueira Acioly, que parecia mostrar coesão entre seus vários grupos componentes, começa a apresentar suas primeiras crises

(12) CARONE, 1974:264 e CUNHA, 1976: 58.

(13) CARONE, 1974: 265+266.

após a vitória da luta armada. Com a renúncia de Nogueira Acioly, os líderes da dissidência oligárquica Dr. Francisco de Paula Rodrigues, Coronel João Brígido dos Santos, Coronel Agapito Jorge dos Santos e Dr. Manoel Moreira da Rocha, vão para o quartel do exército onde o oligarca havia se refugiado, com o objetivo de garantir a integridade de Nogueira Acioly e família em seu embarque para a capital da República. O povo por sua vez, concentrado na frente do quartel, pedia que os Acioly fossem mantidos presos pois afirmavam que se liberados seriam respostos no governo por forças enviadas do Distrito Federal pelo Presidente Hermes da Fonseca. A dissidência oligárquica insiste em não manter a família presa, acompanhando-a de braços dados até o porto, como forma de evitar qualquer ato de violência da população que a tudo assiste em silêncio. Isto desagradou o povo que "já não via com muitos bons olhos estes chefes da oposição". "Murmuravam queixas e diziam que eles não podiam se arvorar em árbitros supremos da vontade popular, uma vez que não arriscaram a vida nas trincheiras".(14)

O descontentamento popular para com os líderes da dissidência oligárquica deixa evidente a cisão que começa a se verificar no movimento após a derrota do inimigo comum. Os setores mais populares liderados por indivíduos de camadas médias, os "chefetes" (15), passam a reivindicar maior participação nas decisões que seriam tomadas daí por diante. A dissidência por sua vez não demonstra muita boa vontade em implementar tais mudanças, mostrando com isto o propósito de, de alguma forma, perpetuar as regras do jogo, pois seu único objetivo parecia ser o de ampliar o espaço de participação, e mesmo ascensão ao poder, para si e para

(14) THEÓPHILO, 1914: 160.

(15) Os principais chefetes eram Emílio Sá — dono da melhor padaria da cidade e o chefe dos chefetes segundo Quinderé (1979:87), ou ainda, general das massas e ditador das ruas segundo Brígido (Unitário, Fortaleza, 7/11/1911) — Joaquim Sá, irmão de Emílio e dono de torrefação de café, João da Rocha Moreira, dono de farmácia e um dos líderes da luta armada (Lourenço Filho, 1926:122 e Theóphilo, 1912:52), Francisco Pires de Holanda, dono de casa de ferragem, Augusto Correia Lima, tenente do exército e o farmacêutico Rodrigues de Andrade.

os seus. João Brígido, por exemplo, logo após a vitória da luta armada, começa a combater os chefes, por ele acusados de desordeiros. Caído o oligarca, cessou o ponto em comum entre a dissidência e o resto da população, pois para aqueles o problema maior tinha sido sanado e o caminho estava aberto em direção ao poder. A divergência de interesses entre os grupos que fizeram o movimento que derrubou o governo Acioly, se torna clara daí por diante, parecendo a princípio cindir tal movimento em dois blocos mais ou menos definidos, tendo de um lado o grupo liderado por João Brígido, Agapito dos Santos e Francisco de Paula Rodrigues chefe supremo do grupo oligárquico dos Paula Pessoa, e de outro o resto da população que, mesmo não se pondo totalmente de acordo com a liderança dos chefetes, se opunha à supremacia absoluta do primeiro grupo na direção do novo governo (16). Esta divisão das oposições parece mostrar perfeitamente que os interesses das dissidências oligárquicas não coincidiam necessariamente com os anseios dos setores médios e grupos populares liderados pelos "chefetes" que tinham expectativas de mudanças mais profundas na política cearense e nacional. Neste sentido o ajustamento quase que incondicional das camadas médias aos interesses das dissidências oligárquicas, como mostra a historiografia sobre República Velha, não se dá de forma automática. Após a superação do problema comum que era o governo oligárquico de Nogueira Acioly, as divergências e especificidades de interesse de cada grupo se tornam mais evidentes. É nítida a divisão de posição existente entre dissidência oligárquica e o resto do movimento que até então parecia ter uma relativa coesão. Dois pontos se tornam bastante evidentes quando acompanhamos o desenrolar da luta anti-Acioly no final do ano de 1911 e começo de 1912. Primeiro, que a iniciativa de radicalização, partiu de pequenos comerciantes

(16) Tomando-se por base o depoimento de Dona Luci Justa, à época com 13 anos, a vitória de Franco Rabello no interior em eleição convocada após a derrubada de Acioly, deu-se graças a acordo feito entre este e Francisco de Paula Rodrigues. "Era amigo de Franco Rabelo desde o tempo de Clarindo de Queiroz. O eleitorado era dele mas ele fez um convênio com o partido de Franco Rabello". (Depoimento de Dona Lucy Justa). A natureza deste "convênio" dona Luci não soube precisar dizendo apenas que este era o comentário que seu pai fazia.

tes, caixeiros e operários, liderados pelos "chefetes" Francisco Holanda, João da Rocha Moreira, Emilio Sá e Joaquim Sá todos pequenos e médios comerciantes (17). E, em segundo lugar, que a tentativa dos chefetes de interferirem em assuntos do governo não era bem vista pelas elites ou camadas médias destituídas. É esta pelo menos, a impressão que nos dá Quinderé (18), para quem o povo era comandado "por um pequeno número de homens, quase todos mal instruídos, que receberam o título de chefetes, sem passado político no Ceará". Além disto, os depoimentos de Luci Justa (filha de José Lino da Justa, Inspetor de Higiene no primeiro quadriênio do governo Acioly 1896-1900 que demitiu-se no último ano de seu mandato), Mancita Albano (filha de João Tiburcio Albano dono de importante casa de artigos importados e sobrinha de Ildefonso Albano Prefeito de Fortaleza no governo de Franco Rabello), Carmem Brígido (neta de João Brígido, antigo cor-religionário de Nogueira Acioly e um dos chefes da dissidência oligárquica) e ainda Celso Nunes (sobrinho e afilhado do Dr. Aurélio de Lavour, um dos líderes da Sedição do Juazeiro, movimento apoiado pelo Pe. Cícero e que depôs Franco Rabello em 1914), todos testemunhas do período, vem reforçar tal impressão.

"No governo Franco Rabello foi tanta bagunça que não deu pra segurar. Também depois de vinte anos de oligarquia, o que se podia esperar? Os chefetes Emilio Sá e Joaquim Sá, queriam interferir o tempo todo. Ele não teve força moral com eles, pois afinal de contas eles tinham feito toda a campanha" (19)

Independente da posição política adotada pelas famílias destas testemunhas, o que a opinião delas mostra antes de tudo é o caráter novo e "anormal" que parecia ter o de um dono de torrefação de café, ou um dono de padaria, se -

(17) Nos depoimentos por mim coletados é comum o uso de expressões tais como "remediados", "nem ricos nem pobres" ou ainda "Classe média", como designativos da situação sócio-econômica dos chefetes.

(18) QUINDERÉ, 1979:92.

(19) Depoimento dado por Dona Luci Justa.

rem recebidos em palácio para trocar idéias com o governador do Estado. Dentro da tradição política de então, um indivíduo nas condições sócio-econômicas dos "chefetes", só teriam direito de opinar junto ao governo com o título de bacharel, ainda assim como parente correligionário ou apadrinhado dos todos poderosos, mas jamais como chefe de uma nova força política, que eram as camadas médias e populares da cidade. Os chefetes haviam se transformado em uma força política a mais e Franco Rabello sabia perfeitamente que seu apoio seria imprescindível na execução de seu programa de governo.

A Ascensão de Rabello ao Governo do Ceará

Após a saída de Nogueira Acioly, assume inteiramente o governo do Estado o 3º vice-presidente Carvalho Mota até que fossem realizadas novas eleições. (20)

Para concorrer com Rabello ao cargo de presidente do Ceará, pela chapa da antiga oligarquia, apresenta-se o General Bezerril Fontenelli, homem sem passado político no Ceará. Neste momento o apoio do presidente da república ao candidato aciolino torna-se evidente. O enviado de Hermes da Fonseca para promover a candidatura Bezerril, coronel Thomaz Cavalcanti, começa a pedir a exoneração e a transferência dos funcionários federais que sabia adeptos de Franco Rabello, no que era atendido de imediato pelo presidente da República. O grande apoio que Rabello possuía dos grupos representativos da sociedade civil, como eram os casos da Associação Comercial, Fenix Caixeiral, Ferroviários, Gráficos, catraeiros, etc., (além do suporte dado pelo grupo Paula Pessoa), ajudou

(20) O 1º e 2º vice-presidentes renunciaram aos cargos por se acharem impossibilitados de governar, dado o grande compromisso que tinham com a oligarquia decaída. Gracho Cardoso em especial, 1º vice-presidente, era um dos principais alvos da crítica anti-oligárquica por ser um dos braços-direito de Acioly.

a neutralizar a estratégia governamental. A apuração das urnas constata a vitória de Franco Rabello por maioria de votos.

Esta eleição é denunciada pelos partidários de Bezerril como fraudulenta, fato que não pode ser de todo descartado, pelo menos em algumas localidades do interior do Estado, visto serem os chefes da dissidência oligárquica também donos de expressivos currais eleitorais. Segundo Dona Luci Justa, Francisco de Paula Rodrigues tinha grande eleitorado e fez um "convênio" com Franco Rabello. O que exatamente foi negociado em tal transação, não foi possível de ser averiguado. Este "convênio" no entanto, parece ter resultado em maiores privilégios para Paula Rodrigues por parte do futuro governo. A constatação destes privilégios ainda antes das eleições, leva o coronel João Brígido um dos chefes da dissidência oligárquica, a reivindicar a Rabello a formação de um diretório para gerir os negócios políticos do Estado, no qual estivessem representados todos os grupos envolvidos na derrubada da oligarquia. A representatividade deste diretório proposto por Brígido parecia, no entanto, ser apenas parcial, por não incluir os "chefetes" por ele chamados de "incendiários", e "indivíduos com maus instintos que não desejavam uma reforma pacífica". (20.a)

A preferência dada por Rabello a Paula Rodrigues a quem nomeia chefe do partido Rabelista, provoca divisão no seio da dissidência oligárquica em disputa pelo poder. Nesta disputa, a conjuntura parecia favorecer a Paula Rodrigues que, além de estar ligado ao novo governador por antigas alinças familiares, gozava do apoio e simpatia da Associação Comercial, (dada pela pessoa de seu Presidente, o Barão de Camocim) elemento decisivo na nova composição de forças no Ceará. A incompatibilidade e discordância entre Brígido e outros setores do movimento é constatada já nos primeiros dias após a vitória da luta armada e exerce papel fundamental na sua relação com as forças de oposição a Nogueira

Acioly. Sua condenação à greve dos trabalhadores da estrada de ferro Saurité em março de 1912, vai de encontro à posição da Associação Comercial, Fenix Cai-xeiral e do operariado, simpáticos ao movimento. Além disto, Brígido assume em vá-rios momentos postura extremamente elitista ao condenar a proliferação de peque-nos jornais e panfletos e a maior presença dos setores mais populares nos logra-douros públicos, com o fim da oligarquia Acioly.

"É insuportável a liberdade que tem tomado uma parte menos grada da população de promover as-suadas na Praça do Ferreira. Aquilo tem se con-vertido num rendezvous de todos os desocupados da cidade e de muita gente desclassificada que, longe de divertir-se, incomodam os que queiram fazê-lo." (20b.)

Por sua vez, a Folha do Povo, jornal porta voz dos chefetes chama Brígido de "desertor" e acusa-no de conchavar com Thomás Calvante, enviado de Hermes da Fonseca para coordenar a campanha eleitoral do candidato aciolino Bezerril Fon-tenelle. Brígido se defende desta acusação justificando seu vínculo com Thomaz Cavalcante por antigas relações familiares. (20c.)

A posição dos grupos que compunham a dissidência oligárquica, em rela-ção aos demais setores da oposição não é uniforme. Mesmo que todos os chefes ti-vessem como principal objetivo a desobstrução do caminho na ascensão do poder, as estratégias empregadas bem como as circunstâncias de cada um difere substan-cialmente. Enquanto Brígido hostiliza abertamente as pretensões dos chefetes em tomarem parte no novo governo, o Dr. Francisco de Paula Rodrigues, que já tinha seu espaço garantido, busca compor com esta nova força. Paula Rodrigues percebe muito cedo a impossibilidade de qualquer governo dentro da nova conjugação de forças, sem o apoio dos grupos liderados pelos chefetes. Este apoio por sua vez, só se viabilizaria através da abertura mínima de espaço a sua participação na arena das decisões de Estado. E é isto o que parece se dar. Joaquim Sá, Tenente

(20b.) Unitário, fortaleza, 20/07/1912, p.1, 1291.

(20c.) Unitário, Fortaleza, 27/06/1912, p.1, 1287 e 11/07/1912, p.1, 1293.

Correia Lima, Joaquim Rodrigues de Andrade, Francisco Pires de Holanda e João da Rocha Moreira, todos chefetes na luta armada, são apresentados como candidatos aos cargos de deputado estadual pelo partido Rabelista e são eleitos e empossados em janeiro de 1913.(21)

O grupo Acioly por seu turno, após a vitória de Rabello, retira o apoio ao candidato Bezerril Fontenelli e parte para a negociação com o grupo vitorioso (22). A simples vitória nas urnas não garantia a posse do eleito. Dentro das formalidades políticas da Primeira República fazia-se necessário ainda o reconhecimento do sufrágio pela assembléia estadual.

As negociações para o reconhecimento começam: a oligarquia Acioly contava com grande poder de barganha em tal negociação, uma vez que a maioria absoluta da Assembléia Estadual, bem como a bancada cearense na Câmara e no Senado, eram aciolista pois na queda da oligarquia, o único a renunciar foi o próprio oligarca. Além disto, tanto Pinheiro Machado, chefe supremo da maioria situacionista no Senado e o próprio Hermes da Fonseca, apoiavam Nogueira Acioly. O oligarca continuava, pelo menos a nível institucional, como o homem de poder no Ceará e os votos cearenses, importantes na manutenção da maioria do governo federal junto ao poder legislativo, era fator que muito o favorecia.

A dissidência oligárquica entra em acordo com o grupo aciolino em reunião realizada no Rio de Janeiro e que contou com a participação do Dr. Manoel Moreira da Rocha, (correligionário de Paula Rodrigues), Coronel Franco Rabello, Coronel Thomás Cavalcante, Nogueira Acioly e Pinheiro Machado. Com este acordo fica decidido que o Comendador Acioly mandaria seus deputados reconhecer o coronel Franco Rabello Presidente do Estado em troca de alguns cargos públicos e do

(21) GUIMARES, 1947.

(22) Os indícios de que o Coronel Thomás Cavalcante, coordenador da campanha Bezerrilista tramava contra a hegemonia dos Acioly e de que pretendia assumir o controle do P.R.C. no Estado, caso Bezerril saísse vitorioso, contribui com esta atitude. (THEOPHILO; 1914)

direito de indicar os nomes do primeiro e terceiro vice-presidentes (o nome do segundo ficaria a cargo de Franco Rabello) (23) (24)

A adesão ao acordo, por parte do grupo aciolino não é no entanto unânime. Alguns deputados fiéis à candidatura Bezerril se opõem ao reconhecimento do candidato das oposições, comparecendo para votar a seu favor apenas doze dos trinta deputados estaduais, comandados por José Acioly, filho de Nogueira Acioly. Apesar da não verificação de maioria simples, o reconhecimento de Rabello é acatado pelo Governo Federal, que endossava assim o acordo entre Franco Rabello e Nogueira Acioly.

Este acordo é denunciado como traição aos interesses máximos do Estado "por beneficiar de fato apenas as ambições políticas de três ou quatro individualidades que em seu proveito negociam os destinos do povo". ("Um protesto contra o Acordo", Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 04/07/1912, p.2) Estas críticas são feitas por muitos dos mais combativos opositores à oligarquia como são os casos do jornalista Américo Facó e do escritor e também jornalista Antônio Sales, ambos exilados na capital federal devido a perseguições sofridas pela polícia oligárquica do Ceará. Segundo artigo do Jornal A Noite, o único grupo que apoiava este acordo é o chefiado pelo Sr. Paula Rodrigues, uma vez que "toda a bancada cearense, quer de um, quer de outro matiz político, manifesta-se contrária ao acordo, com exceção unicamente do Deputado Federal Manoel Moreira da Rocha", correlegionário de Paula Rodrigues.

O acordo agrava mais ainda as divergências entre os grupos anti-Acioly. Estava mais uma vez evidenciado o caráter extremamente centralizador e elitista da política republicana de então. Toda a mobilização popular contra No -

(23) Franco Rabello toma posse à 14/07/1912.

(24) Unitário, Fortaleza, 4/07/1912, Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 03/07/1912. A Noite, Rio de Janeiro, 03/07/1912.

gueira Acioly, bem como o reconhecimento pelo voto, do candidato da oposição, não eram suficientes para empossar Franco Rabello. Os grupos mais radicais liderados pelos chefetes acusavam o líder da dissidência de submissão aos interesses da oligarquia deposta, condenando qualquer tipo de concessão. Já a cúpula das oposições anti-Acioly, grupo Paula Rodrigues que correspondia à ala mais moderada do movimento, achava irrealista se indispor desta forma com o Governo Federal. Este "conchavo", apesar de provocar grande apreensão e protestos, não constituíam no entanto motivo suficiente para justificar o rompimento dos chefetes com Rabello. Nesta altura, o rompimento com Franco Rabello e a radicalização da luta, significaria o suicídio do movimento, pois era evidente que o Governo Federal, simpático aos Acioly (a quem era grato pelo apoio na eleição de Hermes da Fonseca) buscava pretexto para intervir no Ceará. Desta forma, era preferível aos olhos dos chefetes, reformas tímidas e parciais do que a volta da antiga oligarquia com toda sua fúria de vingança. Além disto, mesmo com o "conchavo", a posição ganha pelos chefetes era irreversível e Rabello em vários momentos vinha demonstrando seu reconhecimento a esta força emergente. Os líderes das camadas médias e populares não tinham outra alternativa senão apoiar o governo Franco Rabello, apesar de discordarem do conchavo. Esta discordância será explicitada meses mais tarde quando do saque e incêndio das residências de membros do grupo Aciolino, por populares enfurecidos.

Dentro das dissidências oligárquicas, João Brígido, que já havia rompido com o futuro governo, passa a criticar de forma muito enérgica o acordo, denunciado como traição. No entanto ao observarmos a ação e as opiniões de Brígido de forma mais acurada, será possível perceber que, mais do que o compromisso com a causa anti-Acioly, o que movia seus atos era seu grande ressentimento com Franco Rabello por este ter escolhido Paula Rodrigues chefe do partido rabelista. O posicionamento de Brígido é marcado por incoerências que levam a crer que sua indignação, antes de ser explicada por convicções políticas e compromissos com

programas de reformas, era movida por conveniências e interesses pessoais. Se nos anos de vigência do Governo Acioly, ele denuncia em seu jornal a proliferação do banditismo no interior do Estado, durante a administração de Franco Rabello chega a negar a existência de qualquer foco de desordem no interior, com o fim único de desacreditar a campanha empreendida pelo novo governo aos grupos armados que intranquilizavam o sertão. O envio de tropas do governo Rabello para o Juazeiro com o objetivo de desarmar e punir cangaceiros protegidos do Padre Cícero, grande aliado de João Brígido no Cariri, parece explicar esta súbita mudança de ponto de vista.

"No interior desenrola-se perseguição atroz contra os nossos amigos, à cata de criminosos que só existem na imaginação, visto que nessas paragens não viceja tal planta que precisa do ar oxigenado das brisas marítimas e do amanho esmerado dos cultores políticos, para atingir a plena florescência". (24.a)

Além disto, em muitos momentos, sua posição entra em contradição com o pensamento que predominava entre as lideranças do movimento anti-oligárquico, o que leva a crer que o único ponto em comum entre Brígido e o restante da oposição a Acioly era a derrubada pura e simples do poder estabelecido. Por exemplo, enquanto a Associação Comercial, os ferroviários e caixeiros condenavam a extrema dependência da economia brasileira ao capital internacional, Brígido defendia estes investimentos alegando que:

"Dar-se-á, com os trabalhos encetados em todo o Brasil, pelo dinheiro e indústria dos estrangeiros, que o povo mesmo que habita esta terra perca a fisionomia que tem agora, por uma transfusão de sangue, de modo que nos aproximemos do ideal que a filosofia moderna vai doutrinando." (ênfase adicional) (20b.)

Esta atitude pode ser explicada a partir das estreitas relações mantidas entre Brígido e os franceses donos da casa Boris Frères, principal firma de exporta -

(24.a.) Unitário, Fortaleza, 04/05/1913, p. 1.

(24.b.) Unitário, Fortaleza, 02/03/1913, p. 1.

ção no Ceará, para a qual trabalhava como advogado.

A oposição de interesses entre comércio de exportação e comércio voltado para o mercado interno, alimentada pela política de desvalorização cambial do Acordo de Taubaté (25) e reforçada pela política fiscal do governo Acioly que sobretaxava as transações estaduais e interestaduais, parecia ser tanto um dos elementos determinantes do confronto entre o governo Acioly e as oposições, como também entre Brígido e o restante do movimento anti-oligárquico. Neste sentido, a prosperidade do comércio interno interessava a diferentes setores, como era o caso dos próprios comerciantes voltados para o consumidor nacional, dos caixeiros, das classes médias e populares em geral e inclusive dos proprietários rurais produtores de bens destinados a este mercado. Este parecia ser também o caso de Paula Rodrigues cuja fortuna se baseava na criação de gado.(26) Brígido por sua vez, pelo seu interesse na casa de exportação Boris Frères, defendia o capital estrangeiro. Desta forma explica-se o fato de a Associação Comercial, composta e dirigida em sua maioria por comerciantes voltados para o consumidor nacional ser um dos principais pontos de atrito com Brígido.

A Associação Comercial do Ceará, bem como os comerciantes de modo geral, tornam-se, após o rompimento de Brígido com Franco Rabello, em dois dos principais alvos de suas críticas. A matéria publicada no Jornal Unitário de 29 de janeiro de 1913 demonstra a discordância que parecia existir entre o posicionamento político de João Brígido e o da quase que totalidade dos comerciantes de Fortaleza.

"Um dos corpos mais afetados da tinha que se apegou à nossa sociedade com o advento da re -

(25) CARONE, 1969: 125.

(26) Segundo Love (1975) e Cunha (1976), os criadores e importadores eram grandemente prejudicados pela política econômica do governo federal voltada para os interesses dos cafeicultores e exportadores. Tal política provocava retração no consumo interno: as regiões produtoras de café, para onde todos benefícios da desvalorização cambial nacionalmente socializada eram drenados, eram as únicas favorecidas por essa política.

pública, mostra ser na Fortaleza, com pequenas exceções. a classe do comércio."

Brígido critica ainda por inúmeras vezes a Associação Comercial do Ceará que, segundo ele, tinha se convertido graças às "manhas" do Barão de Camocim, "em simples instrumento das intrigas do Sr. Paula Rodrigues." (26)

Tudo isto aponta para uma configuração complexa dos grupos políticos que iam se formando após a queda da oligarquia Acioly. Rabello contava com o apoio dos comerciantes, caixeiros, ferroviários e chefetes, o que dava grande estabilidade a seu governo na capital; Brígido, por sua vez, aliava-se aos coronéis do Cariri, a Thomás Cavalcante e ao grupo de Pinheiro Machado no distrito Federal, para tramar a deposição do novo governo. Já os Acioly começam a se sentir lesados em seus interesses após a posse de Rabello: o acordo não parecia ter trazido qualquer benefício político para este grupo. Tanto é que uma das primeiras medidas do novo governo foi a exoneração do Padre Cícero, aliado fiel de Acioly — terceiro vice-presidente do Ceará imposto pelo acordo — do cargo de prefeito de Juazeiro. (27)

Desde o governo de Nogueira Acioly eram muitas as reclamações sobre desordens e crimes praticados por bandos armados na região do Cariri. Este era um dos principais pontos da crítica da Associação Comercial à administração decaída. Neste caso Rabello parece ter optado pelos interesses do setor comercial em detrimento do grupo aciolino. Algumas das principais reivindicações do comércio vinham sendo atendidas por esta administração. A revogação das leis aciolas que sobretaxava os impostos e que vinculava a escolha da presidência da Junta

(26) Unitário, Fortaleza, 29/01/1913, p.1, 1368.

(27) O apoio dado pelo Padre Cícero a jagunços era muito mal vista pela população de Fortaleza e representava para muitos a ameaça do surgimento de um novo "Canudos" em Juazeiro.

Comercial a uma decisão do executivo estadual, são exemplos que evidenciam tal apoio.(28)

Era grande o entusiasmo em Fortaleza em relação ao novo governo. A população da cidade parecia de fato gozar de maior liberdade como demonstram a proliferação de pequenos jornais e panfletos reivindicativos, muitos dos quais cheios de elogios à nova ordem.

"Em vista dos últimos acontecimentos políticos sociais que, ultimamente, se têm desenrolado em nossa terra, sob a égide dignificadora do Cel. Franco Rabello e que tem dado amplos direitos, sólidas prerrogativas a todas as classes e corporações, fazendo com que o cidadão aspire e exteriorise o que realmente sente a sua individualidade; confiados nestes são princípios de justiça e liberdade, é que, hoje vimos, em público, apresentar nossa justa reclamação, concitando a todos os nossos colegas de trabalho — copeiros e cozinheiros de hotéis, cafés e restaurantes, para as reclamações, aliás mui justas, que vamos dirigir aos patrões que são as seguintes: 1) Aumento de 25% sobre nossos vencimentos que são, devido ao trabalho diurno e afanoso, bem pouco remunerado. 2) Depois do almoço, aos domingos, à semelhança do Rio e outros Estados, darem ampla liberdade aos seus empregados. Cifram-se, portanto, nestes dois e únicos pedidos as nossas justíssimas reclamações. (...) (ênfase adicional)
(Panfleto distribuído em Fortaleza entre os anos de 1912 e 1913), microfilmado no rolo nº 44 na Biblioteca Menezes Pimentel, Fortaleza).

Se, por um lado, Rabello privilegia em seu governo o grupo oligárquico dos Paula Rodrigues, sua ascensão não significa no entanto, uma mera substituição de oligarquias no poder. Parece ter havido de fato uma mudança substancial nas regras políticas até então vividas no Ceará.

Rabello parece ter conseguido atender aos interesses mínimos da população, buscando preencher as reivindicações de vários grupos da sociedade civil. A criação do Instituto de Proteção à Infância Desamparada, a reestruturação da

28) Revista Comercial nº 117, Fortaleza, 15/10/1912 p. 1-3.

polícia estadual com o objetivo de torna-lá mais confiável para a população, e a desapropriação de dez mil hectares para implementação, em convênio com o Ministério da Agricultura, de um centro agrícola, para o assentamento de 260 famílias de trabalhadores nacionais, tiveram repercussão bastante favorável junto à população.

No campo da política institucional, no entanto, a estabilidade de Rabello era bastante frágil.(29) Sua indisposição com Padre Cícero, além da não distribuição equitativa dos cargos com a bancada aciolina, conforme o acordo, deixa-no praticamente sem apoio na Assembléia Estadual, bem como na Câmara e Senado Federal. Com o fim de seus mandatos — em dezembro de 1912 — e a proximidade de nova eleição, estes deputados eleitos ainda no governo de Acioly não tinha nenhuma chance de sobrevivência política a não ser através da reversão da situação em seu proveito. A saída encontrada é a convocação de reunião extraordinária da Assembléia Estadual, ainda antes do fim da legislatura, com o objetivo de cassar o mandato de Franco Rabello. O motivo alegado seria a irregularidade verificada quando do reconhecimento de Rabello como presidente do Ceará. Este argumento parecia apresentar sustentação constitucional pois votaram a favor do reconhecimento de Franco Rabello apenas 12 deputados presentes à seção, quando o número mínimo de votos exigido pela constituição era de 16, ou seja, maioria simples.(30)

A convocação da reunião extraordinária da Assembléia provoca grande tumulto e revolta em Fortaleza. Os deputados munem-se de um habeas-corpus, concedido pelo Supremo Tribunal Federal. No dia marcado para a reunião, 9 de novembro de 1912, a Força Federal incumbida de fazer cumprir o habeas-corpus, posta-

(29) Isto é explicado por Fausto (1975) e Morel (1946 85-87) pelo fato de Rabello ter estabelecido uma divisão dentro de seu governo, deixando as questões políticas na incumbência de Paula Rodrigues e encarregando-se apenas da parte administrativa.

(30) A ala Bezerrilista do partido Aciolino, comandada por Thomás Cavalcante que disputava com Nogueira Acioly a liderança do P.R.C. estadual, recusou-se a apoiar o acordo, não comparecendo para votar.

se em frente a assembléia para garantir o ingresso dos deputados. Os chefetes mobilizam a população para impedir a reunião. Franco Rabello envia seu secretário do interior, Dr. Frota Pessoa, à redação da Folha do Povo (Porta voz dos chefetes) com o objetivo de acalmar os ânimos. Frota Pessoa encontra a redação do jornal transformada em verdadeiro arsenal (repleto de rifles, munições, armas de toda espécie e grande quantidade de bombas de dinamite. Pede calma e que seja mantida a ordem pública, que ele se comprometia a resolver o caso a contento de todos. O apelo do enviado do governo é ironizado pelos chefetes que lhe respondem estarem lutando pela conservação da vida, que — uma vez os Aciolys no poder — eles seriam assassinados e Franco Rabello voltaria ao Rio no gozo de sua alta patente, que não cederiam uma linha, nem tão pouco obedeceriam ao che do Estado". (31) Frota Pessoa sai então em busca de alguns deputados reunidos na casa do tabelião Joaquim Feijó.

A esta altura as ruas de Fortaleza já se acham repletas de pessoas armadas e com o comércio de portas fechadas. Comparecem à assembléia apenas três deputados que são vaiados e apedrejados por populares ao abandonarem o recinto. Grande concentração começa a formar-se na Praça do Ferreira. Discursam o Tenente Correia Lima, Emílio Sá e outros líderes.(32) Ouvem-se então gritos vindos do meio da multidão — "às casas desses farsantes!" A massa enfurecida arma-se e dirige-se ao Jacarecanga onde saqueia e incendeia as residências e a fábrica de tecidos dos Acioly. Também o prelo do Jornal Unitário de propriedade de João Brígido e a residência do Coronel Guilherme Rocha são invadidos e depredados.

A agressão à propriedade e o clima de guerra reinantes na cidade, apesar de chocarem as "pessoas que tinham algo a perder", não chega, no entanto, a

(31) THEOPHILO, 1922: 15-16.

(32) MEDEIROS, 1954: 16.

abalar o prestígio e a confiança que o comércio depositava no governo Rabello. Tanto é que a Associação Comercial do Ceará, ao mesmo tempo em que condena o sucedido, expressa votos de apoio ao presidente do Estado que, segundo ela, estava apto para manter a ordem pública.(33) Apesar de discordar formalmente dos métodos utilizados pela população enfurecida para evitar a cassação de Franco Rabello, a Associação Comercial foi um dos órgãos representativos de classe a se manifestarem contra a reunião da assembléia, como mostra o telegrama abaixo, enviado do município de Pedra Branca.

"População município por seu intermédio, aplau de patriótica atitude Associação protestando contra reunião assembléia dissolvida e que constitua elemento desordem atual momento. Saudações Augusto Vieira."(34)

A Sedição do Juazeiro

O fracasso na tentativa de cassação do mandato de Franco Rabello leva as oposições comandadas por João Brígido, e Thomás Cavalcante a tentarem sublevar a oficialidade da polícia estadual para depor Rabello. Este intento é visto desde logo como impossível. A polícia estadual estava com Rabello em sua totalidade, bem como a população de Fortaleza. O plano é descoberto e o Dr. Aurélio de Lavor, um dos líderes do complô, foge para o Juazeiro. Só restava agora para as oposições promover uma sedição no interior do Estado que legitimasse a intervenção federal e a deposição de Franco Rabello. O lugar propício para tal projeto era o Juazeiro, refúgio de jagunços e por isto mesmo um dos principais alvos da campanha anti-banditismo de Rabello. Padre Cícero, chefe deste reduto, era grandemente afetado por tal campanha — e sua grande popularidade entre a população dos sertões limitrofes ao Cariri era ponto favorável — o que o tornava importante aliado das oposições ao governo do Estado. Esta trama é apoiada pelos

(33) Revista Comercial nº 118, Fortaleza, 15/11/1912, p.3.

(34) Revista Comercial nº 119, Fortaleza, 01/12/1912 p. 4.

Acioly que tinham deixado de alimentar esperanças de partilhar com os rabelistas o domínio político do Ceará. O resultado da eleição de janeiro de 1913, totalmente favorável a Franco Rabello — todos os 30 deputados estaduais eleitos eram do seu grupo — é fator importante nesta decisão.(35)

Brígido e Acioly reconciliam-se e resolvem unir suas forças contra o governo do Ceará. A conjuntura do momento parecia favorecer aos insurgentes. No nível federal, Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca estão dispostos a tudo fazer para a derrota política de Franco Rabello. Isto deve-se em parte ao fato de Rabello compor com a coligação de Estados, que reivindicavam um meio mais democrático na escolha do futuro presidente da República. Esta coligação exigia a formação de uma convenção nacional, com poderes de indicar o próximo chefe da nação. Esta posição de iniciativa de Dantas Barreto, presidente de Pernambuco, e apoiada pelos Estados de São Paulo, Minas, Rio, Bahia, Alagoas e Ceará, e contrária à praxe eleitoral, que era a da escolha ser feita pelo P.R. Tal atitude de Rabello foi decisiva em seu relacionamento com o governo federal a partir de então. Pinheiro Machado, pretendente ao cargo de presidente da República, não poderia jamais perdoar o governo do Ceará por ter contribuído para a obstrução de tal pretensão.

Após o lançamento da candidatura Wenceslau Braz, os Estados de São Paulo e Minas voltam atrás, deixando os Estados mais vulneráveis, à mercê das punições federais. À entrada do Ceará na coligação se opôs o Deputado Manoel Moreira, por considerá-la um grande erro político, pois o Ceará era um Estado pobre e com um único representante no D.F. (o deputado Manoel Moreira), já que os outros rabelistas eleitos haviam aderido a Pinheiro Machado. Theóphilo diz que neste período foi grande a pressão do governo da união nos Estados ligados, demitindo funcionários federais simpáticos a estes governos e subornando os representantes destes Estados na Câmara e no Senado, na intenção de dissuadi-los da oposição a Pinheiro Machado.

(35) LOURENÇO FILHO, 1926: 119.

As forças de oposição a Rabello estavam definidas. João Brígido, Aurélio de Lavor e Floro Bartolomeu, líderes dos insurretos, em reunião com Pinheiro Machado no Rio de Janeiro, decidem só fazer explodir o movimento em data posterior ao recesso do Congresso Nacional, ou seja, após dezembro de 1913.

"A luta contra o governo legal do Ceará necessitava mascarar-se, por algum tempo e justificar-se depois de qualquer forma".(36)

O não funcionamento do poder legislativo daria maior autonomia ao movimento. O fracasso da tentativa de mobilização da opinião pública contra Rabello feita por Brígido em seu jornal, a descoberta do complô, a apreensão de algumas armas e bombas de dinamite na casa do Dr. Aurélio de Lavor e a interceptação de carta de Brígido para o Padre Cícero, pedindo para esperar novas instruções, precipitam no entanto a sedição do Juazeiro.

O Padre Cícero dá início às hostilidades a 9 de dezembro de 1913, depondo as autoridades constituídas de sua povoação e desarmando o pequeno contingente da força pública ali estacionado. Em seguida, dá posse a Floro Bartolomeu como novo Presidente do Estado. Floro Bartolomeu confiante em suas novas atribuições transfere, por decreto, a capital do Ceará de Fortaleza para o povoado de Juazeiro. Todos estes atos não eram sequer publicados em jornal. O governo federal no entanto, mantinha-se informado de tudo o que acontecia em Juazeiro, pois o telégrafo nacional havia sido franqueado pela presidência da República para qualquer despacho do novo governo do Juazeiro.

Ao saber dos acontecimentos em Juazeiro, vinte e quatro horas depois, o governo legal do Estado embarca, em trem especial, toda a força da polícia estadual sediada na capital, num total de 500 praças, para a estação terminal da rede ferroviária, em Iguatú, a 400km de Fortaleza e a 180 do Juazeiro. Não fica

(36) LOURENÇO FILHO, 1926: 119.

va em Fortaleza um só homem da guarda do presidente do Estado o que atesta a confiança que Rabello tinha no apoio da população.(37) O trecho abaixo transcrito demonstra a grande popularidade que gozava o presidente do Ceará.

"No dia em que seguiu o Batalhão Militar, a sociedade "Deus e Mar", composta de pescadores e trabalhadores da praia, mandou ao palácio do Governo o seu presidente dizer a Franco Rabello o modo de sentir da classe. Chegando o enviado à presença do Presidente do Estado, ajoelhou-se, tomou-lhe a mão beijando-a, e disse "Duzentos homens do mar, meus companheiros, estão ao lado de V.Exa. na defesa de quem juram morrer". Este juramento todo espontâneo e solene, foi cumprido com uma lealdade de assombrar. O governo, desse dia em diante, estava mais bem guardado pelo povo do que pela sua milícia. O tiro 38, sob a presidência do farmacêutico João da Rocha Moreira, um dos chefes do movimento de 24 de janeiro, foi um dos grandes fatores da guarda de palácio. Os operários da Estrada de Ferro do Baturité, tendo a frente o Sr. João Gomes, iam à noite, por turmas, guardar a seu querido presidente como o chamavam. Os artistas, os carroceiros, os trabalhadores da rua davam também contingentes para aquela guarda nobre. Moços das melhores famílias, empregados do comércio, negociantes a noite lá iam, de carabina ao hombro, fazer sentinela nas cercanias da casa do governo. Era edificante o civismo daquela gente. Patrulhas volantes, de populares, rondavam depois de dez horas da noite a cidade e os seus subúrbios.(38)

De Iguatú as tropas seguem para o Crato, segundo centro comercial em importância do Estado e grande reduto rabelista, distante 15 quilômetros do Juazeiro. De lá, com reforços em homens e armas, é organizada a operação contra os jagunços do Padre Cícero. Começa então a marcha para o Juazeiro e o cerco ao povoado. Já no caminho as forças rabelistas são surpreendidas por ataques de grupos esparsos de jagunços que conhecedores do terreno, se movimentam com desenvoltura por entre a mata. A "Meca" do Padre Cícero encontra-se defendida por

(37) LOURENÇO FILHO, 1926: 121-122.

(38) THEOPHILO, 1914: 52.

profundo fosso apinhado de homens em armas. A expectativa inicial de que a cidade se renderia em poucas horas vai aos poucos deixando de ter sentido com a constatação dos fatos. A grande afluência de homens armados vindos das mais variadas localidades do sertão nordestino, — sendo alguns ex-combatentes em Canudos — as táticas de guerrilha aí empregadas, além da ajuda em armas, munições e "cabras", recebida do Governo Federal, através da Paraíba, foram fatores que impossibilitaram a tomada do povoado.

Após horas de cerco e com as munições quase exauridas, às cinco horas do dia 20 de dezembro, o comandante Alípio reúne-se com seu estado-maior. Decide-se então pela retirada para o Crato, até que mais munição chegasse de Fortaleza.

As tropas da polícia estadual permanecem no Crato por quase um mês aguardando mais armas, munições e homens. As razões da demora devem-se a espera de ajuda remetida, a pedido de Franco Rabello, pelo General Torres Homem, inspetor militar no Recife. Torres Homem envia ao Presidente do Ceará cem mil cartuchos mauser, junto com votos de vitória das forças legais.

A segunda investida contra o Juazeiro é igualmente infrutífera. Depois de um cerco de sete dias (16 a 23 de janeiro de 1914), o novo comandante das tropas, capitão Ladislau Lourenço de Souza, resolve atacar o povoado apesar de muitos membros de seu estado-maior preferirem manter o cerco e esperar a rendição dos rebeldes pela fome. A investida é um fracasso e as tropas novamente se retiram, desta vez para Barbalha, cidade próxima dali. Os sediciosos partem então para a ofensiva. Invadem o Crato e saqueiam e incendiam as principais casas de comércio e as residências de rebelistas. Um enorme comboio com o material pilhado ocupa a estrada na direção do Juazeiro.

A estas alturas o ânimo das tropas rabelistas estava bastante abalado. Composta em sua maioria por sertanejos, estes se mostravam sensíveis ao "santo do Juazeiro". O boato de que Nossa Senhora das Dores havia aparecido ao Padre

Cícero e dito que nenhuma bala seria capaz de ferir aos soldados do Juazeiro e que aquele que por ventura fosse morto ressuscitaria em três dias, enchia de entusiasmo os rebeldes e de desânimo e medo a força legal.(39).

As tropas do Coronel Ladislau se dispersam em Barbalha, que é invadida pelos insurretos. Daí por diante o governo Rabello tem grandes dificuldades em enviar reforços para o Sul do Ceará. O governo federal havia transferido de Fortaleza oficiais do Exército favoráveis a Franco Rabello, proibido o desembarque de munições no porto da capital do Estado e o uso da estrada de ferro para transporte de armas e tropas, num claro posicionamento em favor dos revoltosos.

A partir de então os saques às cidades a margem da estrada de ferro Baturité se sucedem. Primeiro é Iguatú que, apesar de reistir por algum tempo, é obrigada a render-se por falta de reforços. Quixeramboim, Quixadá, Baturité, Redenção e finalmente Maranguape são invadidas pelos homens do Padre Cícero que demandam a capital.

"As malta de criminosos não trazia bagagem, nem trem de espécie alguma. Dormia no chão ao relento, e se alimentava do que ia roubando pelas estradas. Em caminho, praticava toda sorte de depredações, abrindo cadeias e soltando criminosos, que a seu bando se incorporavam para juntos, "pacificarem o Ceará!... "Era a este bando de ladrões, de malfeitores, quase na sua totalidade de outros Estados, especialmente da Paraíba, que o governo chamava "revolucionários" e à sedição - movimento político.(40)

Apesar dos apelos do governo estadual, da população e em especial da Assembléia Comercial do Ceará, a força federal nada fez para deter e desarmar os jagunços.

"Associação Comercial (...) apela vosso senti

(39) LOURENÇO FILHO, 1926: 128.

(40) THEÓPHILO, 1914.

mentos brasileiro qualidade mais elevado posto honrado Exército Nacional garantia segurança interna externa Paiz não consideréis Ceará desmembrado comunhão nacional sem direitos assistência poderes públicos tão somente vítima interesses inconfessáveis politicagem criminosa eviteis dolorosa exceção negando auxílio restabelecimento ordem paz zona conflagrada quando casos idênticos semelhantes alguns menos graves tiveram auxílios Estados Paraíba, Amazonas, Sergipe, Bahia, Paraná, Santa Catarina mesmo por simples iniciativa generais chefes distritos militares ao passo que inspetor Ceará, General Lino Ramos militar vossa confiança honesto disciplinado imparcial precisa autorização Ministério mais simples providências", (...) trecho de telegrama enviado pela Associação Comercial do Ceará para o Presidente Hermes da Fonseca, após reunião do comércio de Fortaleza no dia 4/02/1914, assinado por 137 donos das mais importantes casas da praça.

O apoio do Governo Federal à sedição do Juazeiro gera enorme crise nos meios militares. Oficiais do Exército no Rio e em Fortaleza, vinham-se manifestando a favor do situacionismo no Estado, sendo inúmeros os casos de pedidos de demissão ou transferência de oficiais simpáticos a Franco Rabello, pelo Governo Federal, no Estado do Ceará. As tropas do Exército no Ceará, comandadas desde 18 de fevereiro de 1914 (após transferência de seu antecessor) pelo General Setembrino de Carvalho, homem da inteira confiança de Pinheiro Machado, assistem o cerco que os jagunços do Padre Cícero preparam para Fortaleza sem nada poder fazer.

Em fins de fevereiro, vinte e oito oficiais da guarnição do Exército sediada em Fortaleza, telegrafam ao Clube Militar do Rio de Janeiro, declarando apoio ao Presidente do Ceará. Também o Coronel Franco Rabello envia telegrama ao Clube Militar afirmando ter sido empossado pela vontade do povo e sofrer perseguições do governo Federal por se recusar a sujeitar-se à vontade de Pinheiro Machado.(41) Os comentários de então são de que dois terços dos oficiais do Clu

(41) CARONE, 1974: 290 e o Estado de São Paulo, 01/03/1914.

be Militar eram favoráveis a Franco Rabello. No dia primeiro de março, o Clube responde a estes telegramas comunicando que se reuniria no dia quatro para deliberar sobre a questão do Ceará. Uma moção de apoio a Franco Rabello é elaborada no dia dois para ser votada na reunião do Clube Militar.

Os atos parciais de Hermes da Fonseca em relação ao Ceará geram grande revolta também no seio da opinião pública da capital da República. Os princi - pais jornais cariocas divulgam os telegramas enviados pela Associação Comercial do Ceará, bem como artigos condenando os desrepeitos praticados pelo Governo da União contra as leis federativas do Brasil. No Senado, Rui Barbosa, Irineu Ma - chado, Edmundo Bittencourt, Macedo Soares, Caio Monteiro de Barros e outros, cri - ticam em discursos inflamados no congresso nacional a parcialidade de Hermes da Fonseca.

O clima de agitação reinante tanto nos meios militares quanto civis do Rio de Janeiro, servem de argumento para que o Marechal Hermes decrete estado de sítio para o Rio de Janeiro, Niterói e Petrópolis no dia quatro de março. A reu - nição do Clube Militar marcada para este dia não mais se realiza. Os periódicos, o Correio da Manhã, O Imparcial, A Época, A Última Hora e o Malho são fechados. Muitos militares e parlamentares, entre eles Menna Barreto (ex-Ministro da Guer - ra de Hermes da Fonseca), General Taumaturgo de Azevedo e General Feliciano Men - des de Moraes são presos.(42) Rui Barbosa e Irineu Machado fogem para São Paulo e no Ceará os vinte e oito oficiais redatores do documento do Clube Militar são detidos. Franco Rabello fica então isolado e Fortaleza cercada pelos jagunços , enquanto o Catete o pressiona para que renuncie. É decretado estado de sítio para o Ceará no dia dez de março. Franco Rabello permanece no governo do Estado até o dia 14, quando renuncia. O General Setembrino de Carvalho é empossado co - mo interventor e inicia sem grandes dificuldades o desarmamento dos jagunços que

(42) CARONE, 1974: 292:

são mandados de trem de volta para o sul do Ceará.

As consequências políticas da sedição do Juazeiro não foram as previstas para seus promotores. Segundo Lourenço Filho, o Governo Federal esperava uma ação fulminante dos rebeldes, pois julgava que o levante no Cariri se estenderia à capital do Estado. A população de Fortaleza bem como as principais cidades do Estado mantiveram-se no entanto firmes no apoio ao governo legal até o último momento. Outro fator que dificultou a ação mais enérgica e desenvolta do Governo Federal, foi a antecipação das hostilidades dos sediciosos, que só pretendia iniciar o movimento após o recesso parlamentar. O início da sedição com o congresso em funcionamento, bem como a campanha de mobilização da opinião nacional, promovida pela Associação Comercial do Ceará, foram fatores fundamentais no aumento do fôlego de Franco Rabello na resistência aos jagunços. Com a questão do Ceará transformada em questão nacional, a decretação de intervenção federal no Estado teria de estar muito bem fundamentada.

"Associações Comerciais da Bahia, Alagoas, Pará, São Paulo, Belo Horizonte e Pernambuco, 13/12/1913. — Alguns políticos felizmente não cearenses (43) e sem prestígio das classes cultas da sociedade, procuram a plebe fanática que ouve ao Padre Cícero do Juazeiro.

Este sacerdote que é um vaidoso político, sempre se mostrou um rebelde, sendo por isso repudiado pela sua própria Igreja, e, suggestionado pelo grupo que se diz apoiado pelo Governo Federal, pretende levantar novo Canudos.

O Governo do Estado, fortemente prestigiado pelo comércio e todas as classes, sem receiar inimigos nem boatos de intervenção federal, fez seguir o único Batalhão Militar de que dispunha e conta elementos próprios a fim de manter ordem; entretanto, esta Associação, compreendendo os grandes interesses comerciais que tem vos sa praça neste Estado, toma o alvitre de pedir

(43) Refere-se ao Dr. Aurélio de Lavor piauiense migrado para Fortaleza após diplomado, ao médico Floro Bartolomeu baiano de nascimento com alguns anos apenas de residência em Juazeiro do Norte e finalmente a João Brígido, filho de cearenses mas nascido num navio no litoral do Espírito Santo, e vindo para o Ceará ainda criança.

o vosso auxílio, lembrando que deveis solicitar o apoio do governo do vosso Estado ao nosso governo, para que este, facilmente, e sem perdas materiais, vidas, possa normalizar esta situação motivada somente pelo apoio que os fanáticos julgam ter do Governo Federal. Cordiais saudações. - Associação Comercial do Ceará." (Telegrama publicado na Revista Comercial, Fortaleza, 01/01/1914).

Ao longo do período em que se dá o movimento sedicioso, a Associação telegrafia para inúmeras associações, órgãos de imprensa e autoridades constituídas, tentando mostrar os riscos que a ordem do Estado corre em vista das ameaças dos fanáticos do Padre Cícero. Recebem telegramas da Associação Comercial do Ceará, entre outras, a Federação das Associações Comerciais Brasileiras, Associações Comerciais da Bahia, Alagoas, Pará, São Paulo, Belo Horizonte e Pernambuco, Presidente Hermes da Fonseca, General Pinheiro Machado vice-presidente do Senado, Dr. Sabino Barbosa, presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Lauro Muller, Ministro do Exército e os periódicos Correio da Manhã, Jornal do Comércio, Época, Imparcial, República, Noite e Gazeta de Notícias, todos jornais da capital federal.

Ainda antes da eclosão do movimento sedicioso do Juazeiro, a Associação Comercial, motivada por apelos de comerciantes da região do Cariri que se sentiam ameaçados pela grande aglomeração de jagunços no Juazeiro, tenta através de telegrama dissuadir o Padre Cícero de levar em frente sua empreitada. A troca de telegramas entre a Associação Comercial e o Padre Cícero mostram a grande apreensão da classe comercial em relação à revolta iminente, bem como a determinação do Padre Cícero em levar adiante seus propósitos.

"Reverendíssimo Padre Cícero Romão Batista. — Juazeiro - 9/12/1913.

A Associação Comercial tem recebido telegramas diversos dessa zona, afirmando haver ajuntamento nessa vila de elementos subversivos ordem. Esta Associação acha impatriótica qual quer tentativa deposição Governo atual que se acha fortemente aparelhado para abafar qualquer movimento, estando francamente prestigiado comércio e demais classes conservadoras Estado. Somente depois incalculáveis prejuízos materiais, vi -

das, haveria possibilidade mudança situação, sendo que, em qualquer hipótese, esses prejuízos recairiam especialmente sobre o comércio e V.Exc., cujo prestígio procuram explorar. Assim, esta Associação convida-lhe a meditar na sua grande responsabilidade momento e apela seus sentimentos pacíficos, humanitários, confiando não consentireis que o nome de V. Exc. sirva de bandeira a movimentos armados, mandando com o seu prestígio dissolver esses ajuntamentos sediciosos que estão perturbando o comércio, e o lar das famílias dessa zona. — Respeitosas saudações. -- Associação Comercial do Ceará."

"Juazeiro. 10/12/913. Admira-me ilustre Corporação falando-me sobre telegrama desta zona comunicando ajuntamento aqui elementos subversivos ordem com fim deposição governo atual! O qual segundo afirma se acha fortemente aparelhado para abafar qualquer movimento; convida-me meditar sobre a minha grande responsabilidade e ordenar dissolver todo ajuntamento, dando-me entender que estou frente alguma reação armada contra mesmo governo. Quero crêr que ilustre corporação, igualmente presidente Estado ignoram por completo gravíssima situação governo todo o interior Ceará, consequência violências, desatinos praticados prepostos governistas. Nesse sentido com lealdade, franqueza, em carta reservada escrevi Coronel Franco Rabello pois ao contrário que pensa ilustre Corporação, está todo sertão alastrado intensa reação que meu ver governo não poderá jugular tão facilmente como supõe. A causa eficiente tão grave situação tem sido irreflexão partido dominante. Como amigo paz, ordem que sempre fui, continuarei ser voluntariamente. Tenho esforçado-me para tudo evitar, porém, contrangido afirmo não mais poder interromper evolução movimento reacionário que noto propagar-se intensamente devido abusos, arbitrariedades cometidas prepostos atual governo. A situação não mais permite esforços predomínio interesses políticos, porque está em risco vida cearense já por demais sacrificada.

Urge no momento máxima prudência muita reflexão para uma sábia solução que salve Coronel Franco Rabello de graves responsabilidades, além das que já tem, bem como ilustre Corporação, classes conservadoras e famílias cearenses irremediáveis. Assim externo-me cumprindo meu dever e peço ao mesmo tempo que ilustre Corporação refletindo melhor não me julgue capaz de chefiar revolução, nem consentir que meu nome sirva de bandeira movimento armado. — Respeitosas saudações. Padre Cícero Romão Batista."

"Reverendíssimo Padre Cícero Romão Batista. 11/12/1913 — Juazeiro.

Da leitura do seu telegrama se depreende que V.Exc. está susgestionado espíritos maléficos que procuram arrastá-lo a uma situação gravemente comprometedora.

Como não ser V.Exc. o responsável pelo que ali ocorre, quando sua residência serve de abrigo a inimigos rancorosos do governo e que sem o apoio das classes cultas Estado, foram aliciar no interior bandos de fanáticos que ouvem V.Exc.? Há po-

rém engano de sua parte em supor que Juazeiro e os fanáticos sejam o Estado do Ceará. Continuando V.Exc. a seguir o caminho traçado, sem dúvida passará à história como um segundo Antônio Conselheiro.

O governo não pode nem deve crusar os braços ante fatos têm-se desenrolado aí, pois que o comércio se sente prejudicado com a posição assumida por V.Exc." (...) (44)

A estes telegramas seguem-se mais dois de cada uma das partes, em tons ainda mais graves, ficando o último sem resposta do Juazeiro.

Cada um dos interlocutores tenta mostrar sua visão do problema em questão. O Padre Cícero defende a sedição do Juazeiro como uma revolta anti-Rabello, espontânea e generalizada do interior do Estado. Já a Associação Comercial, que restringe as dimensões de tal movimento aos limites do povoado do Padre Cícero, afirma que o Juazeiro e os fanáticos não são o Ceará e que esta rebelião tem como patrocinadores a oposição ao governo do Estado comandada por Brígido, Aurélio de Lavor e Floro Bartolomeu.

Com o desenrolar da luta os fatos favorecem os argumentos da Associação Comercial. A sedição esteve restrita ao Juazeiro, para de lá marchar contra Fortaleza. Além disto não se verifica a sublevação de nenhuma outra vila ou cidade do Estado para apoiar a sedição.

No entanto, se a afirmação da Associação comercial era correta, também sua recíproca era verdadeira, pois o Ceará não se restringia tampouco ao âmbito urbano e às suas "classes cultas". Para Morel (1946:86) este é um dos equívocos cometidos por Rabello. Segundo ele, a campanha anti-banditismo de Rabello e a exoneração do Padre Cícero do cargo de prefeito do Juazeiro — para puní-lo por dar abrigo a cangaceiros — foi fatal a seu futuro político. Os dados por mim levantados não permitem afirmar que a administração Rabello privilegiou o setor

(44) Revista Comercial, 01/01/1914.

comercial em detrimento dos interesses agrários. No entanto, pode-se concluir, que sua gestão foi altamente favorável aos comerciantes, comerciários e grupos urbanos de modo geral. Mesmo no Cariri, região infestada de canga-ceiros, e por isto mesmo principal foco da campanha anti-banditismo do gover^{no} estadual, a população das principais cidades mantém-se fiel a Franco Rabello. Os maiores prejudicados com a administração Rabello, além de Brígida, dos Acioly e de outros políticos, são alguns coronéis do Cariri que veem nas incursões da polícia estadual pela região uma ameaça a seus exércitos parti^{culares}.

A derrota de Rabello e conseqüente desmantelamento das novas lideranças surgidas com o movimento de deposição de Nogueira Acioly, põe fim à tentativa das camadas médias de Fortaleza — e em especial à das classes co^merciais — de alterar a ordem política da Primeira República. Todo este e^pisódio, no entanto, ajuda a compreender a dinâmica sócio-política das popu^{lações} urbanas no Brasil do início do século e suas especificidades regio^{nais}.

C O N C L U S A O

O desempenho dos setores intermediários na luta contra a oligarquia cearense, vem demonstrar a impossibilidade em se aplicar de forma generalizada uma das teorias mais utilizadas para explicar a prática política das camadas médias na Primeira República. Esta teoria, de que a moderação e a ação tutelada foram uma constante na atuação destes grupos pode corresponder ao ocorrido em muitos momentos, ou muitas regiões, mais não a todos. Isto sugere que a estratégia preferida por um segmento social em sua ação política não se constitui em traço inalterado e intrínseco a ele. A importância de fatores circunstanciais de natureza política e social serão fundamentais na determinação do tipo de ação de que um grupo lançará mãos para atingir seus fins.

No caso do Ceará, a fragilidade e pouco dinamismo de sua economia, e a excessiva centralização e exacerbação da intromissão do governo oligárquico na vida cearense, terão papel fundamental na luta política que culminará com a derrubada de Nogueira Acioly.

A reduzida geração de riquezas e oportunidades, em um Estado constantemente assolado pelas secas e dominado por latifúndios improdutivos (fonte geradora de grande poder político e de pouca produção de bens), faz com que uma das principais fontes de rendas e recursos garantidos e constantes seja a máquina do Estado em seus vários níveis. A luta pelo controle do governo, que se constituiu num dos principais focos das atenções das elites na Primeira República, assumirá no Ceará conotações dramáticas dado a sua frágil economia.

Desta forma, muito mais do que os interesses agrários propriamente ditos, o que caracterizará a ação da oligarquia cearense será o seu enorme empenho em garantir a continuidade do controle do governo do Estado em suas

mãos. (1) Os interesses de classe das elites políticas cearenses serão, pois, norteados muito mais pelo consumo do que pela produção. Em outras palavras, mais do que o desenvolvimento e dinamização de empreendimentos geradores de riqueza e poder, o que norteará a ação das elites locais será a captura de uma fonte segura de renda que garanta os ideais consumistas destes grupos.

A oligarquia implantada no poder tinha como principal origem de seus rendimentos, os recursos federais e estaduais captados através de ordenados e de outros expedientes acessíveis aos que monopolizavam o poder. É pois compreensível que a fonte de recursos representada pela administração pública em um Estado pobre como o Ceará, levasse os donos do poder estadual a tentarem se perpetuar nesta posição e a tirarem dela todos os proveitos para si e seus familiares. A quase que totalidade dos cargos públicos do Ceará era ocupada por parentes de Nogueira Acioly que chegavam a preencher até três funções simultâneas.(2) Para os setores médios postulantes a cargos administrativos no governo, tal situação gerava muita revolta, ao verem frustradas sua expectativa de utilizarem seus títulos de profissionais liberais.

A exacerbação desta mentalidade patrimonialista assumida pelos administradores locais, que perdiam a dimensão da função pública do Estado tão defendida pelas camadas intermediárias em seu ideário, acaba por interferir de forma negativa no setor comercial, responsável junto com o Estado, por grande parte dos empregos e renda acessíveis aos setores médios de Fortaleza. A não sincronia de interesses entre governo e comércio evidenciada pela sobretaxação das atividades econômicas leva este setor da economia a abrir campanha acirrada contra a oligarquia estadual.

Os anseios dos setores intermediários — geralmente dispersos e individualizados — encontram condições para se aglutinarem em uma ação política

(1) O oligarca cearense ascendeu ao poder através do casamento com a filha do principal líder do Partido Liberal no Império, o Senador Pompeu e não possuía qualquer riqueza além de seu título de bacharel.

(2) JANOTTI, 1981: 65.

coletiva neste momento de crise. A luta anti-oligárquica que passa a se desenvolver no seio da República Velha patrocinada por setores militares, além da mobilização da Associação Comercial do Ceará e Fenix Caixeiral, na defesa de seus interesses de classe criam as condições necessárias para a organização desta luta.

Os jornais de oposição, mantidos por dissidências oligárquicas, apresentam-se como veículo privilegiado na difusão do pensamento de oposição. Para crescer para estes jornais são arregimentados bacharéis, intelectuais e outros profissionais dos setores médios igualmente descontentes com a conjuntura vigente e que se aproveitam deste espaço para difundir suas reivindicações e críticas.

O total controle do processo eleitoral pela oligarquia e a falta de perspectiva na alteração do quadro político estadual pela via institucional, leva os setores médios de modo geral — e a ala comercial deste segmento em particular — a optarem pela luta armada como último recurso na defesa de seus interesses ameaçados pela situação de então. As constantes crises que se verificam na relação dos chefetes, líderes dos setores médios nas lutas de rua, e as dissidências oligárquicas é fator que evidencia a inexistência de um ajustamento incondicional das categorias sociais intermediárias aos interesses destas dissidências. Um exemplo disto é a grande comoção e protestos provocados pelo conchavo entre Paula Pessoa e a oligarquia deposta, como meio de garantir a posse do novo governo. Além disto, a recusa dos chefetes de acatarem o pedido de deposição de armas feito pelo novo governo estadual, no momento em que a ala aciolina da assembléia rompe o conchavo e tenta cassar o mandato de Franco Rabello, reforça a impressão de relativa autonomia que os setores médios representados aqui pelo pequeno e médio comércio teriam.

Os setores médios parecem ter deixado neste momento de se comportar como estrato de classe, assumindo uma identidade própria. Como foi observado anteriormente, a idéia apresentada por Thompson (3) sobre o conceito de classe social

(3) THOMPSON, 1963.

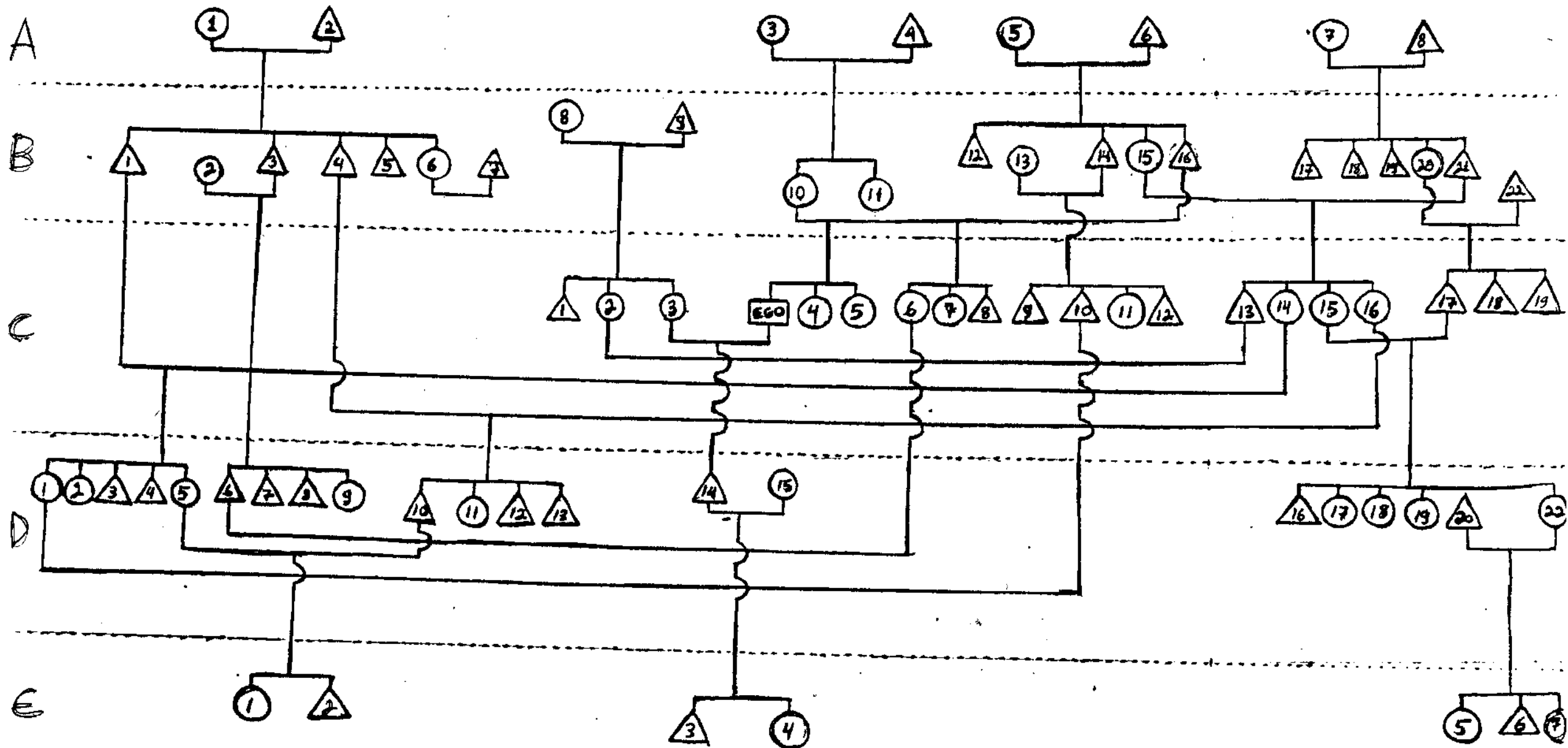
é de grande conveniência na compreensão do desempenho dos setores médios no período aqui em estudo. Para ele as classes só podem ser definidas enquanto tal se forem levados em conta, além das relações de produção, as variáveis "relação histórica" e "consciência de classe". Em outras palavras, a consciência de classe, que é segundo ele a forma pela qual as experiências vividas ao nível das relações de produção são captadas em termos culturais, não seria a mesma para o mesmo grupo social em diferentes momentos. As circunstâncias conjunturais é que determinariam uma maior ou menor identidade e coesão entre os membros de um grupo social. A política fiscal e o abuso do poder por parte do governo — além dos princípios democráticos replublicanos, partilhados então pelas populações urbanas alfabetizadas do país — se constituirá, pois, no elemento aglutinador a partir do qual uma possível consciência de classe teria se constituído neste momento, junto a este segmento social.

Desta maneira, a idéia de Thompson parece confirmar-se com este estudo. Para ser mais claro, a ação de um estrato social não pode ser explicada, ou prevista, unicamente através de sua posição na estrutura de produção. As circunstâncias e especificidades históricas exercerão sempre papel fundamental na ação dos grupos componentes da sociedade e em especial no seu comportamento político.

A P E N D I C E

I E II

GENEALOGIA SIMPLIFICADA DE RODOLPHO THEÓPHILO



A P E N D I C E I

Primeira Geração

- 1.A Antônio Gonsalves da Justa - Português, grande proprietário na Serra de Aratanha (Pacatuba).
- 2.A Maria Neta da Justa.
- 3.A Maria Sarmento.
- 4.A Cláudio Mendes Sarmento.
- 5.A Isabel Gaspar de Oliveira.
- 6.A Manoel José Theóphilo - Negociante português radicado em Fortaleza.
- 7.A Josephina Rodrigues da Silva.
- 8.A Albano da Costa dos Anjos.

Segunda Geração

- 1.B Antônio Gonsalves da Justa - Foi Tenente Coronel Comandante do Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional em Fortaleza, por decreto de 28 de novembro de 1868, 5º vice-presidente da Província por Condecoração Imperial de 26 de julho de 1872, Juiz de Paz, por muitos anos vereador da Câmara Municipal de Fortaleza e seu presidente de 1869 a 1876, Deputado Provincial e comerciante de grande importância. (STURDAT, vol.I, p. 94).
- 2.B Engrácia de Paula - A ela Theóphilo atribue sua aproximação com Henrique Gonsalves da Justa, ("que foi na vida o meu maior amigo, a quem devo em parte o que sou e também a formação do meu caráter. "THEÓPHILO, 1905:71) pois Engrácia convence o marido a convidar Theóphilo a convalescer de uma bronquite em sua propriedade na Serra de Aratanha. "Moça de uma família muito pobre, mas muito virtuosa, que fora nossa vizinha e muito protegida por meu pai." "O serviço que ela queria me prestar era feito à memória de seu amigo, de seu médico, de seu protetor." (THEÓPHILO, 1905:71).

- 3.B Henrique Gonsalves da Justa (1830-1879) - Grande proprietário na Serra de Aratanha (Pacatuba), "pessoa abastada e de posição social" (THEOPHILO, 1905:71). Intercedeu junto ao patrão de Theóphilo (o Barão de Aratanha), para que este tivesse permissão de deixar a casa comercial onde trabalhava para fazer os exames preparatórios e ir estuar Farmácia na Bahia. Além disto, Henrique Justa conseguiu junto à Assembléia Provincial uma subvenção de quinhentos mil réis anuais para Theóphilo estudar Farmácia, empréstimo que deveria pagar depois de formado.
- 4.B José Antônio da Justa (1832-1886) - Estudou na escola de Grignon na França. Fez parte da Câmara Municipal de Pacatuba e foi deputado provincial em dois biênios, sendo presidente em duas sessões. (STUDART, II, 59). "Rodolpho era muito amigo do meu avô, quando a família ia para a casa de praia do Meireles, o Rodolpho sempre ia junto e tinha um quarto reservado prá ele lá." (Luci Justa, neta de José Antônio da Justa).
- 5.B Luiz Gonsalves da Justa.
- 6.B Maria Gonsalves da Justa.
- 7.B Luiz Seixas Correia - Grande negociante e Comendador.
- 8.B Henriqueta Hermínia Cabral.
- 9.B Antônio Cabral de Mello - Comendador e proprietário de terra na Serra de Aratanha (Pacatuba).
- 10.B Antônia Sarmento.
- 11.B Guilhermina Sarmento
- 12.B José Theóphilo Rabello.

Terceira Geração

- 1.C José Wellington Cabral de Mello (1856-?) - Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 18 de setembro de 1883.
- 2.C Maria do Carmo Cabral.
- 3.C Raimunda Cabral.
- 4.C Floresbela Theóphilo.
- 5.C Flora Theóphilo.
- 6.C Laura Theóphilo.
- 7.C Júlia Theóphilo.
- 8.C Afonso Theóphilo.
- 9.C Raphael Theóphilo. Trabalhou com Rodolpho Theóphilo como caixeiro, na loja do Barão de Aratanha.
- 10.C Manuel Theóphilo Gaspar de Oliveira (1849-1894) - Político de prestígio , foi caixeiro na Casa Justa, casando-se com Maria Luiza, filha do seu patrão, comerciante antônio Gonsalves da Justa, de quem herdou o importante estabelecimento comercial de exportação e importação. Morreu em 1894 vítima de lesão cardíaca ao receber o comunicado da falência da casa comercial. Esta falência deu-se, segundo Lucí Justa, sua sobrinha afim, devido a grande baixa no preço do algodão no mercado europeu e aos altos preços que seu tio teve de pagar pela armazenagem da mercadoria em armazém na França, à espera de uma recuperação no preço do produto.
- 11.C Maroca Theóphilo.
- 12.C José Tiburcio Theóphilo (1843-1868) - Farmacêutico formado pela Faculdade de Farmácia do Rio de Janeiro a 4 de dezembro de 1866. Morreu a 7 de abril de 1868, vítima de uma explosão

quando preparava porção de opodeldoch na farmácia que ia abrir na Praça do Ferreira.

13.C Juvenal Galeno da Costa e Silva (1836-1931) - Poeta. Acompanhou seu tio Marcos Theóphilo (pai de Rodolpho Theóphilo) quando este mudou-se para Aracati para lá exercer a profissão de médico em 1850. Foi Deputado suplente pelo círculo de Icó em 1859. Exerceu até 1908 a função de bibliotecário público em Fortaleza, cargo que ocupava desde 1889 por nomeação do então presidente do Estado Caio Prado. Era lido e apreciado por grupos de oposição à oligarquia composto por estudantes da Faculdade de Direito do Ceará. (PIMENTA, 1848:91).

14.C Florentina da Costa e Silva.

15.C Libertina Angélica da Costa e Silva.

16.C Joana Theóphilo da Costa e Silva.

17.C José Francisco da Silva Albano, Barão de Aratanha (1830-1901) - Grande comerciante do setor exportador e importador, político do partido Graúdo (conservador). Rodolpho Theóphilo trabalhou em sua casa comercial durante seis anos. "O primeiro ano foi de aprendizagem, tendo somente casa e comida." "No segundo duzentos mil réis." "Foi subindo até que no sexto me deram quinhentos mil réis." "Neste último ano de caixeiro ganhei para a casa algumas dezenas de contos". "Eu era o empregado das compras de algodão. Fazia todo o serviço, desde a pesagem dos fardos até o pagamento aos matutos." (THEÓPHILO, 1927:57:58).
Recebeu o título de Barão de Aratanha a 3 de dezembro de 1887.

18.C Antero da Costa Albano - Era sócio do Barão de Aratanha, seu irmão, na Casa Albano & Irmãos. Lutou na Guerra do Paraguai como Tenente.

19.C Manoel Francisco da Silva Albano.

Quarta Geração

- 1.D Maria Luiza Justa.
- 2.D Luiza Justa.
- 3.D José Justa - Arquiteto formado na Universidade de Grand na Bélgica. São de sua autoria os projetos dos prédios da Escola Normal e Secretaria da Fazenda, ambos em Fortaleza. Foi estudar na Europa com a idade de nove anos. Foi Secretário de obras públicas no governo de Beija-mim Barroso, continuando no cargo no governo de Ildefonso Albano.
- 4.D Antônio Gonsalves da Justa Jr. - "Ele passou cinco anos na Europa e era muito culto, falava inglês, francês e alemão." (fala de Luci Justa, sua sobrinha).
- 5.D Angélica Justa.
- 6.D Alfredo Justa.
- 7.D Antônio Henrique da Justa (1855-1902) - Aeroestática era sua ocupação predileta, escrevendo alguns folhetos sobre o assunto. Suicidou-se a 2 de julho de 1909.
- 8.D Justo da Justa.
- 9.D Lorenço da Justa.
- 10.D José Lino da Justa (1863-1926) Médico formado em 1889 pela Faculdade da Bahia. Foi Secretário do Clube Acadêmico Abolicionista pelo espaço de três anos, quando estudava na Bahia. Em 1892 colaborou com assiduidade no jornal político O Norte, de Fortaleza, durante e após o governo do General José Clarindo. Foi nomeado Inspetor de Higiene por Nogueira Acioly em seu primeiro mandato (1896-1900) demitindo-se antes de concluir o mandato.
- 11.D Maria Justa.
- 12.D Luiza Justa.
- 13.D Antônio Justa.

- 14.D Raul Theóphilo.
- 15.D Leonor Pinto do Carmo - Filha de José Pinto do Carmo, proprietário de Fazenda de café em Guaramiranga, Serra de Baturité . Segundo depoimento de Luci Justa, o pai de Leonor era homem de posses.
- 16.D Antônio Xisto Albano (1859-?) - Seguiu para a Europa em 1874 com os pais que o deixaram lá para que estudasse. Em 1880 entrou para o Seminário de São Suplício de Paris. Foi nomeado Bispo do Maranhão em 1901.
- 17.D Maria Albano - casou-se com o Dr. Antônio Epaminondas da Frota, formado em engenharia civil pela Universidade de Cornell, E.U.A. e professor do Liceu do Ceará.
- 18.D Maria de Jesus Albano - Congregada às Pequenas Assumpcionistas em Paris.
- 19.D Júlia albano (1863-1885).
- 20.D João Tiburcio Albano - Negociante em Fortaleza. Esteve alguns anos estudando na Europa. Viajava para a Europa a cada dois anos com a família.
- 21.D José Albano - Consul do Império alemão e negociante em Fortaleza. Viveu alguns anos na Europa.
- 22.D Inez de Sá Vianna - Maranhense, conheceu o marido João Tiburcio Albano em um navio, quando voltava da Europa.

Quinta Geração

- 1.E Luci Justa (*) - Nasceu em 1898 em Fortaleza. Estudou no Colégio da Assumpção em Santa Tereza, Rio de Janeiro. É conhecida entre os parentes pela memória prodigiosa e lucidez, apesar dos 84 anos de idade.
- 2.E José Maurício.
- 3.E Paulo Theóphilo (*) - Ex-adido comercial do Brasil em Roma, atualmente aposentado morando em Fortaleza.
- 4.E Raimunda Theóphilo Monteiro.
- 5.E Lisita Albano.
- 6.E Joaquim Antônio Albano - Estudou na Europa. Foi ferido no joelho por uma bala em manifestação de rua contra a oligarquia (discursava no momento em que foi ferido).
- 7.E Mancita Albano (*) - Estudou por 5 anos na França. Foi uma das principais informantes na reconstituição da genealogia dos Albano, por mim utilizada neste trabalho. Nasceu em 1895 em Fortaleza.

(*) Pessoas da família por mim entrevistadas.

A P E N D I C E II

BIBLIOGRAFIA DE RODOLPHO THEOPHILOFicção

A Fome: romance (1890)

Os Brilhantes - romance (1895), publicação da Padaria Espiritual.

Maria Rita - romance (1897), publicação da Padaria Espiritual.

O Paroara - romance (1899), muito elogiado por André Beaunier no jornal francês "Figaro".

A Violação - novela (1899)

O Candurú - contos (1910).

Poesia

Lira Rústica (1913)

Telesias (1913).

Crônica

Coberta de Tacos (1931)

História

Sêca do Ceará - Segunda Metade do Século XIX (1901):

Provocou sua desavença com a oligarquia Acioly, por criticar a administração deste governo.

Libertação do Ceará (1914) - Narra todo o processo que levou ao levante popular e a consequente queda da oligarquia no Ceará.

História da Sêca do Ceará, 1877 (1933) - Possibilitou-lhe o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sêca de 1915 (1922)

Sêca de 1919 (1922)

A Sedição do Juazeiro (1922) - Relata as disputas do Padre Cícero e de Floro Bartolomeu com o Governador Franco Rabello.

Ciência

Botânica Elementar (1890) - adotado pelas escolas públicas do Ceará e de São Paulo.

Ciências Naturais em Contos (1890) Também adotado pelas escolas públicas do Ceará e de São Paulo.

Monografia da Macunã (1888) Elogiado pelo Sr. Caminhoá em Sessão da Imperial Academia de Medicina.

Elementos de História Natural (sem data).

Diversos

Memórias de um Engrossador (1912)

Cenas e Tipos (1919)

Reino de Kiato (1922)

Os Meus Zoilos (1924)

O Caixeiro (1927)

Varíola e Vacinação no Ceará (1905) o Dr. Noberto Bachmann, em sua tese apresentada a Academia de Medicina do Rio de Janeiro, cita por inúmeras vezes este trabalho.

Observações

- 1) Rodolpho Theóphilo provocou estranheza por parte de seus contemporâneos, por conviver com os "homens do mato" com o objetivo de observar-lhes o modo de vida como meio de melhor caracterizar as personagens de seu romance Os Brilhantes.

2) Esta bibliografia acima apresentada foi construída com dados por mim coletados na apresentação de Otávio Coláres feita para edição de "O Paroara", publicada pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará no ano de 1975 e também à partir de artigos publicados pelo jornal "Tribuna" do Rio de Janeiro de 19, 20 e 23 de julho de 1917.

B I B L I O G R A F I A

- ACIOLY, José. Reminiscências. Fortaleza, Tip. Minerva, 1940.
- ALBUQUERQUE, J.A.G. Classe média; caráter, posição e consciência de classe. In: Classes sociais e política no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ALENCAR, Meton de. O Sr. Rodolpho Theóphilo e a sua obra; estudo crítico. Fortaleza, Tip. Gadelha, 1923.
- AMORA, Manoel Albano, Pacatuba: geografia sentimental. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1972.
- BARROSO, Parsifal, Um francês cearense. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1973.
- BASBAUN, Leôncio. História sincera da República. 3 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1968. v.2.
- BOISSEVAN, J. Friends of friends. London, St. Martin's Press, 1974.
- BOLTANSKI, Luc. As classes sociais e o corpo. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- BRASIL, Thomas Pompêu de Souza. O Ceará no começo do século XX, Typografia a vapor. Fortaleza, 1909.
- BRIGIDO, João. Os precursores da independência. Fortaleza, tipografia Universal, 1899.
- CALDAS, Honorato, A Explosão da escola militar e as tradições D'o Paiz. Rio de Janeiro, Companhia Litho-Typográfica, 1905.
- CALS, Maurício Q. A evolução histórica de um espaço livre no Nordeste do Brasil (o caso da Praça do Ferreira). Paris, Mémoire para o diploma do IUP apresentado ao Instituto de Urbanismo de Paris, Universidade Paris Val-de-Marne, 1981.
- CAMPOS, F.Itamar. Mudança da capital; uma estratégia de poder; S.l., Secretária do Estado de Goiás, 1988 (Cadernos do Indur; Estudos Urbanos e Regionais,2)
- CARDOSO, F.H. A formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina: problemas e algumas questões de método. In: ALBUQUERQUE (coord.), classes médias e políticas no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- CARONE, Edgard. A Primeira República. São Paulo, DIFEL, 1969.
- _____. A República Velha - evolução política. São Paulo, DIFEL, 1971.
- _____. A República Velha - instituições e classes sociais. 2 ed. São Paulo, DIFEL, 1972.
- CORREIA, Mariza, A escola Nina Rodrigues e o nascimento da antropologia no Brasil. Campinas, S.ed. 1978. Mimeografado.
- COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- CUNHA, Euclides da, Canudos e inéditos. São Paulo, Melhoramento, 1967.
- DELLA CAVA, Ralph - Milagre em Joazeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- DENIS, Pierre. Le Brésil Au XX Siècle. 2 ed. Paris, Librairie Armand Colin, 1909.
- DURHAN, Eunice. Cultura e ideologia. Folha de São Paulo. São Paulo, 03 de maio de 1981. Folhetim, p.6-7.
- FAORO, Raimundo. Os donos do poder. 2 ed. São Paulo, Globo, 1975. v.2,
- FAUSTO, Boris. O trabalhador urbano e o conflito social na república oligárquica (1890-1920) São Paulo, 1975. Tese de livre docência apresentada ao departamento de S.C. da Faculdade de F.L. e C. Humanas da U.S.P.
- _____. A Revolução de 1930; Historiografia e história. 4ed. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- FELDMAN-BIANCO. The petty supporters of stratified order: the leanders of matriz (1887-1974). S.l. Columbia University, 1980.
- FENIX Caixeiral - Memória histórica da Fenix Caixeiral do Ceará. Edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil. Fortaleza, Tip. Comercial, 1922.
- _____. Memória histórica. Edição comemorativa do 1º cinquentenário fenixita. Fortaleza, Ramos & Pouchain, 1941.

- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e política: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- GIRAO, Raimundo. Pequena história do Ceará. 2 ed. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1962.
- GLUCKMAN, M. O material etnográfico na antropologia social inglesa. In: GUIMARAES, Alba Zaluar. Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. Cap.2, p.63-76.
- GRAMSCI, Antônio. A formação dos intelectuais. México, Editorial Grijalho, 1972.
- GUIMARAES E SILVA, Hugo Vitor. Chefes de polícia do Ceará. Fortaleza, Tipografia Minerva, 1943.
- _____. O liceu do Ceará em cem anos. Fortaleza, Tipografia Iracema, 1945.
- GUIMARAES, Hugo Vitor, Deputados provinciais e estaduais do Ceará. Fortaleza, Editora Jurídica, 1947.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. O Coronelismo: uma política de compromissos. São Paulo, Brasiliense, 1981 (coleção Tudo é História, 13).
- LASKI, Harold J. O liberalismo Europeu. São Paulo, Mestre Jou, 1973.
- LEAL, Joaquim Bagueira. A questão da vacina. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, templo da Unidade, 1904.
- LEAL, Vinicius Barros. História da medicina no Ceará. Fortaleza, Publicação da Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 1978. (coleção Cultura Cearense).
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. A Expansão e hegemonia urbana: o caso de Fortaleza. Fortaleza, s.ed. 1983. Mimeografado.
- LINS, IVAN. História do positivismo no Brasil. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1964.
- LOURENÇO FILHO. Joazeiro do Padre Cícero. São Paulo, Melhoramento, 1926.
- LOVE, Joseph. O Regionalismo gaúcho. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975.
- LUIZ, Pedro, Militarismo e república, crítica e história. São Paulo, s.ed., s.d.

- MACHADO, Roberto, et al. Danação da norma; a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- MARTINS, Wilson, História da inteligência brasileira, vol. IV, (1877-1896), São Paulo, Cultrix, 1978.
- MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto of the comunist party. In: FERNBACH, David (Ed.) The revolutions of 1848; political writings. New York, Vintage, 1974.
- MARX, Karl. O Capital. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
L.1, v.1.
- _____. A ENGELS, F. The communist manifesto. New York, Washington Square Press, 1976.
- MEDEIROS, Alberto de. Episódios políticos cearenses, governos - Nogueira Acio-ly, Carvalho Motta e Franco Rabello 1911-1914. Rio de Janeiro, s.ed. 1954.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Nordeste insurgente. São Paulo, Brasiliense, 1981.
(Coleção Tudo é História, 10).
- MONTENEGRO, Abelardo. Romance cearense. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1953.
- MOREL, Edmar. Padre Cicero, o santo do juazeiro. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica "O Cruzeiro", 1946.
- MOTA, Carlos Guilherme. Nordeste 1817; Estruturas e argumentos, São Paulo, USP, perspectiva, 1972.
- NAVA, Pedro. Baú de ossos - memórias/1. 4 ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1974.
- _____. Balão cativo - memórias/2. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- NOGUEIRA, João. Fortaleza velha. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1954.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste; Planejamento e conflitos de classes. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- PAIVA, Maria Arair Pinto. A elite política do Ceará provincial. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1979.

- PANG, Eul-Soc. Coronelismo e oligarquias 1889-1943. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- PEQUENO, W.A. Raízes mineiras e cearenses. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1971.
- PESSOA, Frota. Oligarquia do Ceará: a cronica de um déspota. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues & Cia, 1910.
- PIMENTA, Joaquim. Retalhos do passado. 2 ed. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- QUINDERÉ, Monsenhor, Reminiscências, Fortaleza, Imprensa Universitária da UFC. 1979.
- RODRIGUES, Nina. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1894.
- SAES, Décio A. O civilismo das camadas médias na primeira república brasileira 1889-1930. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1973.
- _____. Classe média e política na primeira república brasileira, 1889-1930. Petrópolis, Vozes, 1975.
- SALES, José Borges de. Bibliografia médica do Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1978.
- SANTA ROSA, Virgínio. O sentido do tenentismo. 3 ed. São Paulo, Alfa Omega, 1976.
- SEVCENKO, N. Nicolau. A revolta da vacina; mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo, Brasiliense, 1984. (Coleção Tudo é História, 89).
- SANTOS, Luiz A. de Castro. Estado e a saúde pública no Brasil (1889-1930). Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 23(2): 237-50, 1980.
- SILVA, Virgínia Maria. O Declínio dos Acioly no Ceará (1912-1914). São Paulo, IFLCH, USP, 1982. Dissertação de Mestrado.
- SOARES, Martin. "O babaquara", subsídios para a história da oligarquia do Ceará. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1912.

- SOUZA, José Bonifácio de. Formação histórica do comércio cearense. Fortaleza, Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, 1954.
- _____. Memória histórica. Fortaleza, Associação Comercial do Ceará, 1968.
- SQDRE, N.W. História da burguesia brasileira. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- STEPAN, Nancy. Geneses e evolução da ciência brasileira; Oswaldo Cruz e a Política de Investigação Científica e Médica. Rio de Janeiro, Artenova, Fundação Oswaldo Cruz, 1976.
- STUDART, Guilherme. Datas e fatos para a história do Ceará. Fortaleza, Tipografia Studart, 1896.
- _____. Dicionário bio-bibliográfico cearense. Fortaleza, Tipografia a Vapor, 1910.
- _____. Dicionário bio-bibliográfico cearense. Fortaleza, Tipografia a Vapor, 1913.
- TAVORA, Fernandes. Algo na minha vida. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1963.
- TELAROLLI, Rodolpho. Eleições e fraudes eleitorais na república velha. São Paulo, Brasiliense, 1982, (coleção Tudo é História, 56).
- THEOPHILO, Rodolpho. Variola e vacinação no Ceará. Fortaleza, Tip. do Jornal do Ceará, 1904.
- _____. Violência, liceu do Ceará, Fortaleza, s.ed. 1905.
- _____. Memórias de um engrossador. Lisboa, Tipografia "A Editora", 1912.
- _____. A libertação do Ceará. Lisboa, A Editora, 1914.
- _____. Cenas e tipos. Fortaleza Tipografia Minerva, 1919.
- _____. A sedição do joazeiro. São Paulo, Monteiro Lobato, 1922.
- _____. O reino de Quiato, no país da verdade, São Paulo, Ed. Monteiro Lobato, 1922.